

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
GEO 01128 - TRABALHO DE GRADUAÇÃO II**

FERNANDO DREISSIG DE MORAES

**INCLUSÃO DIGITAL EM TELECENTROS E *LAN HOUSES*: ESTUDO SOBRE AS
NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS DECORRENTES DOS CENTROS PÚBLICOS DE
ACESSO À INTERNET NA REGIÃO NORTE DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre
2009

FERNANDO DREISSIG DE MORAES

**INCLUSÃO DIGITAL EM TELECENTROS E *LAN HOUSES*: ESTUDO SOBRE AS
NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS DECORRENTES DOS CENTROS PÚBLICOS DE
ACESSO À INTERNET NA REGIÃO NORTE DE PORTO ALEGRE**

Monografia apresentada ao Departamento de
Geografia da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul para a obtenção do grau de
Bacharel em Geografia
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto
Rodrigues Soares

PORTO ALEGRE
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDO DREISSIG DE MORAES

INCLUSÃO DIGITAL EM TELECENTROS E *LAN HOUSES*: ESTUDO SOBRE AS NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS DECORRENTES DOS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET NA REGIÃO NORTE DE PORTO ALEGRE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela seguinte banca:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares
Departamento de Geografia, UFRGS

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich
Departamento de Geografia, UFRGS

Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño
Departamento de Geografia, UFRGS

Porto Alegre, 16 de dezembro de 2009

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por absolutamente tudo;

A todos os familiares, especialmente meus avós e meu irmão, pelo carinho e apoio;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela acolhida e pela excelente qualidade de ensino;

A todos os professores com os quais tive contato durante todo o período da graduação, que, cada um a seu modo e intensidade, contribuíram nesse contínuo e interminável processo de construção do conhecimento;

Ao Professor Paulo Soares, pela orientação e pelas dicas adequadas nos momentos de incerteza durante a realização da pesquisa;

Aos professores Álvaro Heidrich e Oscar Sobarzo, por terem participado da banca de avaliação e pelas considerações e instigações feitas à primeira versão deste trabalho;

Ao PET (Programa de Educação Tutorial) da Geografia – UFRGS e a todos os colegas petianos que compartilharam os momentos mais agradáveis desses últimos anos: eventos, viagens, pesquisas, trabalhos de campo e o cotidiano na sala 205b. Aproveito para agradecer aos professores Nelson Gruber e Rosa Medeiros, tutores do grupo;

Aos amigos e colegas diretores do Padiola Futebol Clube, Daniel (que também corrigiu o *abstract*) e Rafael, pela amizade e pelo convívio;

Ao amigo e “mito” da Geografia da UFRGS, Rodrigo “Chaves” Aguiar, pelo auxílio na confecção do mapa e pelo companheirismo;

A todos os colegas e amigos que fiz durante essa caminhada. Seria impossível nomear todos; portanto, sintam-se todos agradecidos;

A todas as bandas/músicos da minha *playlist* que me acompanharam durante toda a redação desse trabalho. Cada linha do que foi escrito aqui foi acompanhada de alguma melodia, solo de guitarra, refrões, gritos, *riffs*, etc.. Em especial: Iron Maiden, Danger Danger, Edguy, Angra, Helloween, Stratovarius, Aerosmith, Mr. Big, Metallica, Cinderella, Nelson, Viper, Firehouse, Guns N’ Roses, Kiss, Bruce Dickinson, Poison, Skid Row, Hibria, Tesla, Ozzy Osbourne, W.A.S.P., Queen, Warrant, Winger, Van Halen, Europe, Ratt, Slaughter, Twisted Sister, Manowar, Def Leppard, Symphony X, Yngwie Malmsteen, Testament, Dire Straits, Faster Pussycat, Sepultura, Living Colour, Faith No More, entre tantas outras...

Aos proprietários das *lan houses* e aos monitores e coordenadores dos telecentros visitados, pelas informações e pela permissão em realizar a pesquisa;

À equipe da Coordenação de Telecentros / SMDHSU, pelo apoio durante a realização do estágio profissional.

RESUMO

INCLUSÃO DIGITAL EM TELECENTROS E *LAN HOUSES*: ESTUDO SOBRE AS NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS DECORRENTES DOS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET NA REGIÃO NORTE DE PORTO ALEGRE

A Internet tem proporcionado uma quantidade significativa de transformações na sociedade e, conseqüentemente, no espaço geográfico. No presente trabalho, procuramos enfocar nossa análise na nova forma de exclusão social decorrente da falta ou da precariedade no acesso à Internet: a exclusão digital. Ao mesmo tempo, analisamos se efetivamente ocorre o processo de inclusão digital nos centros públicos de acesso à Internet e quais são as dinâmicas que emergem a partir desses locais, tomando, como recorte espacial, a Região Norte do município de Porto Alegre. Face a isso, primeiramente realizamos as considerações teóricas a respeito de algumas noções, conceitos e elementos desenvolvidos ao longo da monografia, tais como “redes”, “espaço geográfico”, “ciberespaço”, “inclusão digital” e “exclusão digital”. Em um segundo momento, discorremos sobre o panorama atual da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil e a atuação das esferas pública e privada no fomento do acesso à Internet, analisando o papel do Estado na promoção de políticas públicas de inclusão digital, cujo enfoque de estudo são os telecentros comunitários. Também realizamos uma breve caracterização dos telecentros e *lan houses* no município de Porto Alegre. Por fim, realizamos uma análise dos centros públicos de acesso à Internet da Região Norte do município com base em entrevistas e questionários aplicados nos diferentes atores envolvidos nesse processo. Pôde-se concluir que os centros públicos de acesso à Internet representam uma das possibilidades de acesso para a população, apresentando especificidades de acordo com seu âmbito de administração. Essa pesquisa demonstrou um panorama atual dos impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação e como as mesmas alteram algumas dinâmicas espaciais. Esses centros, sejam eles gratuitos ou pagos, atendem principalmente às camadas da população que não possuem pleno ingresso ao uso de computadores. Os dados obtidos na pesquisa nos mostram que, embora haja uma diferença em termos de perfil socioeconômico entre usuários de centros de acesso, existem muitas semelhanças nos usos e na importância adquirida pela Internet para os mesmos. Ao mesmo tempo, foi possível constatar que os centros públicos representam apenas uma entre outras possibilidades de entrada, fato que evidencia uma maior facilidade de obter acesso à Internet atualmente, mesmo que a posse de um computador ainda esteja restrita a uma minoria da população brasileira. As políticas públicas de inclusão digital continuam sendo importantes para o aumento da acessibilidade.

Palavras-chave: Centros públicos de acesso à Internet. Inclusão Digital. Internet. Ciberespaço. Porto Alegre.

ABSTRACT

DIGITAL INCLUSION IN TELECENTRES AND LAN HOUSES: STUDY ABOUT NEW SPACIAL DYNAMICS DUE TO THE PUBLIC INTERNET ACCESS POINTS IN THE NORTH OF PORTO ALEGRE

Internet has provided a significant amount of changes in society and, consequently, in the geographic space. In this paper, we focus our analysis on the new form of social exclusion resulting from lack or poor access to the Internet: the digital divide. At the same time, we analyzed if the process of digital inclusion are really happening, and what are the dynamics that emerge from these locations, taking as public Internet access points in the north of the city of Porto Alegre. Faced with this, first we performed theoretical considerations about some ideas, concepts and elements developed during the monograph, such as "networks", "geographical space", "cyberspace", "inclusion" and "digital divide". In a second moment, we discussed the current scenery of the Internet and Information and Communication Technologies in Brazil as well as the performance of public and private sectors in enhancing access to the Internet, analyzing the state's function to provide public policies of digital inclusion, where the focus of our study is the community telecentres. We also present a brief characterization of telecentres and Internet cafes in Porto Alegre. Finally, we conducted an analysis of public Internet access points from the north of the city based on interviews and questionnaires with different actors that take part in this process. We concluded that public Internet access points represent one of the possibilities of access for the general population and it has specific features according to their scope of administration. This research verified a current overview of the impacts of Information and Communication Technologies and how they change some spatial dynamics. These centers, whether free or paid, are serving primary to the population's sectors that not have a complete access to the computers. The data obtained in this research show us that there are many likeness in the uses as well as in the importance level of the Internet for the users of access centers, although there is a difference in the socioeconomic profile of them. At the same time, it was identified that public points are just one option between another routes of entry, a fact which shows a greater ease of obtaining Internet access today, although the ownership of a computer are still limited to a small segment of the population. Public policies of digital inclusion are still important to increase accessibility.

Key-words: Public Internet access points. Digital Inclusion. Internet. Cyberspace. Porto Alegre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da área de estudo.....	13
Figura 2 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet nos últimos três meses – 2005.....	45
Mapa 1 - Localização dos Telecentros da Prefeitura de Porto Alegre.....	58
Figura 3 - Regiões do Orçamento Participativo.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipo de conexão para acesso à Internet em áreas urbanas no Brasil.....	31
Tabela 2 - Local de acesso individual à internet - mais frequente - Brasil.	32
Tabela 3 - Unidades da federação com maior e menor grau de inclusão digital.....	35
Tabela 4 - Perfil dos usuários dos centros públicos de acesso à Internet.....	37
Tabela 5- Proporção de domicílios com computador em 2005 por faixas de renda familiar. .	44
Tabela 6 - Proporção de domicílios com computador em 2008.....	44
Tabela 7 - Proporção de domicílios com acesso à Internet em 2005.....	46
Tabela 8 - Proporção de domicílios com acesso à Internet em 2008.....	46
Tabela 9 - Motivos para a falta de Internet no domicílio.....	47
Tabela 10 - Proporção de indivíduos que já acessaram a Internet.....	48
Tabela 11 - Proporção de indivíduos que acessaram a Internet - último acesso.	49
Tabela 12 - Frequência de acesso individual à Internet.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alguns programas de inclusão digital geridos em âmbito federal.....	54
Quadro 2 – Lista de telecentros registrados na SMDHSU.....	59
Quadro 3 - Cybercafés na Região Norte de Porto Alegre.....	61
Quadro 4 - Lan Houses na Região Norte de Porto Alegre.....	61
Quadro 5 - Síntese de dados selecionados entre usuários de <i>lan houses</i>	68
Quadro 6 - Síntese de dados selecionados entre usuários de telecentros.....	75

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETIVOS	11
3. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	12
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
5. CONSIDERAÇÕES SOBRE TEORIA E OBJETO DE ESTUDO.....	17
5.1. REDES E ESPAÇO GEOGRÁFICO: ALGUMAS DEFINIÇÕES PARA A ANÁLISE DAS DINÂMICAS ESPACIAIS CONTEMPORÂNEAS	17
5.2. TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DECORRENTES DO ADVENTO DOS COMPUTADORES E DA INTERNET	20
5.3. CIBERESPAÇO: A EMERGÊNCIA DE UM CONCEITO PARA A GEOGRAFIA?.....	24
5.4. EXCLUSÃO DIGITAL: UMA NOVA DIMENSÃO ENTRE AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	28
5.5. INCLUSÃO DIGITAL: A BUSCA DE UM EFETIVO ACESSO ÀS TICs	33
5.6. TELECENTROS COMUNITÁRIOS: UMA ALTERNATIVA PARA A REDUÇÃO DA EXCLUSÃO DIGITAL	36
5.7. <i>LAN HOUSES</i> : A EMERGÊNCIA DE UM RAMO DA INICIATIVA PRIVADA NO HIATO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL	39
6. INTERNET NO BRASIL E A ATUAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA NA INCLUSÃO DIGITAL.....	42
6.1. HISTÓRICO E PANORAMA ATUAL DAS TICs E DA INTERNET NO BRASIL.....	42
6.2. O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL	51
6.3. TELECENTROS COMUNITÁRIOS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA	54
6.4. O PROGRAMA DE TELECENTROS DE PORTO ALEGRE.....	56
6.5. <i>LAN HOUSES</i> EM PORTO ALEGRE.....	60
7. OS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET: ANÁLISE EM ESCALA LOCAL.....	63
7.1. <i>LAN HOUSES</i>	63
7.2. TELECENTROS	70
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXOS	86
ANEXO A – MODELOS DE QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS	86
ANEXO B - PROJETO DE LEI Nº 121/2004 - RS	98

1. INTRODUÇÃO

Originada a partir da evolução de sistemas técnicos de informação, a Internet apresentava, em seus primórdios, um uso estritamente militar ou acadêmico. Atualmente, todavia, a rede mundial de computadores possui um papel extremamente importante sob o ponto de vista das relações sociais e comerciais, implicando em transformações inevitáveis no espaço geográfico.

De fato, essa rede representa uma maior facilidade para a integração entre diferentes locais, ou seja, incrementa-se a possibilidade de interconexão entre diferentes escalas em âmbito local, regional e global. Entretanto, nota-se que o acesso às plataformas de entrada à Internet (tal como no caso dos microcomputadores) ainda é bastante limitado, apesar do crescimento significativo no número de usuários de Internet nos últimos anos. Diante dessa conjuntura, emerge uma nova forma de segregação e exclusão social: a digital. A exclusão digital consiste, portanto, em uma nova barreira socioeconômica promovida pela inacessibilidade às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e ao ciberespaço (o espaço virtual representado pelo uso destas novas tecnologias, principalmente aquelas conectadas a redes, como a Internet).

No Brasil, apesar de haver um aumento relativo no número de usuários de internet, o acesso, de modo geral, ainda mostra-se bastante restritivo quanto ao uso de Internet e computadores. Conforme dados da TIC Domicílios¹, realizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil) em 2008, 61% da população brasileira nunca teve acesso à Internet.

Dentro deste contexto, surgem alternativas que possibilitam minimizar essa desigualdade, tanto por promoção do poder público quanto da iniciativa privada e organizações não-governamentais (ONGs). Dentro das perspectivas da presente proposta de estudo, analisamos dois distintos tipos de locais, constituindo-se no que denominaremos “centros públicos de acesso à Internet”: os telecentros e as *lan houses*; os primeiros permitem o acesso à Internet de forma gratuita, além de oferecerem cursos de informática para a comunidade interessada; os segundos, por sua vez, representam não só a possibilidade de acesso (pago) à Internet e o fornecimento de outros serviços de informática, mas também se

¹ A TIC Domicílios 2008 mediu o acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, uso do computador, uso da Internet, segurança na rede, uso do *e-mail*, *spam*, governo eletrônico, comércio eletrônico, habilidades na Internet e acesso sem fio (uso do celular). Como a última pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre uso de computadores e internet é a PNAD de 2005, optamos por utilizar os dados da referida pesquisa organizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação, que está disponível em <<http://www.cetic.br/>>. Acesso em 7 de maio de 2009.

constituem em um pólo de convivência principalmente entre os mais jovens, propiciando a criação de vínculos com o local e a (re)territorialização entre/dos mesmos.

Neste trabalho, utilizamos o exemplo do município de Porto Alegre, mais especificamente na Região Norte², como um caso a ser analisado em decorrência da implementação de políticas públicas por parte da Prefeitura Municipal no sentido de promover o acesso à internet para população total ou parcialmente excluída do acesso à rede e também em função da grande profusão de *lan houses* nos últimos anos, fenômeno também observado em outros bairros periféricos de Porto Alegre. A partir disso, consideraremos esses dois casos sob a óptica da Geografia, objetivando analisar as transformações territoriais decorrentes da influência dos mesmos.

No primeiro capítulo, realizamos o referencial teórico que norteará o desenvolvimento deste trabalho, quando trabalhamos com as noções de rede e espaço geográfico e analisamos a importância dos mesmos para a análise das implicações da Internet. Logo após, trabalhamos com os impactos das TICs, e como o advento dos computadores e da Internet altera as dinâmicas socioespaciais. A emergência do conceito de ciberespaço e sua importância para a Geografia também serão analisadas neste capítulo, assim como os processos de exclusão e inclusão digital serão aprofundados conceitualmente. Por fim, consideraremos os centros públicos de acesso à Internet (*telecentros e lan houses*) sob um ponto de vista mais genérico.

No segundo capítulo, apresentamos um panorama atual da Internet no Brasil, analisando questões relativas à acessibilidade, local de acesso, infra-estruturas, políticas públicas, entre outros. Nesta seção, ainda, apresentamos o Programa de Telecentros de Porto Alegre e a ascensão das *lan houses* enquanto um segmento comercial.

O terceiro (e último) capítulo foi construído a partir do trabalho de campo realizado nos centros de acesso, no qual realizamos entrevistas e questionários com usuários, monitores de telecentros, proprietários de *lan houses*. Este tópico objetiva analisar as temáticas abordadas ao longo de toda a monografia sob uma abordagem em escala local dos acontecimentos.

² O critério utilizado para a definição da Região Norte de Porto Alegre baseia-se nas regiões do Orçamento Participativo, conforme o Mapa Oficial Digital de Porto Alegre. Disponível em: <<http://geo.procempa.com.br/geo/>>. Acesso em 10 de junho de 2009.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar as novas dinâmicas espaciais decorrentes dos centros públicos de acesso à Internet (telecentros e *lan houses*) sob a óptica do processo de inclusão digital.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Construir uma fundamentação teórica acerca da dimensão ciberespacial sob a perspectiva da Geografia; as implicações do uso das TICs na sociedade de acordo com mudanças culturais, sociais e econômicas decorrentes da expansão – ainda que limitada – da Internet; sobre a nova forma de segregação decorrente da falta de acesso à “rede das redes” (UEDA, 2004); e, por fim, sobre as transformações na cidade remetidas aos telecentros e *lan houses*.
- Contribuir acerca do debate sobre ciberespaço, acesso à Rede, exclusão digital e redes sociais na Internet sob a óptica da Geografia.
- Elaborar histórico da implantação dos telecentros no município de Porto Alegre;
- Analisar, através de um mapa, a localização dos telecentros instalados em Porto Alegre;
- Perceber de que maneira vem ocorrendo o processo de inclusão digital nos telecentros, através de entrevistas e questionários com usuários, monitores e responsáveis pela gestão;
- Analisar a dinâmica da criação de *lan houses* em Porto Alegre, principalmente em bairros periféricos, tendo a Região Norte como enfoque do estudo;
- Analisar as particularidades de telecentros e *lan houses* em relação ao perfil do usuário, movimentação de pessoas, infra-estrutura dos estabelecimentos e diferenças no uso a partir de um recorte amostral em Porto Alegre, buscando, deste modo, estabelecer as diferenças e similitudes inerentes a esses dois âmbitos de acesso público à Internet;

3. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O advento da Internet propicia uma grande gama de transformações territoriais decorrentes de seu uso, partindo desde pequenas mudanças atreladas a relacionamentos sociais até mesmo a complexos sistemas de gerência financeira ou empresarial. Atualmente, o acesso e domínio das linguagens referentes ao uso de microcomputadores e internet consistem em pré-requisito fundamental para a entrada na chamada “Era da Informação” (CASTELLS, 2003). Ao mesmo tempo em que essa revolução proporciona um contato mais facilitado entre diferentes pontos localizados no espaço mundial, a Internet ainda se caracteriza, paradoxalmente, como um meio extremamente excludente, pois o acesso aos meios de entrada à rede ainda é pouco tangível para uma parcela significativa da população.

Por conseguinte, a necessidade da criação de meios que possibilitem reduzir essa inacessibilidade à rede proporciona a ascensão dos centros públicos de acesso à Internet. Em escala local, os telecentros comunitários demonstram-se como uma alternativa para a redução tanto das dificuldades físicas (plataforma de acesso) quanto cognitivas (representadas pela pouca instrução na operação de microcomputadores). As *lan houses*, por outro lado, possibilitam uma forma de acesso pago à Internet e apresenta objetivos diferentes daqueles apreçados pelos telecentros comunitários, já que as mesmas se constituem em um ramo comercial que apenas oferece serviços relativos a computadores e Internet.

O estudo da exclusão/segregação digital proporciona uma nova possibilidade de estudos para a Geografia. Pesquisas e reflexões acerca desses temas ainda são pouco representativas nessa área do conhecimento, que pode contribuir efetivamente na tentativa de propor e analisar alternativas relacionadas aos impactos e à diferenciação que a segregação digital proporciona ao espaço geográfico. O exemplo de Porto Alegre vem ao encontro dessa proposta, pois se verifica que, no referido município, vem ocorrendo um intenso processo de criação de telecentros comunitários e de *lan houses* em seu território – a maioria deles em regiões periféricas, fato que proporciona transformações nos locais onde estão inseridos.

Porto Alegre está localizada no leste do Rio Grande do Sul, possuindo localização aproximada entre o meridiano 51° Oeste e o paralelo 30° Sul. A região leste do estado, mais especificamente o eixo entre a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e a Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul, concentra mais de 4,5 milhões de habitantes. A população absoluta do município, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, era de 1.436.123 pessoas em 2009. Seu território apresenta bairros

com distintas características e especificidades, inclusive aqueles mais carentes, cuja população apresenta renda média inferior em comparação com bairros mais nobres da cidade. A Região Norte de Porto Alegre insere-se dentro deste contexto. Composta pelo bairro Sarandi, possuía, conforme dados do censo de 2000, 90.665 habitantes, o que significava 6,66% da população do município. Sua área é de 28,76 km² (6,04% da área do município), sendo sua densidade demográfica de 3.152,47 habitantes por km². A taxa de analfabetismo era de 4,9%, sendo a escolaridade média dos responsáveis por domicílio de 6,507 anos de estudo e rendimento médio de 4,4 salários mínimos, um dos mais baixos do município³. Devido à sua grande extensão areal, o bairro possui uma série de vilas, tal como Nova Gleba, Leão, Santo Agostinho, Parque, Elizabeth e Santa Rosa.

Nestes locais, formam-se aglomerados de exclusão social; e entre as múltiplas variáveis dessa exclusão, analisa-se, neste trabalho, a exclusão digital, fenômeno que gera, direta ou indiretamente, a necessidade de iniciativas do poder público para a promoção de acesso comunitário à Internet, bem como representa a possibilidade de ascensão de um novo ramo comercial, no caso das *lan houses*.

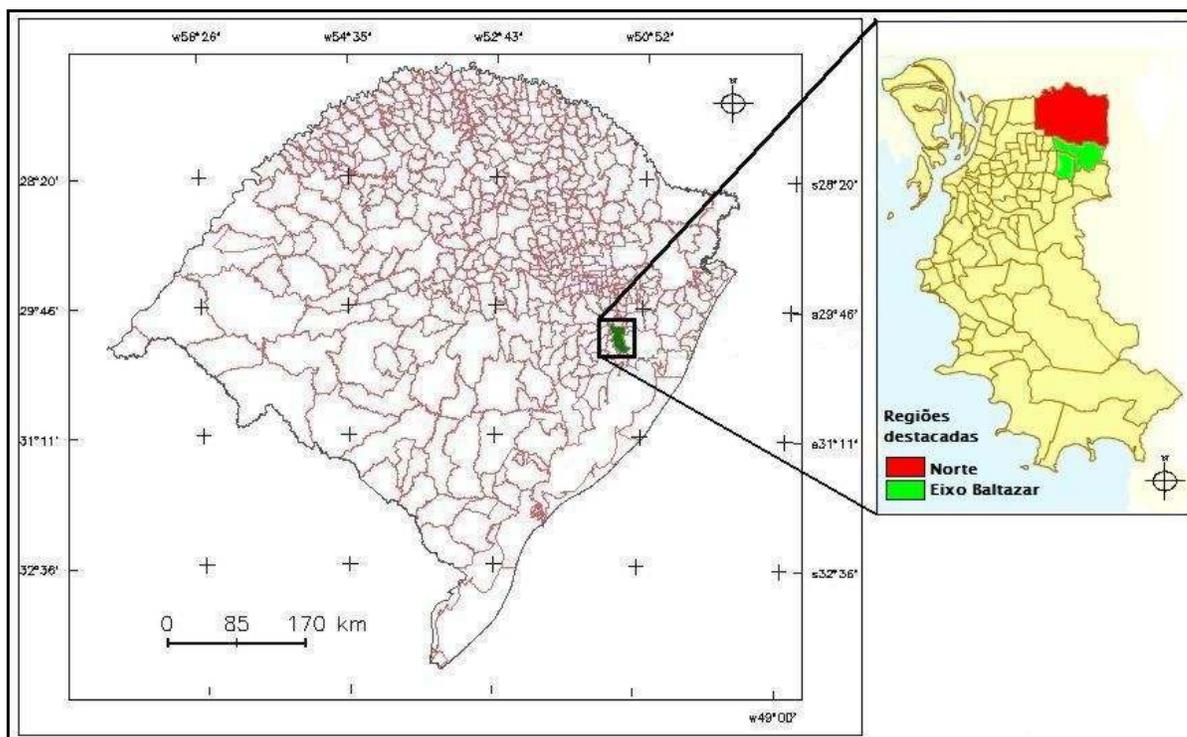


Figura 1 - Localização da área de estudo

³ Esses dados foram extraídos do banco estatístico do Observatório de Porto Alegre, disponível em <<http://www.observapoa.palegre.com.br/>>. Acesso em 10 de junho de 2009.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da revisão bibliográfica, foi possível construir um referencial teórico que legitimasse os conceitos utilizados no presente projeto de pesquisa, tendo como foco a discussão sobre ciberespaço, segregação/exclusão digital, bem como sobre alternativas que minimizem os efeitos implicados por esse fenômeno segregacionista e excludente.

Além disso, essa etapa foi extremamente válida no sentido de resgatar as idéias de alguns autores que tratem do impacto que as novas tecnologias impõem na sociedade contemporânea, em especial, a Internet. Fez-se isso a partir do período em busca de leituras que melhor possam referenciar o trabalho.

Juntamente com isso, elaborou-se esta pesquisa conceitual visando elucidar a problemática na área de estudo, fato que pode contribuir para a continuidade de trabalhos geográficos e de áreas afins acerca do tema.

4.2. BUSCA DE DADOS SECUNDÁRIOS

A presente etapa consistiu na obtenção de dados que possibilitassem uma melhor elucidação da realidade da área de estudo, no caso, o município de Porto Alegre, visando posteriormente o enfoque na região Norte. A partir disso, foi possível conhecer a quantidade de telecentros existentes em Porto Alegre, bem como a localização dos mesmos; assim como uma estimativa das *lan houses* localizadas no recorte espacial estudado. A busca destes dados foi feita através das seguintes fontes:

- *Site* da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre (SMDHSU);
- *Site* do projeto dos telecentros de Porto Alegre, ligado ao portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
- Consulta de alvarás cadastrados na Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) de Porto Alegre.

4.3. PESQUISA DOCUMENTAL

O levantamento documental foi realizado a partir de pesquisa junto à Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, órgão ao qual está vinculada a gestão e administração dos telecentros dentro do município de Porto Alegre. Esse levantamento buscou o projeto

inicial da instalação dos telecentros, ao mesmo tempo em que se enfoca a perspectiva histórica dos mesmos. Também será realizada consulta à legislação pertinente à instalação de *lan houses*.

4.4. ELABORAÇÃO DO MAPA TEMÁTICO

A elaboração do mapa temático foi feita através do *software* de Sistemas de Informação Geográfica ArcGis. Os pontos, coletados através de GPS ou em cadastro da SMDHSU, foram inseridos na base cartográfica de Porto Alegre.

4.5. ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTAS

A presente etapa teve importância fundamental dentro do processo de elaboração da pesquisa projeto e da obtenção dos resultados esperados com a pesquisa, e consistirá em dois momentos distintos:

- 1º momento - Construção dos questionários para monitores e usuários de telecentros e usuários de *lan houses*. Esses questionários possuíram caráter quantitativo e qualitativo e buscaram, em linhas gerais, conhecer o perfil dos frequentadores e seus usos;
- 2º momento – Construção das entrevistas a serem realizadas com proprietários de *lan houses* e com o responsável pela coordenação de telecentros no município de Porto Alegre. A entrevista procurou não se limitar apenas ao caráter hermético de uma enorme sequência de perguntas. Pretendeu-se, na verdade, valorizar o relato dos entrevistados, não abdicando, contudo, de perguntas que assumissem o papel de eixos norteadores da entrevista, bem como daquelas mais pontuais que buscam reconhecer a finalidade do uso dos microcomputadores naqueles locais e o processo de inserção no ciberespaço.

Os modelos de questionários e entrevistas podem ser visualizados nos anexos, ao final do trabalho.

4.6. SAÍDA DE CAMPO – REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS E APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS EM LAN HOUSES E TELECENTROS

Para a aplicação dos questionários, foram escolhidas duas *lan houses* e um telecentro localizados na Região Norte, recorte espacial no qual o trabalho será aprofundado, e uma unidade de telecentro instalada na Região Eixo Baltazar (conforme a regionalização do Orçamento Participativo) do município de Porto Alegre. Essa escolha se deveu a problemas

no estabelecimento do contato com algumas unidades. Em cada um deles, foram realizados cinco questionários, totalizando vinte a ser analisados.

As entrevistas foram realizadas com os proprietários de *lan houses*, monitores e responsáveis por telecentros, coletadas através do método da entrevista semi-diretiva, que mescla perguntas diretas com um diálogo mais aberto (THIOLLENT, 1987).

4.7. ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Sob posse de entrevistas e questionários realizados e de todos os dados coletados previamente, a análise final foi redigida, tendo como produto a Monografia. Essa análise propiciou a busca pelo objetivo geral dessa pesquisa, que consistiu em analisar as dinâmicas espaciais decorrentes a partir da instalação dos telecentros e *lan houses* no município de Porto Alegre. A reflexão acerca de políticas públicas que visem à redução das discrepâncias ainda existentes em relação ao uso do computador, bem como do surgimento de um novo ramo comercial decorrente desse fenômeno também foi parte integrante desta etapa do trabalho e foi feita baseada nas observações feitas através das saídas de campo. Por fim, a partir das entrevistas e questionários, procurou-se analisar as diferenças e semelhanças entre os telecentros e as *lan houses*.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE TEORIA E OBJETO DE ESTUDO

5.1. Redes e espaço geográfico: algumas definições para a análise das dinâmicas espaciais contemporâneas

Nesta primeira seção, procuraremos discorrer sobre duas categorias muito valiosas à Geografia e que consideramos fundamentais para a compreensão de alguns elementos teóricos que serão aqui trazidos: espaço geográfico e redes. A justificativa dessa escolha reside no entendimento de que a Internet (*grosso modo*, uma rede de dados e informações) implica transformações no espaço geográfico, sendo elemento fundamental para a constituição do ciberespaço, que defenderemos como uma dimensão técnica do espaço geográfico na próxima seção.

Portanto, antes de nos aprofundarmos na questão do espaço e das redes sob a óptica da técnica, cabe uma definição inicial sobre o que vem a ser a técnica. Milton Santos considera como “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2004, p. 29). O mesmo autor (Ibidem., p. 21) define o espaço geográfico “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. O espaço transforma-se constantemente e artificializa-se através das técnicas, tornando-as progressivamente estranhas ao espaço não modificado. Esse processo transforma as coisas, que são naturais, para objetos, que são artificiais e dotados de intencionalidade.

O espaço é formado por objetos. Porém, não são esses objetos que se determinam. Na verdade, a partir das ações humanas, que oferecem sentido a eles, o espaço determina os objetos segundo uma lógica de utilização e organização. O espaço redefine os objetos técnicos ao incluí-los em um conjunto coerente de modo a agir conjunta e solidariamente.

O espaço geográfico caracteriza-se, portanto, como um híbrido entre sistemas de objetos e ações. Essa concepção refuta as abordagens compartmentadas, sob o ponto de vista científico, na tentativa de compreender a sociedade e a natureza. Isso requer uma explicação conjunta da inserção dos objetos em uma série de eventos, sendo que a “sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações sociais a que o objeto se subordina e as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos” (SANTOS, 2004, p. 102). Essa constatação da existência de conectividade entre objetos nos leva a refletir sobre uma importante noção que vem alterando as dinâmicas espaciais: as redes.

Quando nos deparamos com o ideia de rede, mesmo no senso comum, inevitavelmente remete-se a uma cadeia, a uma interconexão. No presente trabalho, procuramos elaborar uma reflexão acerca do tema de acordo com a perspectiva de Geografia. Partindo-se dessa premissa, devemos analisar como as redes modificam o espaço e como elas alteram suas diferentes grafias.

O termo rede deriva-se do latim “retis”, que significa o conjunto de fios, entrelaçados, linhas e nós (DIAS, 2005, p. 18). Ueda (2005) realiza um levantamento em diferentes dicionários de geografia e considera que existe uma grande relação entre a forma das redes com outras variáveis geográficas de acordo com os diferentes contextos históricos e com as relações existentes entre os diferentes agentes, bem como ressalta a importância da análise de estratégias utilizadas ao implantar, difundir e expandir as novas tecnologias. Entre estas, pode-se destacar as redes ferroviárias e hidrográficas; as redes infraestruturais, como enlaces, terminais (nós), rodovias e serviços regulares de transporte (nexos); e as redes urbanas e de comunicações (UEDA, 2005, pp. 162-163).

Sociedades mais arcaicas já apresentavam sistemas semelhantes a redes: algumas civilizações pré-Colombianas já apresentavam modelos de comunicação entre distintos locais muito bem estruturados. Porém, no século XIX, ocorre um incremento na criação de redes informacionais em escala inclusive global, através do advento do telégrafo e do telefone, protótipos de um futuro sistema mundial caracterizado pela possibilidade de conexão entre distantes locais e pela chamada compressão tempo-espaço (HARVEY, 1993).

A noção de rede já é uma preocupação bastante antiga dentro das ciências humanas. Já no Século XIX, alguns autores trabalhavam com a ideia de rede industrial. Ainda nessa época, surgiram os primeiros estudos sobre redes sob o ponto de vista da integração territorial através de estradas, visando à facilitação da circulação de mercadorias. No Brasil, destacaram-se os estudos de Pierre Monbeig e J. Labasse durante a década de 1950. Após um período de relativa inércia em termos de produção científica que perdurou por quase 30 anos, a “rede” voltou a ser empregada tanto como um conceito teórico, quanto como noção empregada pelos atores sociais: redes estratégicas, redes de ONGs, redes de Universidades, redes de energia, redes de informação, entre outros (DIAS, 1995, p. 146).

Para Nicolas Currien, rede é

toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia de seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação (CURRIEN apud SANTOS, 2004, p. 262)

A noção de um espaço reticulado vem a partir da ideia que a rede também é social e política. Essa constatação provoca a necessidade da compreensão de novos paradigmas para os ramos do conhecimento ligados à compreensão do espaço, no qual, além do tradicional cuidado com a ocupação de áreas, haveria a nova preocupação em ativar pontos e linhas, consistindo assim em novo elemento de análise. Entre os diferentes sentidos de rede propostos por Bakis (apud SANTOS, 2004, pp. 262-263), consideramos mais pertinente para esse trabalho o terceiro, que trata da projeção concreta de linhas de relações e ligações⁴. O espaço constituído pelas redes incrementadas pela ciência e pela tecnologia, portanto, é um espaço de transação, porção da totalidade que, devido a seu conteúdo técnico, permite uma comunicação permanente, precisa e rápida [...] (SANTOS, 2004, p. 265). Sobre a necessidade de fluidez das redes, o mesmo autor considera que

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos autores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado (Ibidem, p. 274)

Assim como o espaço não é homogêneo, as redes também não se apresentam de maneira uniforme. A diferenciação do espaço proporciona que as redes nele instaladas sejam heterogêneas. Em um mesmo subespaço, existem diferentes tipos de redes superpostas, sendo que o acesso a essas redes é diferenciado entre os atores envolvidos em determinado contexto (SANTOS, 2004, p. 268). Sendo a Internet um tipo de rede, concordamos com o autor quanto à diferenciação do acesso. Ainda neste trabalho, aprofundaremos a problemática da inacessibilidade (ou acessibilidade precária) à Internet e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), fenômeno conhecido como “exclusão digital”.

Milton Santos também considera que

As redes são virtuais e ao mesmo tempo são reais. Como todo e qualquer objeto técnico, a realidade independente das redes é ser uma promessa. É assim que “a rede preexiste a toda demanda de comunicação e apenas realiza a comunicação solicitada”⁵. Nesse sentido a primeira característica da rede é ser virtual. Ela somente é realmente real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo de ação (Ibidem, p. 277).

Contemporaneamente, o debate acerca das redes é retomado principalmente em função da emergência de técnicas reticulares, principalmente as redes de comunicação (como a

⁴ Henry Bakis distingue três sentidos para as redes: um primeiro, como polarização de atração e difusão (ex.: redes urbanas); um segundo, como projeção abstrata (ex.: meridianos e paralelos na cartografia do globo); e um terceiro, como projeção concreta de linhas de relações e ligações (ex.: redes hidrográficas, redes técnicas territoriais, redes de comunicações hertzianas) (BAKIS apud. SANTOS, 2004, pp. 262-263).

⁵ O autor retirou a citação de Christian Pinaud (1988, p.70).

Internet). Essa nova dinâmica representa uma estrutura invisível da sociedade, que é denominada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells como “sociedade em rede” (DIAS, 2005, p. 18)

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma de tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social (CASTELLS apud DIAS, 2005, p. 18).

A noção de rede também vem sendo explorada pela Geografia, que a concebe como uma forma da organização espacial. Características apontadas como instabilidade e mobilidade suscitam uma análise sobre um aspecto importante que transforma algumas espacialidades: a complexidade das interações espaciais resultantes das ações desencadeadas em lugares que podem ser longínquos ou não. Dessa maneira, a rede constitui-se como um dos recortes para a compreensão do espaço contemporâneo. Em nossa concepção, a rede mundial de computadores, mais conhecida como Internet, representa uma preocupação recente das ciências humanas (principalmente a Sociologia, a Psicologia e a Comunicação) em busca de compreender as alterações que esse sistema provoca na sociedade e no comportamento humano. Acreditamos que essa metamorfose também ocorre no espaço geográfico. Por isso, na próxima seção, analisaremos as transformações socioespaciais provocadas pela Internet, tendo em vista a discussão sob o olhar da Geografia.

5.2. Transformações socioespaciais decorrentes do advento dos computadores e da Internet

A atual era da informação é a matéria-prima da revolução proporcionada pelas mudanças tecnológicas nos anos 90. Essa transformação foi derivada da combinação de uma segunda geração de tecnologias da informação (a partir da mecânica, eletromecânica e do início da eletrônica) com a atual geração de tecnologias da informação (a partir da microeletrônica). Essa fase atual é conhecida como terceira informática, e tem seu início a partir da década de 80. Essas tecnologias de informação são o substrato de uma enorme gama de outras tecnologias, principalmente em relação às telecomunicações, à computação e à burótica (SANTOS, 2004, pp. 182-183).

Durante grande parte da história do desenvolvimento da informática, os computadores foram relegados a simples dispositivos para cálculo. A revolução informática, porém, apresentava seus primeiros avanços ainda na década de 1970 com a criação de computadores, chips e microprocessadores que progressivamente aumentavam de capacidade e velocidade de

maneira proporcional à redução do tamanho das máquinas. Randolph (2005) analisa que as mudanças tecnológicas ocorridas desde o início dos anos 1980 proporcionaram a superação do funcionamento do computador apenas para cálculo. Atualmente, esses computadores não apenas ampliam “a capacidade intelectual de uma pessoa, mas também a sua presença física” (RANDOLPH, 2005, p. 138).

Já na década de 80, Rabah Benakouche refletia sobre as mudanças a serem promovidas pelo computador na sociedade:

[...] É forçoso observar que a generalização do uso do computador tem importantes impactos sociais. Com efeito, o computador é portador de uma racionalidade específica, que certamente imporá novas formas de organização, de relações de produção, de divisão social do trabalho, em suma, novas estruturas e modos de funcionamento das sociedades. Isto pode ser previsto a partir da avaliação de determinadas experiências em curso. No caso, pode-se citar o trabalho à distância (teletrabalho), que deverá colocar a atual divisão do espaço em rural e urbano e, mais profundamente ainda, as relações de trabalho (patrão/assalariado). Na escola, a introdução do computador está criando o triângulo professor/aluno/máquina, que poderá destruir as paredes da instituição escolas. Em suma, com a generalização do uso do computador, ou seja, com a expansão da informática, a sociedade será mais e mais remodelada (BENAKOUCHE, 1985, p. 12)

Por mais que nem todas essas previsões tenham sido efetivamente confirmadas até o atual momento, é inegável afirmar que algumas dessas transformações vêm sendo observadas. Na educação, a Educação à Distância (EAD) já é uma realidade principalmente no Ensino Superior, sendo que a principal plataforma para o desenvolvimento desse formato são os computadores conectados à Internet. O teletrabalho também se configura como uma nova dimensão dentro da rotina laboral de muitos trabalhadores, sendo inclusive alvo de críticas de muitos que consideram o tempo gasto com gerenciamento de e-mails e serviços domésticos através do computador como uma carga de trabalho não-remunerada.

Pierre Lévy, no livro *Cibercultura* (1999), explicita que

Os anos 80 viram o prenúncio do horizonte contemporâneo da multimídia. A informática perdeu, pouco a pouco, seu status de técnica e de setor industrial particular para começar a fundir-se com as telecomunicações, a editoração, o cinema e a televisão. A digitalização penetrou primeiro na produção e gravação de músicas, mas os microprocessadores e as memórias digitais tendiam a tornar-se a infraestrutura de produção de todo o domínio da comunicação (LÉVY, 1999, p. 32)

O lançamento do sistema operacional Windows (principalmente a versão “95”, a consolidação de algumas infraestruturas necessárias para o desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, principalmente, a difusão comercial da Internet, possibilitaram de maneira efetiva a emergência de uma sociedade informacional. Bernardo Sorj, em seu livro *Brasil@povo.com*, considera que:

A importância da telemática – cujo sistema mais difundido é a internet – é enorme, pois permitiu a convergência de duas atividades centrais da vida social: a manipulação de conhecimento e a comunicação. A informática representa a possibilidade de armazenar, organizar e processar uma quantidade enorme de informação num espaço ínfimo e numa velocidade que praticamente elimina o tempo, revolucionando a capacidade humana – e das máquinas – de trabalhar com informação. As novas tecnologias de comunicação, ao permitirem a comunicação instantânea entre computadores, em escala mundial, de voz, texto ou imagem, disponibilizam cada vez mais informação a um custo cada vez menor (SORJ, 2003, p. 36)

A origem da Internet é derivada das redes internas de informação militar norte-americanas na década de 1970, conhecida como ARPANET. O objetivo dessa rede era descentralizar os módulos de informação de apenas um único servidor, criando um sistema que permitia maior rapidez e segurança na transmissão dos dados. No entanto, essa técnica progressivamente foi sendo utilizada por outras redes de comunicação, inclusive civis. Em virtude disso, em 1983, a ARPANET deu origem a MILNET, exclusiva para militares. A outra parte, destinada ao uso civil, foi chamada de “Internet” e voltou-se, nos primeiros anos, para as esferas governamentais e para a constituição de redes acadêmicas de pesquisa e colaboração. Já nessa época, a ampliação da utilização da Internet cresceu de maneira significativa, não apenas em número de usuários, mas também em termos de capacidade e velocidade de transmissão de dados. O lançamento da Internet para o mercado consumidor, em meados da década de 90, consolidou a tendência de crescimento contínuo da rede mundial de computadores.

O aumento da importância dos fluxos informacionais do final do Século XX (e também do início do Século XXI) distingue-se de qualquer outro momento da história da humanidade. O desenvolvimento de novas atividades promovidas e/ou facilitadas pelas novas tecnologias penetrou de maneira intensa em diversos campos da vida social, desde o trabalho ou questões políticas e econômicas, até a esfera dos relacionamentos sociais. Pode-se afirmar que a sociedade da informação está incorporada à nossa sociedade (CASTELLS apud BORNIA JUNIOR, 2006).

Diante das transformações impostas pela Internet no espaço geográfico ao longo das últimas décadas, consideramos que seu impacto na sociedade ocorreu das mais variadas e distintas formas. Essas alterações se deram na economia, na comunicação, nos relacionamentos sociais, na política, na cultura, no próprio Estado, entre outros campos. Justificando cada uma dessas categorias mencionadas, utilizaremos alguns exemplos que ilustrarão de maneira mais elucidativa o que estamos expondo.

Para tratar de mudanças na economia, um dos exemplos contemporâneos mais elucidativos é o da indústria fonográfica, que vem passando por um período de intensas transformações ocasionadas pela emergência de novas formas de consumo e utilização de material fonográfico. As primeiras dificuldades nesse ramo surgiram a partir da ascensão das plataformas de compartilhamento de arquivos de música⁶ (principalmente o mp3), que rapidamente difundem, quase sempre gratuitamente, discografias dos mais variados gêneros e estilos. O acesso à música tornou-se muito mais facilitado a partir do referido advento, fato que obrigou as grandes corporações de mídia fonográfica (as “gravadoras”, como BMG, Universal, Virgin, Polygram, entre outras) a alterarem sua estratégia de mercado. E essas mudanças já são perceptíveis atualmente, como no caso de artistas ou gravadoras que disponibilizam integral ou parcialmente seus novos trabalhos em seus *sites*⁷, além do retorno dos LPs (*long plays*), formato de mídia amplamente empregado até o final da década de 80 e que ressurge devido à maior dificuldade para a sua transformação em formato digital, diferentemente dos CDs (os *compact discs*, formato que substituiu o LP a partir da década de 80), cuja gravação e criação de cópias é bem mais facilitada.

Quanto à comunicação, podemos nos remeter aos *softwares* de comunicação instantânea, tal como o Windows Live Messenger e o Skype, que proporcionam uma significativa redução de custos, em comparação com o telefone, para estabelecer contato com qualquer pessoa, desde que ambos estejam conectados a um computador com Internet. Esse mesmo tipo de *software*, em combinação com os *sites* de relacionamento pessoal, promove novas formas de sociabilidade, mediadas através do computador. O caso mais popular no Brasil é o Orkut, rede que congrega milhões de pessoas através de páginas pessoais e comunidades virtuais.

O Estado e a política, ao ritmo dessas transformações, também utilizam a rede de diferentes formas, como nos chamados “projetos de transparência”, visando uma maior facilidade de exposição de contas públicas, ou nas iniciativas de governança eletrônica, quando a administração pública utiliza a Internet como plataforma para a participação popular

⁶ Uma das primeiras plataformas de compartilhamento de arquivos conhecidas foi o Napster, ainda no final da década de 90. Outra bastante conhecida é o eMule. Atualmente, a criação de *sites* de hospedagem de arquivos, tal como o Rapidshare, Easy-share e Megaupload, contribuiu significativamente para a facilitação do acesso gratuito não apenas à música, mas também a filmes, seriados de TV, jogos, entre outros.

⁷ No Brasil, um grande exemplo de gravadora que disponibiliza material gratuito na Internet é o da Trama; em 2008, foi lançado o Projeto “Álbum Virtual”, no qual é possível “baixar discos inteiros, incluindo encartes, vídeos e extras, tudo de maneira legal e gratuita”. O pagamento dos artistas é feito através de patrocinadores do site. Disponível em <www.albumvirtual.trama.com.br>. Acesso em 25 de julho de 2009.

Outro exemplo foi o da banda britânica Coldplay, que, em 2009, lançou gratuitamente em seu *site* o disco ao vivo “LeftRightLeftRightLeft”. Disponível em <<http://www.coldplay.com/newsdetail.php?id=395>>. Acesso em 25 de julho de 2009

nas decisões de interesse coletivo, reclamações ou para sugestão de projetos. Essa participação popular, contudo, é bastante restrita, visto que ainda não há uma universalização do acesso à Internet. Essa discussão será retomada posteriormente neste trabalho.

Atualmente, os computadores não apenas ampliam “a capacidade intelectual de uma pessoa, mas também a sua presença física” (RANDOLPH, 2005, p. 138). Rainer Randolph também considera que

Mediante a comunicação mediada por computadores conectados em uma grande rede (Internet), imagina-se que o surgimento de uma nova realidade ou espaço, onde a Internet não mais figura como instrumento, mas como suporte físico-material que permite que se incrementem as relações dos seres humanos com a tecnologia e com outros seres humanos através da tecnologia (Ibidem, pp. 138-139).

Surge assim um novo espaço de simulação, caracterizado por novas formas de socialização e de personalidades (representadas pelas identidades surgidas dentro desse meio). A emergência dessas inovações ocorre a partir de um processo de desconexão que será complementado por um processo de reconexão representado por algumas especificidades de um espaço virtual, como “atualizações virtuais”, “presenças imateriais” e a sensação de pertencimento promovida pelas tecnologias interativas que jamais fora alcançado por outras tecnologias, inclusive o telefone e a televisão. Essas novas possibilidades de mundos ou realidades virtuais poderão representar algumas mudanças paradigmáticas, tal como a metamorfose de formas presenciais e a reformulação da inserção individual em comunidades de convivência cotidiana, como família e vizinhança (RANDOLPH, 2005).

Essas considerações apontam para a necessidade de analisar esse novo espaço criado pelos meios de comunicação interativos. Desse modo, o ciberespaço será apreciado, na próxima seção, como componente do espaço geográfico formado a partir da integração dos computadores conectados em rede, cuja rede mais conhecida e difundida é a Internet.

5.3. Ciberespaço: a emergência de um conceito para a Geografia?

O termo ciberespaço foi criado a partir de uma obra de ficção científica chamada “Neuromancer”, em 1984, pelo escritor William Gibson,. No entanto, naquele momento histórico, ainda não havia uma rede telemática constituída como a atual Internet, que interliga computadores ao redor do mundo. Tancmán (2002, p. 50) considera que Gibson entendia o ciberespaço como “um espaço não físico ou territorial no qual uma alucinação consensual pode ser experimentada diariamente pelos usuários”. Ao longo das décadas posteriores, porém, este termo passou a ser utilizado em muitos estudos científicos cujo enfoque são as

relações estabelecidas na rede mundial de computadores. Essas apropriações do conceito, todavia, estão muito distantes de um consenso. Por isso, tentaremos expor, na primeira parte dessa seção, as diferentes visões existentes sobre este termo. Posteriormente, analisaremos a noção de “ciberespaço” como possibilidade de estudos para a Geografia, o que ainda causa bastante controvérsia no debate acadêmico desta disciplina.

Lévy (1999, p. 92) define o ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. Essa definição considera o ciberespaço como uma plataforma de comunicação formada a partir dos computadores interconectados.

O Ciberespaço seria resultado de uma rede técnica e de novas relações sociais. A dinâmica imaterial do ciberespaço seria apoiada no avanço das forças produtivas do sistema capitalista, objetivando um aumento da velocidade de rotação do capital e das transações mercantis e financeiras em escala planetária. Também resulta das novas tecnologias, como a Internet (TANCMÁN, 2002, p. 53).

Horácio Capel (apud INFANTAS, 2009), ao tratar da emergência do ciberespaço, considera que:

Ese espacio virtual es un espacio totalmente nuevo, que no existía antes. Una realidad paralela a la real. No tiene realidad física, solo existe en la comunicación electrónica, en los ordenadores, en los flujos eléctricos. Es un espacio inmaterial pero con muchos atributos del espacio real, aunque con otros totalmente nuevos. El ciberespacio permite la presencia física en un punto y la telepresencia en otros. En él la distancia geográfica ya no es importante y los conceptos de proximidad y distancia se modifican profundamente. Lo más próximo no está ya más relacionado que lo lejano, como ocurría tradicionalmente. A veces lo lejano está más próximo a través de la conexión informática. La distancia geográfica adquiere otro valor o se convierte en poco significativa. Lo que cuentan son las numerosas conexiones que se establecen y los espacios de relación (CAPEL apud INFANTAS, 2009)

Cano et al. (2004, p. 29), utilizando o termo “espaço cibernético” (que consideramos um sinônimo de ciberespaço), ressaltam que se faz importante distinguir que este conceito não se resume à Internet, pois o mesmo também abarcaria redes internas corporativas ou de defesa; portanto, redes não pertencentes à Internet. Em nosso trabalho, quase sempre utilizaremos o termo ciberespaço para designar também o acesso à Internet, embora reconheçamos essa proposta de distinção.

Os mesmos autores (Ibidem, pp. 30-31) sistematizam algumas características e consequências a partir do ciberespaço. Destacamos algumas delas:

- Utilização de linguagens próprias;
- Relativização das distâncias;
- Rapidez no acionamento dos processos;

- Redução dos custos de transportes de produtos e informações;
- Sincronização temporal da comunicação;
- Possibilidade de teletrabalho⁸ humano;
- Facilidade do acesso à informação.

Uma outra concepção polêmica é a de Giorda (apud HAESBAERT, 2007, p. 271), que o define como um local desterritorializado singular, por não ser “homogêneo e descontínuo na distribuição física de seus atores sobre a superfície terrestre”. Consideramos, assim como Haesbaert, que essa definição encontra-se bastante limitada, pois não considera a possibilidade de o território ser descontínuo e heterogêneo. Também pensamos que o ciberespaço pode proporcionar a formação de territórios imersos na própria rede, como é o caso das comunidades virtuais ou *blogs* formados na internet⁹. Como concluem Costa e Souza (2006), “o ciberespaço também é um ambiente de pertencimento”.

O acesso ao ciberespaço é possibilitado através de alguns condicionantes, que são fundamentais para a interação neste espaço. Forma-se um ambiente construído que é a expressão material que permite à conexão a essa nova possibilidade de relações sociais. Essas condições são possibilitadas por um arranjo espacial formado por monitor, teclado, mouse, linha telefônica, modem de banda larga, provedor de Internet e outras redes telemáticas que permitem o acesso ao ciberespaço (SILVA & TANCAMÁN, 1999, p. 58).

Uma visão inicial de ciberespaço pode nos remeter a um local imaterial, onde as relações ocorrem sem uma base palpável. Dentro de uma visão epistemológica mais estruturalista, a partir de um espaço geográfico concebido eminentemente por uma base material, o ciberespaço poderia ser negado pela Geografia em função da grande volatilidade e da imaterialidade de suas estruturas. O debate sobre a questão das redes informacionais e seus impactos no espaço e no território ainda se apresenta bastante tímido entre a Geografia. Essa constatação pode ser devida tanto à escassez de trabalhos dentro dessa temática, como pela grande resistência de alguns geógrafos em aceitar o ciberespaço como uma dimensão do espaço geográfico.

⁸ O teletrabalho dispensa o deslocamento de pessoas aos centros de operações, como o usual na estruturação física convencional (CANO, BECKER & FREITAS, 2004, p. 31).

⁹ Para um aprofundamento da questão relativa ao território e à identidade formada na internet, conferir o trabalho de Gustavo Siqueira da Silva (2007). O autor faz uma importante contribuição a essa discussão pelo estudo da constituição das identidades territoriais dos migrantes brasileiros pelo mundo, através da análise de seus discursos manifestados em *blogs* da Internet, tentando articular tais identidades com sua representação no âmbito cultural, mais especificamente da territorialidade.

Essa resistência em trazer esses novos elementos para o debate geográfico deriva, muito provavelmente de uma concepção – no mínimo questionável – de que a maior velocidade da informação e dos meios de comunicação promoveria a redução da importância do território. Resumidamente, seria a “aniquilação” do espaço pelo tempo. Um dos teóricos que defenderam essa tese foi o francês Paul Virilio:

[...] a aceleração, não mais da história [...] mas a aceleração da própria realidade, com a nova importância deste tempo mundial em que a instantaneidade apaga efetivamente a realidade das distâncias, destes intervalos geográficos que organizavam, ainda ontem, a política das nações e suas coalizões [...]. Se não há um fim da história, é então ao fim da geografia que nós assistimos. (VIRILIO apud HAESBAERT, 2007, p. 19)

Obviamente, afirmações deste naipe certamente causaram grande impacto na Geografia. No entanto, basta apenas uma breve análise acerca do trecho supracitado para perceber que o autor confunde (ou reduz) a geografia com a simples noção de distância (topométrica), algo que comumente ocorre quando alguns autores de outros campos do conhecimento adentram em discussões pertinentes ao objeto de estudo e ao método da Geografia sem o devido esclarecimento conceitual e epistemológico.

Acreditamos que a ciência geográfica, dentro da análise das imbricações entre as novas TICs e o espaço (e também o tempo), possa contribuir significativamente para uma melhor compreensão das transformações impostas por esse sistema técnico. No entanto, essa tarefa exige alguns esforços da nossa parte, principalmente pela necessidade de estudarmos algumas categorias-chave da Geografia (como espaço, território e lugar) através de um olhar sobre um fenômeno bastante recente.

Infantas (2009) considera que, no campo da Geografia, o uso de termos como “ciberespaço”, “fronteiras eletrônicas” e “estrada da informação”¹⁰ implica um projeto para os geógrafos: a incorporação de tais visões inovadoras dentro de um marco ontológico inerente às preocupações geográficas. O autor também considera o ciberespaço como uma rede de nós e uniões que podem ser equivalentes a um espaço. Esse campo contempla oportunidades para o movimento e para a interação. Em síntese, consiste em um termo utilizado para indicar que rede de computadores é uma realidade dentro de um contexto social.

Parafraseando as considerações de Capel (2001), na qual os espaços virtuais ou o ciberespaço seriam uma terra de incógnita, uma terra nova para conquistar e povoar e que, pouco a pouco, está sendo conquistada e povoada, consideramos que a Geografia, enquanto campo privilegiado do conhecimento pela sua visão holística e sistêmica dos fenômenos

¹⁰ No artigo original, o autor utiliza o termo “superautopista de la información” (INFANTAS, 2009).

sociais e naturais, também deve conquistar esta “nova terra” repleta de novos problemas de pesquisa que nos inquietam e nos levam à busca de respostas a essa enorme gama de transformações e de novas (re)territorializações.

A geografia técnica refere-se à infraestrutura de telecomunicações da internet, as conexões entre os computadores que organizam o tráfego e a distribuição das linhas de telecomunicações destinadas ao transporte de dados. O alcance da internet é global, mas territorialmente desigual. Em termos de distribuição espacial dos usuários, há uma nítida concentração em países da Europa e da América Anglo-Saxônica em comparação com a Ásia e o Oriente Médio, por exemplo. A geografia da rede, portanto, também tem relação com a noção de exclusão e inclusão, uma vez que depende dos valores e dos interesses sociais das elites dominantes. E a Internet é um exemplo desse fenômeno. (UEDA, 2004). Veremos mais detalhadamente, a partir de agora, como ocorrem esses processos de exclusão e inclusão em termos de acesso às tecnologias de informação e comunicação, principalmente em termos de computadores e internet.

5.4. Exclusão digital: uma nova dimensão entre as desigualdades socioespaciais

A partir da ascensão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como no caso dos computadores, iniciou-se o debate acerca da formação de uma nova forma de exclusão social: a digital.

O termo “exclusão digital” deriva-se do inglês “digital divide” e está relacionado às barreiras que não permitem o acesso ou tratamento das pessoas às tecnologias de informação, seja em função da falta de oportunidade ou pela falta de conhecimento sobre uso da TICs (LUCAS, 2002, p. 161) .

A mesma autora ainda define mais especificamente o termo:

Por exclusão digital entende-se o surgimento de mais uma barreira socioeconômica entre indivíduos, famílias, empresas e regiões geográficas, a qual decorre da desigualdade quanto ao acesso e uso das tecnologias da informação e comunicação, hoje simbolizadas na Internet (LUCAS, 2002, p.161).

O conceito de exclusão digital remete-se, principalmente, à desigualdade no que tange o acesso à Internet. Mas não se limita apenas a isso, pois a impossibilidade de possuir outras TICs, tal como o telefone, também incorre em uma questão de exclusão. Contudo, para atender aos objetivos deste trabalho, quando utilizarmos o termo “exclusão digital”, estaremos nos referindo mais especificamente à desigualdade relativa ao acesso a computadores e à internet. Essa opção é devida à especificidade inerente a estas tecnologias, que exigem maior preparo para a sua plena utilização, diferentemente dos telefones que, conforme Sorj e Guedes

(2005, p. 102), “são parte da família de produtos inclusivos para analfabetos”; portanto, produtos que podem ser utilizados por pessoas com menor instrução.

A exclusão digital também é conhecida por termos como “desigualdade digital”, “segregação digital” e “brecha digital”. A segregação digital está intrinsecamente relacionada com a manifestação de diferenças socioespaciais, vinculadas a aspectos como capital econômico, formação educacional, investimento público; ao acesso às infra-estruturas e à adaptação a novas tecnologias. A partir disso, percebe-se a enorme gama de fatores relacionados a essa problemática, fatos que tornam mais complexa a tentativa de reduzir a carência de acesso à Internet (CHAPARRO, 2007). Dentro desta perspectiva, Ueda também contribui com a reflexão sobre essa problemática:

Las desigualdades y las diferencias son complejas, una vez que la distribución de la riqueza es desigual. Si pensamos en términos de nuevas tecnologías de la información, pocos son las personas que tienen acceso, una vez que los precios de los equipamientos son demasiados altos y el acceso a la Internet es casi imposible, pues exige un ordenador conectado a una línea telefónica. (UEDA, 2004)

Dessa maneira, como observa Castells, “a diferenciação entre os que têm e os que não têm Internet acrescenta uma divisão essencial às fontes já existentes de desigualdade e exclusão social” (CASTELLS, 2003, p. 203).

A exclusão digital se associa às discrepâncias quanto ao acesso e uso das TICs. Essas diferenças são representadas pelas restrições para uso de computadores e Internet, não apenas no plano de cada indivíduo, mas também em termos territoriais. Queremos afirmar, a partir dessa constatação, que há uma implícita relação da exclusão digital com outras matrizes de desigualdade socioespacial. Apesar de essa questão ser aprofundada posteriormente ao longo do presente trabalho, faz-se importante destacar que aqueles locais que apresentam piores índices de desenvolvimento social (renda, escolaridade, acesso à educação, segurança, e saúde, etc.) coincidem com uma maior exclusão digital de seus moradores, provocada principalmente pela dificuldade de adquirir um computador e manter o acesso à Internet (seja uma mensalidade de banda larga ou a assinatura de telefone fixo, no caso do modem discado), além da falta de domínio sobre as linguagens e conhecimentos necessários para o manuseio. Une-se às diferentes formas de segregação social e espacial a digital.

Assim como outras inovações sociais, o impacto das TICs propicia um aumento das desigualdades sociais, já que os primeiros beneficiados dessas “novidades” são as camadas mais ricas da sociedade. Assim,

[...] a luta contra a exclusão digital não é tanto uma luta para diminuir a desigualdade social, mas um esforço para não permitir que a desigualdade cresça

ainda mais com as vantagens que os grupos da população com mais recursos e educação podem obter pelo acesso a este instrumento (SORJ, 2003, p. 62).

É comum a associação do termo “exclusão digital” com a simples questão de possuir ou não um computador e Internet. Essa relação vai além, pois, mais do que o simples acesso, o uso e a apropriação das TICs envolvem questões culturais e de desenvolvimento cognitivo. Essa discussão será aprofundada no próximo subcapítulo, quando trataremos do conceito de inclusão digital, propondo que, para um indivíduo estar “incluído” digitalmente, não basta apenas um computador.

Contemporaneamente, a desigualdade no domínio dos conhecimentos relativos à informática pode derivar em graves implicações para a vida dos sujeitos. Não apenas em termos de posse, mas também de oportunidades de desenvolvimento e crescimento pessoal e coletivo, vistos não exclusivamente em termos econômicos e materiais, ou em escala local ou regional (CHAPARRO, 2007).

A exclusão digital, tal como já colocamos anteriormente, é uma nova representação de diferenças socioespaciais. Essa diferenciação é devida a algumas importantes variáveis que acabam conformando, ou não, um cenário de maior dificuldade de acesso às TICs, tal como investimento econômico individual ou público, formação escolar (o fato de ser alfabetizado, por exemplo), infraestrutura de acesso, entre outros. Vê-se portanto que, mais do que apenas a posse do computador, há uma série de outros fatores que confluem para o aumento ou diminuição do grau de exclusão.

Ainda, conforme Sorj (2003), a exclusão digital é determinada por cinco fatores que determinam a magnitude do acesso aos sistemas telemáticos: existência de infra-estruturas de transmissão; equipamento e conexão para acesso; treinamento para o uso; capacitação intelectual e inserção social do usuário; produção e uso de conteúdos específicos adequados às necessidades dos diversos segmentos da população (SORJ, 2003, p. 63). Veremos de modo mais aprofundado as três primeiras por considerarmos que as mesmas são mais tangíveis ao nosso objeto de estudo, ao mesmo tempo em que apresentam uma diferenciação entre telecentros e *lan houses*: o caráter educativo e de treinamento para o uso da informática.

As infra-estruturas físicas de transmissão são os sistemas que permitem o acesso, como o telefone, TV a cabo, rede elétrica, tecnologia 3G, etc.. Há um elemento de desigualdade inserido nesse fator, relativo à capacidade da recepção e transmissão de dados (banda larga e banda simples), que limitam os usos de acordo com a velocidade. A tabela 1 ilustra a diferenciação quanto ao tipo de conexão domiciliar.

Tabela 1 - Tipo de conexão para acesso à Internet em áreas urbanas no Brasil.

Percentual (%)		<i>Modem Tradicional (acesso discado linha telefônica)</i>	<i>Banda Larga</i>					Outro	Não sabe / Não Resp.
			TOTAL Banda Larga	Modem digital via linha telefônica (tecnologia DSL)	Modem via cabo	Via rádio	Via satélite		
TOTAL ÁREA URBANA		31	58	22	23	10	2	1	10
REGIÕES DO PAÍS	SUDESTE	37	53	20	23	7	2	1	10
	NORDESTE	24	59	12	23	21	3	1	17
	SUL	22	69	37	16	14	1	2	7
	NORTE	39	50	27	11	7	6	2	8
	CENTRO-OESTE	10	79	21	42	14	2	1	11
RENDA FAMILIAR	Até R\$830	37	47	14	20	12	1	1	15
	R\$831-R\$1245	41	48	14	22	10	1	1	11
	R\$1246-R\$2075	28	61	23	21	15	2	1	10
	R\$2076-R\$4150	28	66	28	28	8	2	1	7
	R\$4151 ou mais	25	70	29	28	6	7	2	5

Fonte: CGI (2008). Adaptado pelo autor.

Atualmente, o principal equipamento de acesso individual é o computador, mas também podemos citar outros, como videogames, televisores e telefones celulares, esses últimos apresentando um crescimento significativo de importância a partir da implementação da tecnologia 3G¹¹.

O acesso ao computador não ocorre apenas na residência do usuário, mas também na escola, no trabalho, na casa de amigos ou parentes e em centros públicos de acesso à Internet (telecentros e *lan houses*). No caso dos centros públicos, sua importância é ainda maior em regiões mais carentes, na qual os mesmos tornam-se, muitas vezes, a única possibilidade para ter contato com computadores e Internet. A tabela 2 demonstra percentualmente o local de acesso individual mais frequente. Conforme pode ser analisado, os centros pagos praticamente representam a mesma importância do que as residências, sendo mencionado por mais de um terço dos entrevistados na pesquisa desenvolvida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Porém, é importante frisar que, entre pessoas com renda familiar de até R\$ 415,00¹², os centros pagos representam 75%. Esses dados refletem a dificuldade que as camadas mais pobres da população enfrentam para a compra de equipamentos que oferecem acesso à Internet.

¹¹ A tecnologia 3G refere-se à terceira geração de celulares, implementada no Brasil a partir de 2004, que apresenta maior capacidade de transmissão de dados, facilitando o acesso à Internet através de aparelhos capacitados a receberem esse serviço.

¹² R\$ 415,00 era o salário mínimo vigente durante a realização da pesquisa. Os demais intervalos da tabela equivalem à quantidade de salários mínimos. O último intervalo (R\$ 4151,00) refere-se, portanto, a 10 salários mínimos naquela época, entre setembro e novembro de 2008.

**Tabela 2 - Local de acesso individual à internet - mais frequente - Brasil.
Percentual (%)**

		Em casa	Centro público de acesso pago	No trabalho	Na casa de outra pessoa	Na escola	Centro público de acesso gratuito
TOTAL ÁREA URBANA		36	35	14	9	5	1
REGIÕES DO PAÍS	SUDESTE	41	30	14	9	5	1
	NORDESTE	22	54	8	9	4	2
	SUL	41	23	19	10	6	1
	NORTE	20	52	11	8	8	1
	CENTRO-OESTE	37	28	18	11	5	1
RENDA FAMILIAR	Até R\$415	7	75	2	7	6	3
	R\$416-R\$830	14	57	5	14	8	2
	R\$831-R\$1245	30	42	12	9	6	1
	R\$1246-R\$2075	45	24	19	8	4	-
	R\$2076-R\$4150	58	11	20	7	2	1
	R\$4151 ou mais	63	5	28	3	1	-

Fonte: CGI (2008). Adaptado pelo autor.

Diante desse cenário desigual no que tange o acesso e o pleno uso das TICs, conjeturam-se alternativas que possam minimizar o grau de exclusão digital dos grupos sociais que não estão inseridos no ciberespaço. O Estado apresenta um papel fundamental na promoção de iniciativas que mitiguem esse problema. A redução da exclusão digital, na verdade, já faz parte atualmente de muitas agendas de políticas públicas implementadas em nível municipal, estadual e federal.

Esse novo elemento que se agrega a outras tantas variáveis de desigualdade social proporciona novos desafios ao planejamento estratégico das ações governamentais. Para Sorj (2003, p. 73), “as políticas públicas devem coordenar o desenvolvimento de infra-estruturas e a promoção da universalidade dos serviços”. O incentivo a empresas privadas para o oferecimento de serviços e equipamentos a custos mais baixos também consiste em alternativa importante visando uma promoção mais igualitária das TICs. Conforme a idéia de Castells (2003), a redução dos preços de produtos ligados à área de hardware¹³ e software¹⁴, bem como a disponibilidade de programas de computador - tais como os sistemas operacionais, poderia propiciar maior facilidade de compra do computador doméstico para grupos minoritários e de baixa renda.

Gomes sintetiza a importância da universalização do acesso:

¹³ Unidades físicas, componentes, circuitos integrados, discos e mecanismos que compõem um computador ou seus periféricos; o hardware de computador pode incluir o computador em si, os discos e a unidade de disco, impressora, mouse, etc.

¹⁴ Qualquer programa ou grupo de programas que instrui o hardware sobre a maneira como ele deve executar uma tarefa, inclusive sistemas operacionais, processadores de texto e programas de aplicação gráfica, entre outros.

Fomentar a universalização de serviços significa, portanto, conceber soluções e promover ações que envolvam desde a ampliação e melhoria da infra-estrutura de acesso até a formação do cidadão, para que este, informado e consciente, possa utilizar todos os serviços disponíveis de um computador e da Internet. Esta ferramenta permite uma interação nunca antes imaginada. (GOMES, 2002, p. 2)

Visto que ainda há uma série de fatores impeditivos para obter o pleno acesso ao ciberespaço, surgem alternativas que buscam minimizar o problema da exclusão digital. Todavia, essas se constituem em alternativas de longo prazo de execução, dependente de variações no mercado de produção de computadores e de outras plataformas de acesso à Internet. Em curto prazo, acreditamos que se faz necessária a criação de políticas públicas para promoção de inclusão digital, tanto em escala nacional (em programas fomentados pelo Governo Federal), como em escala local (através de políticas públicas implementadas pelos municípios). Neste sentido, os telecentros comunitários apresentam-se como uma alternativa viável para proporcionar o acesso à internet para aqueles que não possuem plenamente devido a limitações financeiras, inclusive para parcelas da população que jamais se inseriram no ciberespaço. Essa estrutura, entretanto, ainda não se apresenta consolidada inclusive em municípios como Porto Alegre, que apresentam programas bastante conhecidos e antigos de implementação de telecentros.

Como a compra de um computador, apesar da redução de preços observada nos últimos anos, ainda é privilégio para poucos, a iniciativa privada projeta o crescimento de um ramo com grande mercado consumidor a partir desse hiato existente entre o desejo de usufruir os benefícios proporcionados pelas TICs e a impossibilidade de adquirir os equipamentos necessários. Ocorre, a partir disso, a profusão de centros públicos de acesso pago principalmente em regiões periféricas das grandes cidades, como é o caso de Porto Alegre. A reflexão sobre esses centros, tanto os gratuitos como os pagos, será realizada posteriormente. Antes disso, porém, consideramos fundamental discorrermos brevemente sobre outro conceito relativo a nosso problema de pesquisa: a inclusão digital. Ao contrário do que possa parecer, a definição desse termo não finda apenas no acesso a um computador. Analisaremos mais profundamente as implicações desta noção no próximo subcapítulo.

5.5. Inclusão digital: a busca de um efetivo acesso às TICs

Antes de iniciarmos, gostaríamos de propor uma questão que esperamos que seja respondida até o fim dessa seção à luz das contribuições de autores que vem discutindo esse tema: o simples acesso basta para um indivíduo estar efetivamente incluído digitalmente?

Tal como colocamos no final da seção anterior, a finalidade desse conceito não se apresenta tão simplesmente quanto aparenta. “Incluir-se” digitalmente consiste em uma ação que vai além do simples acesso ao computador. Mesmo que a separação existente entre o indivíduo e o computador seja uma dimensão importante para a compreensão da inclusão digital – assim como a falta de condições financeiras e educacionais – apenas o acesso material não encerra o problema da exclusão digital. (CARVALHO apud BORNIA JUNIOR, 2006, p. 29). O desenvolvimento de cursos no sentido de promover a construção de habilidades, competências e conhecimentos entre os usuários é fundamental para uma efetiva utilização das inúmeras ferramentas proporcionadas pelo computador e pela Internet. Aliado a isso, como já fora afirmado anteriormente, a redução dos custos de equipamentos de TICs, assim como o desenvolvimento de sistemas operacionais e demais softwares de fácil compreensão e manuseio, facilita a inserção de novos usuários.

A inclusão digital, termo bastante disseminado a partir da ascensão da Internet comercial na primeira metade da década de 90, vem se tornando pauta de preocupação não apenas de esferas governamentais, mas também para ativistas, indústria cultural, meios de comunicação, pesquisadores acadêmicos, escolas, empresas e ONGs. Essa crescente importância reflete a magnitude do impacto proporcionado pelas TICs. Carvalho considera que:

A inclusão digital tem sido tratada – na mídia, nos discursos políticos, nas propagandas das empresas de informática e telecomunicações e em análises acadêmicas - como essencial para a inclusão social, para a diminuição de desigualdades entre países e entre os indivíduos e regiões de um mesmo país (CARVALHO, 2009. p. 21).

Apesar de concordarmos quanto à importância da inclusão digital na contemporaneidade, consideramos que, antes de conjecturar a redução das desigualdades a partir da inserção digital, é preciso que sejam universalizados os equipamentos de acesso às TICs. E o cenário atual remete a uma situação muito distante dessa idealização. Até o presente momento, a desigualdade ainda está inerente ao simples acesso aos computadores e à Internet.

Conforme Rondelli (apud LAIPELT et al., 2006), “inclusão digital está relacionada à aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais, como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos”. Podemos afirmar, portanto, que o oferecimento dos equipamentos de acesso à Internet constitui-se em uma primeira etapa do processo de inclusão, mas que não se encerra por aí. A partir do momento em que esses equipamentos são utilizados de acordo com as necessidades do usuário, desenvolvendo os conhecimentos para a utilização das TICs em sua plenitude e de maneira

crítica, desde fins mais simples, para entretenimento e comunicação, até o uso para educação e produção de conhecimento e conteúdo para a Internet, entre tantos outros.

Laipelt et al. contribuem com essa ideia:

Assim, pode-se afirmar que no primeiro nível de inclusão digital encontra-se o acesso à informação em meio digital e às TICs, no sentido do uso passivo das informações. No segundo nível, por outro lado, encontra-se o uso que as pessoas fazem dessa informação, ou seja, a capacidade de transformá-la e aplicá-la em seu benefício e da comunidade a qual pertencem. Dentre as atividades características do segundo nível de inclusão digital, a mais almejada, sobretudo pelos projetos de inclusão digital, é a produção de conteúdos. (LAIPELT et al. 2006)

A efetiva inclusão digital desenvolve-se, sobretudo, a partir da capacidade de selecionar, procurar, processar e transformar a informação recebida (CASTELLS, 2003). Metaforicamente, seria como inserir um indivíduo em um local estranho, com idioma, pessoas e simbologias completamente diferentes daquelas aos quais ele está acostumado. Esse indivíduo até poderá interagir com o ambiente e extrair algumas informações básicas; no entanto, dificilmente conseguirá transformar essas informações em novos conhecimentos. Problemática semelhante pode ser encontrada no processo de inclusão digital: a enorme quantidade de dados disponíveis na Internet acaba se configurando em um problema, ao mesmo tempo em que se impõem novos desafios. Entre eles, destacamos o “saber-procurar” e o “saber-filtrar” em meio a esse grande volume de informação a ser processada.

Tabela 3 - Unidades da federação com maior e menor grau de inclusão digital.

	Moradores em domicílios Particulares Permanentes	Acesso a microcomputador	Proporção (em %) moradores com acesso/total de moradores
Brasil	168.450.489	17.328.185	10,29
Unidades da Federação			
Maior Inclusão Digital			
Distrito Federal	2.035.459	485.820	23,87
São Paulo	36.719.202	6.603.586	17,89
Rio de Janeiro	14.289.735	2.217.769	15,51
Santa Catarina	5.319.120	654.177	12,30
Paraná	9.471.919	1.097.529	11,59
Menor Inclusão Digital			
Maranhão	5.621.913	115.211	2,05
Piauí	2.832.095	78.811	2,78
Tocantins	1.143.283	31.533	2,76
Acre	552.016	18.881	3,42
Alagoas	2.797.246	100.664	3,60

Fonte: Mapa... (2003).

Fonte: Mattos (2003)

Mattos (2003, p.105) expõe uma tabela com “as unidades da federação com maior e menor grau de inclusão digital”. Percebe-se que, percentualmente, os melhores índices são

encontrados em estados como Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto os piores índices são encontrados no Maranhão, Piauí e Tocantins. Esses dados refletem a conjuntura desigual no que tange ao acesso microcomputadores. Contudo, consideramos que a utilização do termo “inclusão digital” pode incorrer em um erro, visto que o simples acesso ao computador, conforme o que foi definido nos parágrafos anteriores, não proporciona a inclusão digital do indivíduo.

Bornia Junior (2006) defende que a inclusão digital tornou-se um dos grandes desafios para o início do Século XXI, tendo se convertido em elemento central nos debates acerca da Sociedade da Informação. A verdadeira inclusão deve ocorrer a partir do usufruto do conhecimento digital. Trata-se de uma questão ampla e que merece atenção, principalmente, da parte dos gestores públicos. Como veremos a seguir, a criação de telecentros pode se constituir em um primeiro passo visando uma promoção mais significativa do acesso à internet para populações carentes. É interesse desta pesquisa analisar até que ponto a inclusão digital realmente ocorre nesses locais, utilizando, o município de Porto Alegre como recorte espacial para um estudo mais aprofundado.

5.6. Telecentros comunitários: uma alternativa para a redução da exclusão digital

A universalização do acesso à Internet requer ações que congreguem o poder público, organizações locais, associações de cidadãos e empresas no intuito de possibilitar que o ciberespaço auxilie o desenvolvimento individual e coletivo em regiões socioespacialmente marginalizadas (LÉVY, 1999). Entre as diferentes perspectivas de políticas públicas de inclusão digital, destacaremos, neste trabalho, a iniciativa dos centros públicos de acesso gratuito à Internet: os telecentros.

Sorj (2003, p. 66) define telecentro como “[...] pontos de acesso coletivo, onde o usuário pode usufruir serviços de Internet através de equipamentos que não lhe pertencem”. O objetivo principal desta iniciativa consiste em disponibilizar um acesso mais frequente às TICs.

Como lembra Chaparro (2007), os telecentros são considerados uma alternativa para diminuir as distâncias relacionadas à segregação sócio-digital, ao promover alternativas de inclusão para aqueles cujo acesso é escasso. Ueda sistematiza os objetivos da implantação dos telecentros:

A través de la Internet, las iniciativas locales se integran a una red global, possibilitando un nuevo tipo de actividad económica e política, centrada en múltiples localidades conectadas digitalmente. Es en ese contexto que los telecentros son importantes, pues son espacios que la población tiene disponible las tecnologías de la información y pueden ascender a la sociedad de la información. Ellos tendrán

derechos y oportunidades de aprender y utilizar las tecnologías. Superando los límites entre el equipamiento (el ordenador) y la apropiación del mismo, dando oportunidades a que los ciudadanos mejoren sus condiciones de vida y estimulen a la democratización de la información en un sentido más solidario. Haciendo que la ciudad tenga espacios colectivos y que los ciudadanos luchen por una sociedad más justa y un otro mundo posible para todos, promoviendo la inclusión de social a través de la inclusión digital. (UEDA, 2004)

Os telecentros devem possuir, como característica básica, a capacidade de possibilitar o acesso a camadas menos favorecidas economicamente (SANTOS FILHO, 2008), sendo normalmente instaladas em regiões periféricas distantes das áreas mais ricas da cidade. Isso não exclui, entretanto, a possibilidade de inserção de unidades em regiões centrais, tal como é o caso do Telecentro Mercado Público, localizado no Centro de Porto Alegre e que atende a uma maior gama de usuários oriundos de bairros distantes do Centro ou de outros municípios (principalmente os trabalhadores que exercem atividade no referida região).

Tabela 4 - Perfil dos usuários dos centros públicos de acesso à Internet.

Tempo de estudo	%	Faixa etária	%	Renda per capita	%
Sem instrução / até 8 anos	24,9	Entre 10 e 17 anos	35,6	Até 1 salário Mínimo	32,6
Entre 8 e 10 anos	21,2	Entre 18 e 24 anos	31,2	Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,5
Entre 11 e 14 anos	40,6	Entre 25 e 39 anos	23,7	Mais de 2 a 3 salários mínimos	13,7
Acima de 15 anos	13,3	Acima de 40 anos	9,4	Mais de 3 a 5 salários mínimos	12,0

Fonte dos dados: IBGE/PNAD (2005). Organização da tabela: SANTOS FILHO (2008)

A análise dessa tabela revela o perfil dos usuários de telecentros no Brasil. Percebe-se que a maior parte da amostra possui baixa escolaridade (quase 50% não chegou a 10 anos de estudo), é jovem (66,8% tem idade entre 10 e 24 anos) e possui baixa renda (mais de 60% recebe até dois salários mínimos).

Sorj (2003, p. 67) apresenta uma tipologia que representa basicamente como se constituem os telecentros:

- Telecentros de acesso: disponibilidade de serviços básicos de Internet e, eventualmente, de fax, impressora, *scanner*, entre outros;
- Telecentros monopropósito: fornecimento de um único tipo de conteúdo, tal como informações governamentais ou educacionais;
- Telecentros de formação: além dos serviços disponibilizados no primeiro tipo, oferecem cursos de formação e orientação ao usuário;

- Telecentros comunitários multipropósito: união de múltiplos serviços, como cursos de informática, serviços públicos, acesso à Internet, informações locais, rádio comunitária, produção de conteúdos e serviços à comunidade.

Ao contrário de *lan houses* ou *cybercafés*, dois tipos de centros de acesso pago à Internet que serão aprofundados na próxima seção, os telecentros possuem uma função comunitária, em função da gratuidade da utilização dos terminais de computadores e da promoção de cursos voltados ao público interessado.

Bornia Junior considera que:

Constituindo espaços destinados à livre utilização popular dos serviços associados à tecnologia informacional, os telecentros propiciam contato e interação com a sociedade da informação, posto que disponibilizam acesso à rede mundial de computadores. Em muitos casos, entretanto, a funcionalidade do telecentros transpassa este objetivo. Há unidades que promovem com baixo ou nenhum custo oficinas de inclusão digital, com lições de informática básica e de internet, ou, até mesmo, cursos de informática avançada, manutenção de hardware e configuração de redes (BORNIA JUNIOR, 2006, p. 31)

A justificativa do oferecimento de cursos de informática ocorre devido ao ainda grande déficit de conhecimento relacionado às ferramentas disponíveis no uso dos computadores, fato que pressupõe a utilização das TICs com um mínimo das funcionalidades. No entanto, deve-se ressaltar que essa iniciativa só será realmente efetiva a partir do momento em que a capacidade de comunicação oral e escrita estiver desenvolvida de acordo com as exigências das linguagens vigentes na informática. Pereira (2004, p. 376) considera que “[...] o desafio brasileiro é duplo, pois a inclusão digital deve vir acompanhada de educação e da alfabetização, para que o paradigma tecnológico não aumente as barreiras sociais”.

A importância destes empreendimentos para comunidades que não possuem acesso à Internet é fundamental. Analisando o perfil dos usuários que frequentam as unidades de telecentros, percebe-se que essas experiências têm proporcionado benefícios significativos a esses segmentos (ASSUNÇÃO apud PEREIRA, 2004, p. 377). Essa problemática, portanto, não possui em seu cerne apenas a questão da desigualdade relativa ao acesso às TICs, mas também a busca por uma maior igualdade em termos socioespaciais através do acesso aos serviços básicos, como educação (no caso, uma educação voltada à telemática) e uso de plataformas governamentais disponíveis na Internet.

Os telecentros, assim, oferecem potencialmente a possibilidade da ampliação da participação popular na gestão pública, principalmente no caso de municípios e unidades federativas que utilizam a internet para solicitação de serviços ou como plataforma de

consulta à população¹⁵. Utilizamos o termo “potencial” por reconhecermos que essa situação idealizada ainda está distante da realidade atual que analisaremos ao longo deste trabalho. De qualquer maneira, essa simples conjectura já suscita um cenário futuro de maior participação da sociedade nas decisões que lhes interessam.

A universalização do acesso através dos telecentros ainda está distante de ser atingida. Em termos estatísticos, o impacto dos telecentros ainda é secundário, visto que seu número, em escala nacional, ainda é bastante pequeno (vide a tabela 2), embora seja significativo para as comunidades que usufruem essas estruturas (SORJ e GUEDES, 2005).

Consideramos que o desenvolvimento dos telecentros constitui-se, ao menos nos próximos anos, como uma das medidas mais eficazes visando à redução da exclusão digital. Esse objetivo, entretanto, só poderá ser cumprido a partir da instituição de políticas públicas efetivamente voltadas ao combate desse viés de desigualdade. Percebemos que, enquanto essa iniciativa não é acessível à grande parte da população, emerge, a partir da iniciativa privada, um tipo de serviço pago voltado àqueles que não têm acesso regular à Internet: as *lan houses*. Um crescimento significativo no número de estabelecimentos deste caráter vem sendo observado nos últimos anos, principalmente em regiões periféricas não atendidas por políticas públicas de inclusão digital. Analisaremos essa questão na próxima seção

5.7. *Lan houses*: a emergência de um ramo da iniciativa privada no hiato de políticas públicas de inclusão digital

As *lan houses* caracterizam-se como centros de acesso público pago à internet, assim como disponibilizam jogos de computador em rede. Dentro dos objetivos deste trabalho, contudo, procuraremos nos deter à dimensão destes estabelecimentos quanto ao acesso à Internet devido à intenção de analisar os telecentros e as *lan houses* sob a perspectiva da inclusão digital e das transformações socioespaciais.

Antes de discorrermos sobre as *lan houses*, faz-se importante ressaltar algumas considerações. Outro termo bastante conhecido publicamente dentro do contexto dos centros de acesso a Internet é o de “cybercafé”. Tecnicamente, a principal diferença destes para as *lan houses* é o não-oferecimento de jogos de computador. Partindo dessa premissa, talvez fosse mais adequado estudar os *cybercafés* em detrimento das *lan houses*. Contudo, optamos por trabalhar com esse último termo por ele ser o mais utilizado nas fachadas destes

¹⁵ No *site* da Prefeitura de Porto Alegre <www.portoalegre.rs.gov.br>, são oferecidos serviços como, por exemplo, conta de água, alvarás, informações sobre feiras, licitações, mapas e horários de ônibus, processos, impostos, ICMS, IPTU, esgoto e iluminação, concursos públicos, consulta de alvarás, certidões, estágios e consulta do Diário Oficial. Acesso em 16 de julho de 2009.

estabelecimentos (mesmo entre aqueles que apenas fornecem acesso à Internet) e, principalmente, pelo seu grande crescimento nas regiões periféricas das cidades. Também será considerado sinônimo o termo “centro de acesso pago à Internet” para caracterizar os estabelecimentos deste tipo.

Pesquisas referentes a esse tema não são recentes dentro das ciências sociais e humanas, principalmente na Antropologia, na Sociologia e na Comunicação Social. Alguns pesquisadores desses campos do conhecimento têm procurado se deter na relação existente entre o jogo e os indivíduos que dele participam. Nosso enfoque não estará voltado a essa questão, embora ela possa ser tangenciada em algum momento do trabalho. Dentro da Geografia, os estudos dentro deste tema são escassos (para não dizer raros) e, entre eles, destacamos o de Santos Filho (2008)

As *lan houses*, em definição, são locais dotados de computadores conectados em rede que proporcionam acesso à Internet e jogos de computador. Além disso, esses estabelecimentos também oferecem outros tipos de serviços, como impressão, *scanner*, consultas na *web* (como comprovantes de quitação eleitoral e atestados de bons antecedentes). Algumas vão mais além, oferecendo também manutenção e conserto de máquinas, instalação de programas e redes, entre outros.

A importância destes empreendimentos no contexto brasileiro de acesso à internet vem crescendo significativamente nos últimos anos. Conforme dados da pesquisa “TIC Usuários e Domicílios – 2008”, coordenada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, 45% das pessoas declararam que utilizam centros pagos para acessar à Internet, sendo que os mesmos representam 35% da amostra como o local mais frequente do acesso (como expusemos na tabela 2). Percebe-se, também, que a maioria dos frequentadores de *lan houses* é formada por jovens de baixa renda e com pouca escolaridade, um perfil muito aproximado daqueles que utilizam os telecentros.

Carvalho comenta sobre o crescimento das *lan houses* no Brasil:

No entanto, este crescimento da utilização das *lan houses* atualiza o debate sobre o papel do Estado e do mercado na disseminação das tecnologias. Aqui também encontramos posições extremas. De um lado, seguindo a linha das teorias críticas da comunicação, há os que negam as *lan houses* como espaço de inclusão digital, acreditando que só os telecentros públicos de acesso gratuito são efetivos, pois representam o uso “cidadão” das novas tecnologias de informação e comunicação. De outro lado, estão os entusiastas que decretam que, diante da ineficácia dos governos, são as *lan houses* que promovem a verdadeira inclusão digital no Brasil, uma vez que os telecentros existem em pouca quantidade e estão atrelados às políticas de governo e não às políticas de Estado (CARVALHO, 2009, p. 26).

Esse debate bastante acirrado demonstra o importante papel que esses centros pagos adquiriram, principalmente, nas comunidades de baixa renda. No presente trabalho, não consideramos que as *lan houses* sejam vilãs do “programa de inclusão digital brasileiro”. Pelo contrário, concordamos que elas apresentam um importante papel em comunidades não providas de centros gratuitos. Contudo, não acreditamos que as mesmas sejam responsáveis por uma efetiva inclusão digital. Essa opção nada tem a ver com a pouca formalidade ou a falta de um papel estatal, e, sim, por considerarmos que a “inclusão” promovida pelas mesmas é limitada a *sites* de relacionamento, comunicação e entretenimento que, apesar de importantes, não representam grande parte das potencialidades que podem ser promovidas pela Internet.

No decorrer deste trabalho, tentaremos desvendar como ocorrem estes processos de uso de TICs e acesso à internet em telecentros e *lan houses*. A partir das nossas constatações, poderemos analisar, a partir do estudo em Porto Alegre, se o processo de inclusão digital efetivamente ocorre nas esferas estudadas, principalmente os telecentros. Também tentaremos refletir sobre as transformações espaciais e territoriais proporcionadas por ambos.

6. INTERNET NO BRASIL E A ATUAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA NA INCLUSÃO DIGITAL

O presente capítulo possui, em seu cerne, o objetivo de demonstrar um panorama atual do acesso à internet no Brasil em termos de usos; plataformas e locais de acesso; tipos de conexão; quantidade de indivíduos que possui computador e/ou internet no domicílio, entre outras variáveis. Essa análise será feita a partir de dados obtidos através da pesquisa Cetic.br, organizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Também será nosso objetivo apresentar uma evolução temporal das transformações ocorridas desde a ascensão da Internet comercial no Brasil, visando analisar a magnitude e os impactos do incremento no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na sociedade e no espaço geográfico.

Posteriormente, serão apresentadas e analisadas algumas iniciativas estatais de promoção do acesso e redução da exclusão digital, dentre as quais se destacam os programas de telecentros. Estes serão aprofundados na terceira parte deste capítulo, quando começaremos a analisar, de modo mais aprofundando, a iniciativa no município de Porto Alegre.

6.1. Histórico e panorama atual das TICs e da Internet no Brasil

As primeiras redes de infra-estrutura técnicas e informacionais começaram a ser implantadas durante meados da década de 1970, fato que proporcionou um aumento relativo da velocidade de transmissão de dados. Em 1980, conforme Tamara Benakouche, “o país passou a contar com a rede Transdata, constituída por circuitos privados do tipo ponto-a-ponto e explorada pela Embratel” (BENAKOUCHE, 1995, p. 229). Na prática, essa rede atendia aos interesses de grandes usuários, como empresas de telecomunicação, dispendo de satélites, faxes e equipamentos de videoconferência. Observa-se, já nessa época, a concentração de pontos de rede nos estados do Sudeste e Sul, principalmente o estado de São Paulo, que se tornaria o principal ponto nodal das infovias¹⁶ brasileiras.

A criação do ciberespaço brasileiro ocorre em meados da década de 80, por instituições de pesquisa não-privadas, inclusive universitárias. Em 1988, ocorrem as primeiras conexões brasileiras em rede com o Fermi National Laboratory, de Chicago. No início dos

¹⁶ O termo infovia se refere aos eixos de fluxo informacional. São Paulo caracteriza-se como um ponto nodal por possuir significativa parte das filiais de conglomerados multinacionais e empresas de telecomunicação em seu território. São Paulo, dentro do Brasil, é um espaço de tomada de decisões, sendo portanto um ponto de entreposto informacional dentro do próprio território brasileiro e na América do Sul.

anos 90, foram criados terminais de acesso discado a pesquisadores, formando um protótipo de rede baseada em nós localizados em universidades. Antes disso, em 1989, surgia a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que objetivava a interligação de laboratórios acadêmicos, tendo sido a Universidade Federal do Rio Grande do Sul a escolhida para sediar o primeiro Centro Nacional de Supercomputação. (CARVALHO, 2006, p. 103). Essa rede também realizou as primeiras conexões entre centros de pesquisa brasileiros e norte-americanos. Em 1991, cria-se uma rede brasileira de Internet com fins científicos, que com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ampliou-se para 10 unidades da federação no ano seguinte (SORJ, 2003, p. 80). Ainda em 1992, ocorre a oficialização da estrutura ciberespacial brasileira, cujo eixo central da rede se concentrava no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1994, pode-se perceber um aumento significativo no número de *Internet Protocols* (IP)¹⁷ registrados, páginas (*websites*), *e-mails*, consolidando, além do uso acadêmico, a internet para fins de uso pessoal e comercial. O incremento no uso de microcomputadores, não apenas nas instituições de pesquisa ou grandes empresas, mas também em residências, aumentou significativamente o interesse das pessoas em estabelecer comunicação e desfrutar dos benefícios que a rede mundial de computadores já passava a oferecer em meados da década de 90, ainda com a predominância de *modem* e linha telefônica convencional. Neste momento, começava o oferecimento da Internet comercial, inicialmente a partir da Embratel e, posteriormente, a partir de outras empresas. Nesta época, cria-se o Comitê Gestor da Internet (CGI), que é responsável pela coordenação e integração dos serviços de Internet no Brasil, tal como a gestão dos domínios “.br” (as páginas brasileiras) e a distribuição dos IPs. O CGI é composto por representantes do Estado (como o Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia), de empresas, do setor terciário e da comunidade acadêmica.

Em 2001, ocorre outro marco na história da Internet no Brasil: a comercialização da banda larga por várias empresas, principalmente aquelas que já contavam com estruturas de telefonia e TV a cabo em aglomerações urbanas que possuíam centrais e o aparato técnico necessário (SORJ, 2003, p. 81). Desde então, a quantidade de domicílios com acesso à Internet vem crescendo significativamente a cada ano. Vejamos, a partir de agora, um panorama atual do ciberespaço brasileiro de maneira mais detalhada.

¹⁷ *Internet Protocol* é uma série numérica, uma espécie de “carteira de identidade” atribuída a cada ponto de rede conectado à internet.

Conforme dados extraídos da Cetic.br, realizada em 2008, a proporção de domicílios com computador em áreas urbanas no Brasil é de 28%. Esse dado representa um aumento significativo em comparação com 2005 (ano em que foi realizada a primeira pesquisa pelo CGI), quando aproximadamente 17% dos domicílios em áreas urbanas possuíam o equipamento. Uma análise mais aprofundada, entretanto, demonstra significativamente quão excludente ainda se apresenta o cenário de acesso à posse de computadores. E essa constatação apresenta-se intrinsecamente relacionada com o nível de renda familiar e, em uma escala espacial mais ampla, às desigualdades regionais brasileiras, sendo as regiões mais concentradoras de capital aquelas que apresentam índices mais elevados de domicílios com computador. É importante frisar que a comparação entre as tabelas a seguir é apenas ilustrativa, já que não há a demonstração da distribuição por regiões brasileiras, e os intervalos dos grupos de renda são diferentes (a pesquisa de 2005 apresenta menos intervalos e as faixas salariais são distintas devido à comparação com o salário mínimo). Mesmo assim, consideramos válida a exposição destes dados.

Tabela 5- Proporção de domicílios com computador em 2005 por faixas de renda familiar.

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR - 2005

Percentual sobre o total de domicílios (amostra de 8.540 domicílios em áreas urbanas durante os meses de agosto e setembro de 2005)

Variáveis de cruzamento		(%)
Total		16,91
RENDA FAMILIAR	ATÉ R\$300	2,00
	R\$301-R\$500	2,96
	R\$501-R\$1000	7,30
	R\$1001-R\$1800	23,06
	R\$1801 OU MAIS	53,40

Fonte: CGI (2006). Adaptado pelo autor

Tabela 6 - Proporção de domicílios com computador em 2008

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR - 2008

Percentual sobre o total de domicílios (amostra de 16.808 domicílios em áreas urbanas durante os meses de setembro e novembro de 2008)

Percentual (%)		Sim	Não
TOTAL ÁREA URBANA		28	72
REGIÕES DO PAÍS	Sudeste	34	66
	Nordeste	14	86
	Sul	33	67
	Norte	18	82
	Centro-Oeste	32	68
RENDA FAMILIAR	Até R\$415	2	98
	R\$416-R\$830	11	89
	R\$831-R\$1245	27	73
	R\$1246-R\$2075	46	54
	R\$2076-R\$4150	69	31
	R\$4151 ou mais	86	14

Fonte: CGI (2009). Adaptado pelo autor.

Analisando os dados de 2008, enquanto que a região Sudeste a proporção de 34% de domicílios com computador, na região Nordeste esse índice chega a apenas 14%, ou seja, menos da metade da proporção da própria região Sudeste e também do Sul e do Centro-Oeste. Quanto à renda familiar, a discrepância existente entre os diferentes grupos de renda é ainda mais evidente. No grupo “até R\$ 415,00” (valor do salário mínimo na época da pesquisa), o número de domicílios com computador era de apenas 2% (embora o órgão de pesquisa afirme que esse dado possa ser variável devido ao fato de a quantidade da amostra ser pequena¹⁸), enquanto que esse índice chega a quase 70% no grupo de renda entre R\$2076-R\$4150, e a 86% no grupo com renda superior a R\$ 4151,00. A diferenciação regional também pode ser observada em um mosaico organizado pelo IBGE, através de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), de 2005.

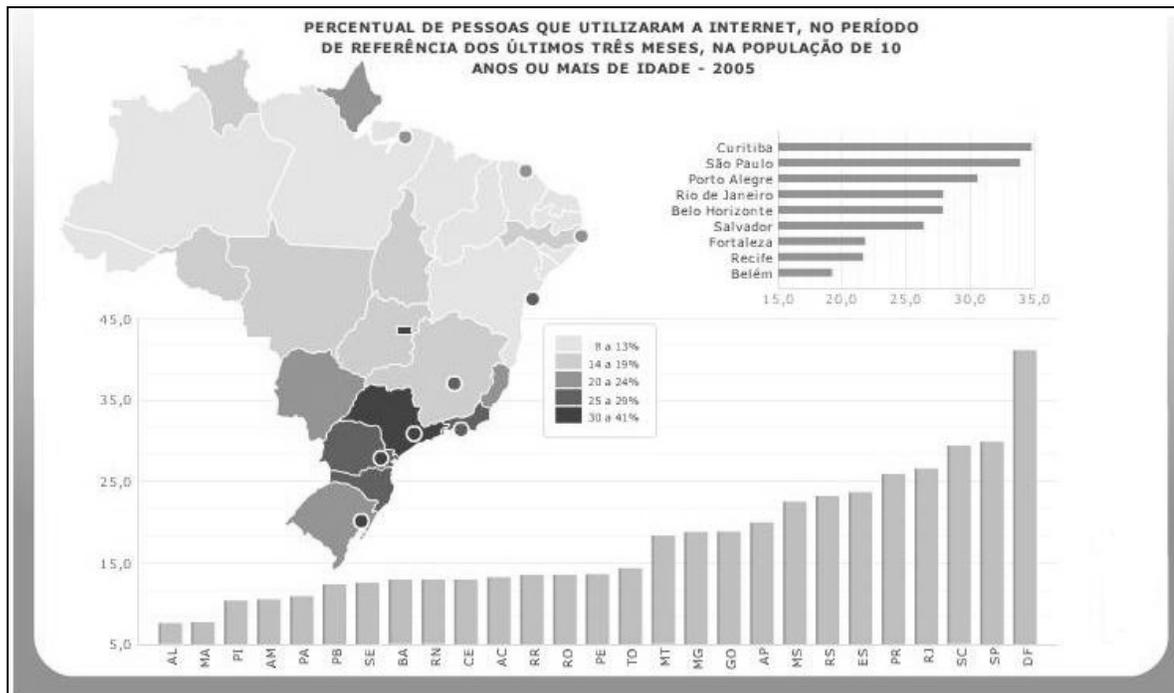


Figura 2 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet nos últimos três meses – 2005. Fonte: IBGE/PNAD (2005)

Embora os dados sejam bastante antiquados para tratar do acesso à Internet, visto que a metamorfose dessa distribuição de dados vem se dando de maneira progressiva, a figura apresenta claramente as desigualdades regionais brasileiras. O Distrito Federal, tal como já fora adiantado no parágrafo anterior, apresentava, de modo disparado, os índices mais

¹⁸ A pesquisa pode ser encontrada em <<http://www.cetic.br/tic/2008/index.htm>>. Acesso em 19 de setembro de 2009.

elevados em 2005, tendo 41% da sua população acessado a Internet pelo menos uma vez nos três meses anteriores à realização da pesquisa. Na sequência, os estados com maiores percentuais eram São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná. O Rio Grande do Sul aparecia na 7ª posição. Os estados com os piores índices foram aqueles que historicamente têm apresentado os indicadores mais negativos em termos de renda e educação, fatores que comprovadamente são influentes no que tange ao acesso à rede: Alagoas, Maranhão e Piauí.

A figura também demonstra os índices em algumas capitais pesquisadas. Curitiba apresentou os números mais elevados, com aproximadamente 35%. Porto Alegre figura em 3º lugar, com pouco mais de 30% da população com acesso nos últimos três meses.

Tabela 7 - Proporção de domicílios com acesso à Internet em 2005.

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM INTERNET - 2005

Percentual sobre o total de domicílios (amostra de 8.540 domicílios em áreas urbanas durante os meses de agosto e setembro de 2005)

Variáveis de cruzamento		(%)
Total		12,93
RENDA FAMILIAR	ATÉ R\$300	1,12
	R\$301-R\$500	1,57
	R\$501-R\$1000	3,35
	R\$1001-R\$1800	17,45
	R\$1801 OU MAIS	46,49

Fonte: CGI (2006). Adaptado pelo autor.

Tabela 8 - Proporção de domicílios com acesso à Internet em 2008.

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET - 2008

Percentual sobre o total de domicílio (amostra de 16.808 domicílios em áreas urbanas durante os meses de setembro e novembro de 2008)

Percentual (%)		Sim	Não
TOTAL ÁREA URBANA		20	80
REGIÕES DO PAÍS	Sudeste	26	74
	Nordeste	9	91
	Sul	23	77
	Norte	9	91
	Centro-Oeste	23	77
RENDA FAMILIAR	Até R\$415	1	99
	R\$416-R\$830	5	95
	R\$831-R\$1245	17	83
	R\$1246-R\$2075	35	65
	R\$2076-R\$4150	59	41
	R\$4151 ou mais	83	17

Fonte: CGI (2009). Adaptado pelo autor.

Quanto à proporção de domicílios com acesso à Internet, o comportamento da distribuição dos dados se apresenta semelhante à tabela anterior em termos regionais e grupos de renda. Contudo, a partir da análise das duas tabelas, pode-se depreender que a posse do

computador não conduz necessariamente ao acesso à Internet em casa, visto que, em todas as categorias regionais e de renda familiar, há um decréscimo na quantidade de domicílios que possuem Internet na comparação com os que possuem computador. Essa redução é devida a alguns fatores (tabela 9), tal como o custo para a manutenção de uma linha telefônica (para o acesso discado) ou a mensalidade de provedor de acesso e conteúdo (no caso do acesso através de banda larga ou cabo). Outro fator que contribui para essa diminuição é a inexistência da infra-estrutura necessária para o acesso à Internet, como cabos de fibra óptica, linhas telefônicas, antenas de recepção de sinal, entre outros.

Tabela 9 - Motivos para a falta de Internet no domicílio

MOTIVOS PARA A FALTA DE INTERNET NO DOMICÍLIO

Percentual sobre o total de domicílios que tem computador, mas não tem acesso à Internet

Percentual (%)	Custo elevado / Não tem como pagar	Tem acesso à Internet em outro lugar	Não há necessidade de interesse	Falta de disponibilidade na área	Custo benefício não vale a pena	Falta de habilidade/ Não sabe usar internet	Preocupações com segurança e/ou privacidade	Outros motivos	Não sabe / não respondeu	
TOTAL ÁREA	54	22	17	16	12	10	6	8	1	
URBANA										
REGIÕES DO PAÍS	Sudeste	53	24	18	15	12	12	5	8	1
	Nordeste	57	22	13	15	6	7	5	10	2
	Sul	54	18	22	18	21	9	9	5	1
	Norte	53	24	10	23	6	6	4	9	3
	Centro-Oeste	60	13	17	13	9	3	3	11	1
RENDA FAMILIAR	Até R\$830	63	21	14	18	13	8	7	7	1
	R\$831-R\$1245	57	25	18	16	13	11	5	6	-
	R\$1246-R\$2075	51	24	20	14	8	9	6	10	2
	R\$2076 ou mais	43	24	14	21	12	9	9	11	3

Fonte: CGI (2009). Adaptado pelo autor.

A análise deste panorama demonstra a necessidade de ações que objetivem a redução desse quadro de desigualdades no âmbito da gestão territorial brasileira em nível federal, estadual e municipal, fomentando programas de inclusão digital aos grupos sociais parcial ou totalmente excluídos do uso da TICs.

É importante frisar, por outro lado, que deve haver uma distinção entre a posse de computador e Internet no domicílio e o acesso à Internet. Tal como veremos nas tabelas a seguir, a proporção de indivíduos que acessam a rede é maior em comparação à posse dos equipamentos, devido principalmente ao uso em centros públicos de acesso, sobretudo os pagos (como *lan houses* e *cybercafés*).

**Tabela 10 - Proporção de indivíduos que já acessaram a Internet.
 PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE JÁ ACESSARAM A INTERNET**

Percentual sobre o total da população (amostra de 16.808 entrevistados em áreas urbanas durante os meses de setembro e novembro de 2008)

	Percentual (%)	Sim	Não
TOTAL ÁREA URBANA		43	57
REGIÕES DO PAÍS	Sudeste	47	53
	Nordeste	35	65
	Sul	43	57
	Norte	36	64
	Centro-Oeste	50	50
SEXO	Masculino	46	54
	Feminino	41	59
GRAU DE INSTRUÇÃO	Analfabeto/ Educação infantil	11	89
	Fundamental	38	62
	Médio	63	37
	Superior	89	11
FAIXA ETÁRIA	De 10 a 15 anos	65	35
	De 16 a 24 anos	75	25
	De 25 a 34 anos	54	46
	De 35 a 44 anos	36	64
	De 45 a 59 anos	18	82
	De 60 anos ou mais	3	97
RENDA FAMILIAR	Até R\$415	17	83
	R\$416-R\$830	30	70
	R\$831-R\$1245	45	55
	R\$1246-R\$2075	61	39
	R\$2076-R\$4150	70	30
	R\$4151 ou mais	85	15

Fonte: CGI (2009). Adaptado pelo autor.

A tabela acima demonstra a proporção de indivíduos que acessaram a Internet pelo menos uma vez na vida. Nesse caso, o número de indivíduos chega a 43% em áreas urbanas. Analisando detalhadamente, porém, podemos perceber alguns fenômenos e constatações bastante significativas. Entre eles, destacamos:

1. A íntima relação existente entre o grau de escolaridade e o acesso; enquanto 89% dos indivíduos com ensino superior já acessaram à Internet, apenas 11% dos analfabetos tiveram contato com a rede mundial de computadores em algum momento de suas vidas. Essa relação acaba incidindo necessariamente com a variável “renda familiar”, tal como fora observado nos domicílios com computador e Internet;
2. A relação entre faixa etária e acesso à Internet: as maiores proporções de indivíduos que já acessaram à Internet são encontradas nas camadas mais jovens da população (de 10 a 15 anos e de 16 a 24 anos). Entre as pessoas com mais de 60 anos, há uma redução drástica no índice, chegando a apenas 3%.

Essa constatação ressalta a importância do oferecimento de cursos de capacitação tecnológica para as faixas etárias mais idosas, tal como os “cursos de informática para a Terceira Idade” oferecidos em alguns telecentros;

3. Entre as regiões administrativas brasileiras, o maior índice encontra-se no Centro-Oeste, contrariando a expectativa de que as proporções mais positivas seriam encontradas nas regiões Sul ou Sudeste. Embora o órgão responsável pela pesquisa não mencione, acreditamos que isso seja devido aos índices mais elevados de renda e educação encontrados em Brasília, que acabam superestimando a média regional.

Ao analisarmos a tabela 11, podemos perceber quando ocorreu o último acesso. Faz-se importante frisar que 2% do total não utiliza a Internet há mais de 12 meses, o que significa afirmar que estes indivíduos não podem ser considerados como “incluídos digitais”, visto que o acesso dos mesmos é apenas esporádico.

Tabela 11 - Proporção de indivíduos que acessaram a Internet - último acesso.

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE ACESSARAM A INTERNET - ÚLTIMO ACESSO

Percentual sobre o total da população (amostra de 16.808 entrevistados em áreas urbanas durante os meses de setembro e novembro de 2008)

Percentual (%)		Há menos de 3 meses	Nos últimos 12 meses	Há mais de 12 meses	Nunca acessou a internet
TOTAL ÁREA URBANA		38	41	2	57
REGIÕES DO PAÍS	SUDESTE	41	46	2	53
	NORDESTE	30	33	1	65
	SUL	37	41	3	57
	NORTE	30	35	1	64
	CENTRO-OESTE	44	48	2	50
RENDA FAMILIAR	Até R\$415	13	16	2	83
	R\$416-R\$830	24	28	2	70
	R\$831-R\$1245	39	43	1	55
	R\$1246-R\$2075	53	58	2	39
	R\$2076-R\$4150	65	69	1	30
	R\$4151 ou mais	81	85	-	15

Fonte: CGI (2009). Adaptado pelo autor.

E entre aqueles que acessaram a Internet pelo menos uma vez nos últimos três meses, conforme a tabela 12, 54% acessam diariamente, enquanto que 34% utilizam Internet pelo menos uma vez por semana.

Tabela 12 - Frequência de acesso individual à Internet.
FREQUÊNCIA DO ACESSO INDIVIDUAL À INTERNET

Percentual sobre o total de usuários de internet (8.207 entrevistados que usaram a internet nos últimos três meses)

Percentual (%)		Diariamente	Pelo menos uma vez por semana	Pelo menos uma vez por mês	Menos que uma vez por mês
TOTAL ÁREA URBANA					
REGIÕES DO PAÍS	Sudeste	53	35	10	2
	Nordeste	49	39	10	2
	Sul	61	29	7	3
	Norte	51	35	12	3
	Centro-Oeste	59	27	9	5
RENDA FAMILIAR	Até R\$415	29	51	18	3
	R\$416-R\$830	34	49	14	3
	R\$831-R\$1245	51	36	9	4
	R\$1246-R\$2075	62	30	6	2
	R\$2076-R\$4150	70	21	6	2
	R\$4151 ou mais	81	16	3	1

Fonte: CGI (2008). Adaptado pelo autor.

Outro aspecto que representa de maneira significativa a dinâmica socioespacial da Internet no Brasil é o local onde se dá o acesso. Ao longo deste capítulo, já pudemos observar que, embora com um crescimento expressivo nos últimos anos, a posse dos equipamentos necessários à “navegação” na Internet ainda encontra-se restrita a apenas alguns grupos sociais com condições financeiras de comprar microcomputadores. Isso não significa, entretanto, que estes indivíduos estejam totalmente excluídos deste processo, e, nesse contexto, emergem os centros públicos de acesso. Nos gráficos abaixo, é possível constatar as mudanças na representatividade dessa categoria.

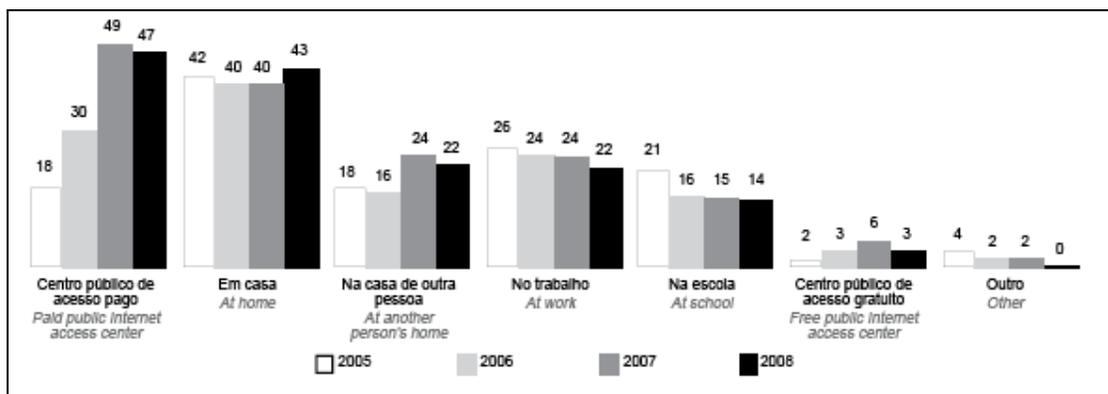


Gráfico 1 - Local de acesso à Internet - série histórica. Fonte: CGI (2009)

Conforme o gráfico, os centros pagos (*lan houses e cybercafés*) permaneceram como principal local para o acesso à Internet em áreas urbanas no Brasil, com 47% das menções. A residência, que, em 2006, era o local de maior acesso, foi ultrapassada, e contou 43% das

menções. Outras categorias que apresentaram destaque foram “na casa de outra pessoa” e “no trabalho”, com 22%. Ambos, porém, apresentaram relativa estabilidade nas últimas duas pesquisas.

Uma das evidências mais proeminentes dessa série histórica é o crescimento dos centros públicos de acesso pago, que apresentaram um expressivo crescimento nos três primeiros anos da pesquisa. Porém, houve uma pequena diminuição da diferença com o acesso em residência, sendo de 4% atualmente, contrariando uma tendência de queda observada nos anos anteriores.

Outra constatação importante é que os locais de acesso fora do domicílio, como as *lan houses* ou a casa de terceiros, que apresentavam um crescimento efetivo entre 2005 e 2007, mostraram-se estáveis em 2008. Isso muito provavelmente se deva à redução dos preços dos computadores, impulsionados pela redução de impostos para equipamentos deste caráter.

Os telecentros continuam apresentando um papel bastante tímido dentro deste contexto. Em 2008, houve uma redução de 50% em comparação com 2007, dado preocupante em um momento de aparente expansão dos centros gratuitos de acesso à Internet. Essa constatação também demonstra a necessidade da contínua expansão de estabelecimentos desse tipo, em um esforço conjunto da sociedade civil interessada e do Estado.

6.2. O papel do Estado no processo de inclusão digital

As políticas públicas de inclusão digital, atualmente, já constituem um elemento importante no contexto da gestão territorial do Estado, que deve ser considerado nos programas sociais em âmbito federal, estadual e municipal. Entende-se o território como uma “(...) materialidade terrestre que abriga o patrimônio natural de um país, suas estruturas de produção e os espaços de reprodução da sociedade” (MORAES, 2005, p.43). O mesmo autor ressalta a importância da figura estatal, ao afirmar que “o grande agente de produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o possuidor dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais” (ibidem). Pode-se depreender, portanto, a posição privilegiada desse ator no contexto do planejamento e da execução de ações visando à democratização do acesso à Internet.

A noção de gestão do território remonta aos fins do Século XIX, a partir de uma visão técnica e científica aplicada às áreas urbanas. Na geografia, essa noção deriva da geografia regional francesa da década de 1960, quando ainda era mais conhecida pelos termos planejamento ou ordenamento territorial. Nessa época, buscava-se utilizar o aparato teórico e

metodológico visando o estímulo ao desenvolvimento, tendo como base as grandes regiões. Posteriormente, emerge o conceito “gestão territorial” em detrimento dos outros dois anteriormente citados, sendo o mais aceito contemporaneamente. Esse período coincide com a retomada do processo de democratização no Brasil, valorizando, dentro do planejamento territorial os temas da descentralização, da participação social e da sustentabilidade do desenvolvimento. (MORAES, 2005, p. 44). Essa tendência poderá ser percebida em muitas das iniciativas atuais de inclusão digital, nas quais a figura da sociedade civil ganha um papel importante na participação executiva de muitos projetos, como é o caso dos telecentros, através da parceria estabelecida entre o Estado e organizações comunitárias (principalmente associações de bairro) ou ONGs.

Em escala nacional, o desafio de uma política de inclusão digital não é dificultado apenas pela extensão do território e pelas especificidades regionais brasileiras, mas pela necessidade de investimento em áreas essenciais, como na educação. Essa é um pré-requisito fundamental para um bom uso das inovações das TICs, principalmente quanto a seu potencial como mecanismo para a democracia eletrônica, visando uma maior participação popular através da Rede nos processos decisórios do governo.

Embora apresente avanços nos últimos anos, o cenário atual ainda é bastante distante da idealizada universalização do acesso. Entre os problemas estruturais, destacamos, com base nos dados obtidos na pesquisa de Afonso (2007), os seguintes:

1. Mais de 2.400 municípios não dispõem de estruturas mais avançadas de telecomunicações e de serviços de Internet, havendo apenas disponibilidade de telefonia fixa. A população destes municípios corresponde a mais de 22 milhões de pessoas e a 44% do total de municípios brasileiros, e estão concentrados espacialmente, em sua maioria, nas regiões mais carentes em termos de desenvolvimento socioeconômico (Norte e Nordeste);
2. Baixa qualidade de conexão em grande parte do espaço rural brasileiro, sendo a conexão via satélite uma das poucas e caras alternativas para quem deseja o acesso, contribuindo assim para um cenário de exclusão digital da grande parte da população rural que não apresenta condições de adquirir esse tipo de estrutura;
3. Uma quantidade significativa de bairros nas grandes cidades não dispõem de serviços de banda larga devido à falta de interesse das prestadoras de serviço, que consideram pouco vantajosa a relação “custo-benefício” em função dos custos do serviço de colocação de infraestrutura. Nesses bairros, assim como em várias áreas pobres no

Brasil, torna-se inviável a construção dos centros de acesso à Internet, sejam eles públicos (telecentros) ou privados (*lan houses*), a não ser que seja via satélite, como ocorre inclusive em Porto Alegre;

4. A precária disponibilidade de computadores com acesso à Internet nas escolas públicas (apenas 8% do total), o que representa um universo de aproximadamente 45 milhões de estudantes de nível fundamental e médio;
5. Mais de 50% das famílias brasileiras sobrevivem com menos de dois salários mínimos por mês. Cerca de 30% das famílias não têm condições financeiras de adquirir um microcomputador, a menos que seja a preço simbólico ou subsidiado. No entanto, mesmo com o computador no domicílio, as despesas adicionais necessárias para a sustentação do equipamento (mensalidade banda larga ou telefonia, manutenção de *hardware* e *software*, aumento dos gastos com energia elétrica) inviabilizam a posse para grande parte das famílias.

No quadro a seguir, destacamos alguns dos principais programas geridos pelo Governo Federal, retirados do Portal de Inclusão Digital do Governo Federal¹⁹:

Computador para Todos: Voltado para a classe C, permite à indústria e ao varejo a oferta de computador e acesso à Internet a preços subsidiados, e com linha de financiamento específica, além da isenção de impostos PIS/COFINS. PCs de até R\$ 1.200 que obedeçam a uma configuração mínima podem ser parcelados em prestações de R\$ 50. Notebooks de até R\$ 1.800, que atendam a configurações mínimas descritas no portal do programa, também possuem isenção de impostos e têm financiamento facilitado.

Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão: O Gesac garante conexão via satélite à Internet a escolas, telecentros, ONGs, comunidades distantes e bases militares fronteiriças, além de oferecer serviços como conta de e-mail, hospedagem de páginas e capacitação de agentes multiplicadores locais, contando hoje com 3.530 pontos de presença atendendo cerca de 2.200 municípios brasileiros. É parceiro de diversos programas de inclusão digital do Governo. Prevê-se a instalação de 11.919 pontos de conexão à Internet via satélite. Serão atendidos locais que não possuem conexão por ADSL, escolas públicas rurais e telecentros montados a partir dos kits encaminhados pelo Ministério das Comunicações a prefeituras de todo o país.

Kits Telecentros: A doação de kits telecentros para prefeituras brasileiras é uma iniciativa do Programa de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações cuja meta é instalar telecentros em todos os municípios brasileiros, com investimentos totais de R\$ 134 milhões do governo federal. Quase 5 mil prefeituras já estão cadastradas para o recebimento de equipamentos de informática e mobiliários que proporcionarão a montagem de espaços de acesso gratuito à população, onde serão realizadas atividades, por meio do uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), que promovam a inclusão digital e social. Cada kit possui: 01 servidor de informática; 10 computadores; 01 central de monitoramento com câmera de vídeo de segurança; 01 roteador wireless; 11 estabilizadores; 01 impressora a laser; 01 projetor multimídia (data show); 21 cadeiras; 01 mesa do professor; 11 mesas para computador; 01 mesa para impressora; 01 armário baixo.

Observatório Nacional de Inclusão Digital: Aglutina informações sobre todos os programas de inclusão digital do Governo Federal no portal <http://www.inclusaodigital.gov.br>, com notícias, links, eventos e

¹⁹ O Portal de Inclusão Digital do Governo Federal está disponível no endereço <www.inclusaodigital.gov.br>. Acesso em 15 de agosto de 2009. Neste endereço, também podem ser encontrados outros programas federais.

materiais de referência. Telecentros de todo o país estão sendo cadastrados. Estima-se que existam mais de 5.000 unidades de telecentros em funcionamento no Brasil, articuladas no âmbito federal, estadual e municipal. O ONID também trabalha na seleção de materiais de referência, tais como diretrizes, documentos, manuais, estudos e experiências de sucesso, para compartilhar melhores práticas entre os interessados no tema. No site <http://www.onid.org.br> são feitos o cadastro e o mapeamento dos telecentros.

Programa Banda Larga nas Escolas: Deve beneficiar cerca de 55 mil escolas até 2010, atendendo 84% dos estudantes do ensino básico do país. As concessionárias de telefonia deverão levar, até dezembro de 2010, a rede de banda larga até a sede de todos os 5.565 municípios brasileiros. O programa terá duração até 2025. Nesse período, as empresas devem aumentar periodicamente a velocidade de conexão. O projeto previa que 40% das escolas públicas de educação básica previstas pelo programa teriam laboratórios de informática com internet banda larga ainda em 2008. No ano seguinte, mais 40% das escolas seriam beneficiadas e, em 2010, seriam atendidas as 20% restantes. O serviço deve beneficiar 37,1 milhões de estudantes quando estiver plenamente implantado.

Programa Computador Portátil para Professores: O Programa visa criar condições para facilitar a aquisição de computadores portáteis para professores da rede pública e privada da educação básica, profissional e superior, credenciadas junto ao MEC, a baixo custo e condições diferenciadas de empréstimo, com vistas a contribuir com o aperfeiçoamento da capacidade de produção e formação pedagógica dos mesmos, através da interação com a tecnologia da informação e comunicação.

UCA - Projeto Um Computador Por Aluno: O projeto tem a finalidade de promover a inclusão digital, por meio da distribuição de 1 computador portátil (laptop) para cada estudante e professor de educação básica em escolas públicas. Durante o ano de 2007 foram selecionadas 5 escolas, como experimentos iniciais, em São Paulo, Porto Alegre, Palmas, Pirai e Brasília. Além dos computadores portáteis serão adquiridas uma série de outros equipamentos que permitam o acesso à internet. A distribuição será da seguinte forma: 5 escolas estaduais por estado, indicação do Conselho Nacional de Secretários de Educação Estaduais – CONSED, e 2 a 5 escolas municipais, de acordo com o número de alunos, indicadas pela União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. O projeto será replicado, também, para efeito de avaliação, em 5 cidades cujo número máximo da população educacional pública, professores e alunos, não passe de 3 mil.

Quadro 1 – Alguns programas de inclusão digital geridos em âmbito federal. Fonte: Portal de Inclusão Digital do Governo Federal. Organização: o autor.

6.3. Telecentros comunitários enquanto política pública

A origem de centros públicos para o uso das TICs remonta ao final da década de 70. O conceito de “experiências sociais com Novas Tecnologias de Informação” foi criado na França, em 1978, em um contexto de aumento do uso da informática na sociedade. O marco de referência foi delimitado por três pontos:

1. A promoção de formas benéficas de utilização das TICs;
2. A consecução de sistemas de comunicação e informação de alta qualidade;
3. Intercâmbio de conhecimento apoiado em visão de futuro.

Desta forma, a apropriação social das TICs é conceitualmente uma forma de desenvolver as próprias tecnologias da informação, tendo, como pressuposto básico o estabelecimento de novas formas de organização social usando tecnologias de informação.

Pardo conclui que:

O estabelecimento das experiências sociais pode ser um instrumento eficaz nas mãos dos administradores no desenvolvimento de projetos sociais sobre um determinado território, para valorizar as consequências positivas e negativas de um sistema específico. Pode ser também um instrumento de trabalho para movimentos sociais, fazendo com que se evite a concentração da informação e de seus meios em poucas mãos (PARDO, 1989, p. 43, tradução nossa).

Um exemplo pioneiro desta ideia, e que pode ser considerado como um protótipo dos atuais telecentros, são os Centros de Informação e de Serviços da Comunidade (CISC), que funcionam desde 1984 nos países escandinavos. Os CISC podem ser definidos como um centro em que se instalam aparelhos de TICs à disposição dos cidadãos de comunidades periféricas, com o objetivo de dar um uso comum às instalações disponíveis. Estes centros objetivam a redução das desigualdades de natureza econômica, educativa, de acesso à cultura, que acabam se refletindo no emprego, nos serviços e na instalação de infraestruturas. Embora esse projeto seja bastante antigo e formatado de acordo com a realidade dos países escandinavos (muito diferente da brasileira), sua criação acaba influenciando os modelos contemporâneos de telecentros, que visam à redução da exclusão digital principalmente em regiões periféricas das cidades.

Na América Latina, há um movimento bastante estruturado chamado Somos@Telecentros, que objetiva a unificação dos esforços contra a exclusão digital. Em 2001, houve um encontro realizado em Quito que reuniu representantes de diversos países. Neste encontro, foram discutidos os desafios dos telecentros na região, tal como a sustentabilidade financeira, tecnológica, política e social. As comunidades locais também foram definidas como importantes no sentido do estabelecimento de parcerias com as unidades de telecentros. (ASSUMPÇÃO, 2001, pp. 155-156). Naquela época, acreditava-se que os centros pagos de acesso à Internet não conseguiriam atingir as populações de baixa renda, nem conseguiriam realizar uma utilização transformadora das TICs. Atualmente, esse quadro é um pouco diferente; conforme aprofundaremos no próximo capítulo, já sob posse da análise de dados obtidos a partir de pesquisa de campo, as *lan houses* efetivamente não têm o objetivo de educar digitalmente ou demonstrar todas as potencialidades da Internet, que são metas de telecentros. No entanto, o seu poder de penetração em comunidades de baixa renda cresceu significativamente no Brasil nos últimos anos, muito provavelmente em função da redução do preço dos equipamentos e da própria carência de centros gratuitos de acesso. Ou seja, as *lan houses* acabam substituindo o papel que poderia ser desempenhado pelos telecentros.

6.4. O Programa de Telecentros de Porto Alegre

O programa de inclusão digital de Porto Alegre foi criado em 2001, durante a gestão do ex-prefeito Tarso Genro. No entanto, ainda em 2000, já surgiam os dois primeiros projetos de telecentros no município, quando as entidades SECIPAZ (Movimento Segurança, Cidadania e Paz) e CEA (Centro de Educação Ambiental) conjecturavam a criação de unidades no Parque Chico Mendes e na Vila Pinto, respectivamente. Essas entidades participaram da EXPO 2000, realizada em Hannover (Alemanha). No evento, através do contato com experiências de outros países, o projeto começou a ser formalizado. No início da gestão de Tarso Genro, a implementação dos telecentros passou a ser um dos focos da política de incentivo às novas tecnologias; nesse momento, cria-se um grupo de trabalho formado por representantes de diversas secretarias de Governo, sendo que os coordenadores foram representantes com experiência no “Projeto Capilaridade”, que também tinha o objetivo de promover o acesso às TICs para jovens. Entre as duas unidades iniciais, todavia, apenas o primeiro projeto acabou se concretizando ainda em 2001, sendo o mais antigo telecentro em funcionamento no município. A unidade da Vila Pinto só seria fundada posteriormente.

O conceito do projeto adotado por esse grupo inicial foi o seguinte:

Um telecentro é um espaço físico com equipamentos de informática que potencializa a democratização do espaço público, cultiva a solidariedade em todos os níveis, combate à exclusão social e o individualismo, prepara cidadãos e comunidades para melhorarem condições de vida e de trabalho (MACADAR; REINHARD, 2002, p. 4)

Analisando esse conceito, pode-se perceber o quanto ele se aproxima dos ideais básicos dos projetos de telecentros, tal como o combate à exclusão social através da inclusão digital e o aperfeiçoamento para a vida e o trabalho. Ao mesmo tempo, cabe destacar um termo bastante caro à Geografia utilizado no conceito: democratização do espaço. A noção de espaço público nos remete a praças, ruas, parques e demais aparatos de acesso público dentro do urbano, sendo de uso e posse comum. Sobre a noção de espaço público, Mendonça considera que:

Manter esta dupla visada(*o espaço de fluxos e a dinâmica sócio-econômica*) constitui um desafio à compreensão sobre as diversas dinâmicas relacionadas ao espaço urbano, e ao espaço público em particular, sendo fundamental não perder de vista que o espaço urbano e/ou público é parte da vida cotidiana na metrópole, além de articular-se a dinâmicas mais amplas – metropolitana, regional, nacional e internacional. É importante, portanto, que a compreensão dessa complexa articulação, entre as diversas escalas do espaço e as dinâmicas a elas inerentes, ofereça ressonância a uma abordagem cidadã de forma ampla (MENDONÇA, 2007, p. 127, complemento nosso grifado).

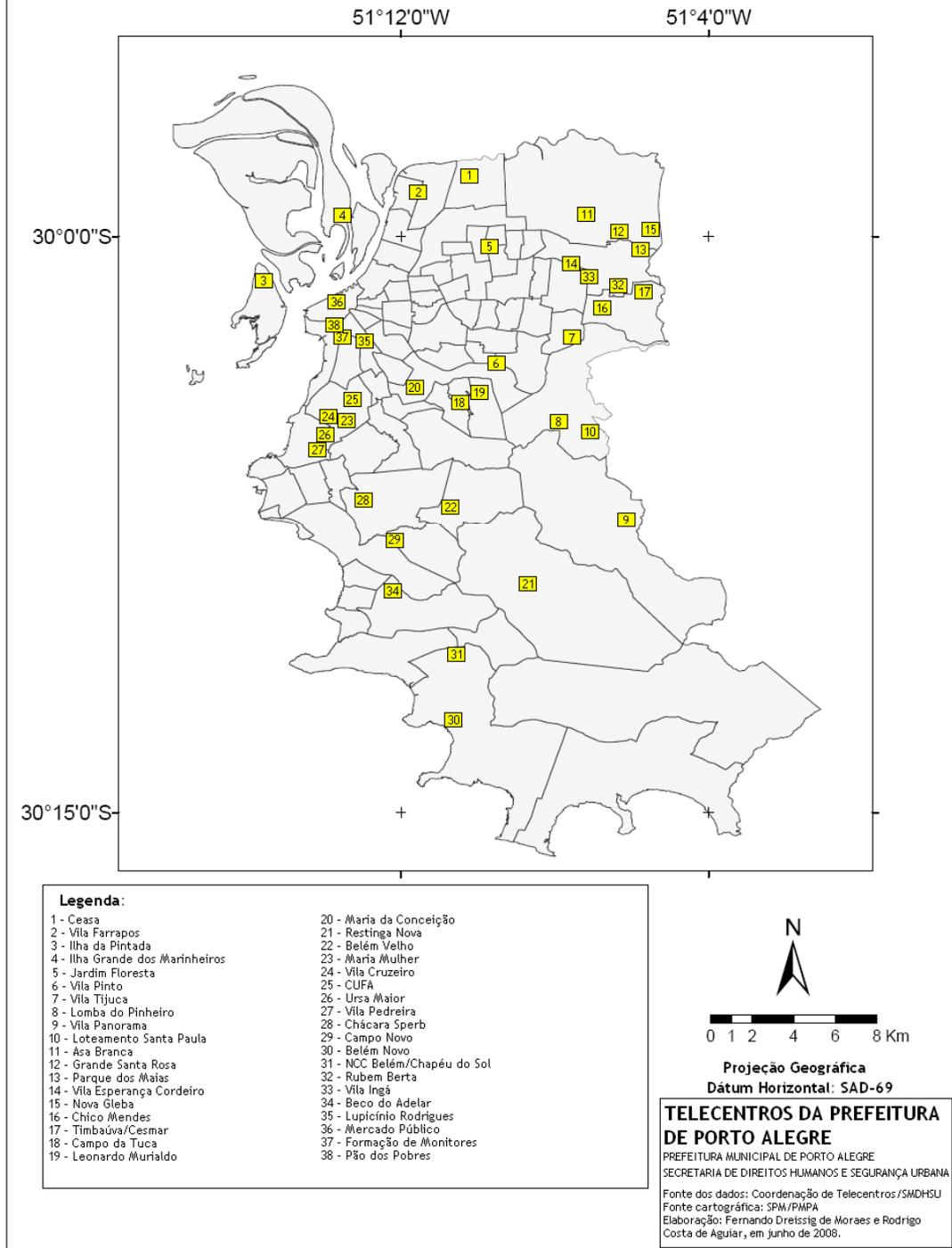
Ao possuir inerentemente esse termo, o conceito do projeto considera que os telecentros não apenas constituem um equipamento de uso coletivo, mas também concebe a Internet como um (ciber)espaço público, que deve ter acesso amplo e irrestrito à comunidade, sendo cada unidade um portal que permite que os indivíduos desfrutem dos benefícios proporcionados pelas TICs. Os telecentros de Porto Alegre, portanto, foram concebidos como um projeto de inclusão social que conseguisse beneficiar a comunidades nas quais estão inseridos, melhorando a qualidade de vida da população local. Sobre a noção de espaço público

Com a criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU) de Porto Alegre, em dezembro de 2002, cria-se a Coordenação de Inclusão Digital, responsável até hoje pelo Programa de Telecentros. De acordo com o *site* da Secretaria:

O Plano de Inclusão Digital, que consiste em implantar telecentros em diferentes pontos da cidade, promove a iniciação à informática, à cidadania e ao bom uso das ferramentas da rede mundial de computadores (Internet), diminuindo os índices de exclusão social em Porto Alegre. Os Telecentros já implantados estão integrados às políticas públicas da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que objetiva tirar os jovens das ruas, priorizando, no Programa Segurança Cidadã, o combate à violência e à criminalidade através da inclusão social. Os Telecentros permitem que pessoas excluídas possam vislumbrar um futuro com mais perspectivas e oportunidades, a partir do acesso às modernas tecnologias. (SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA, 2009)

Em sinergia com os planos de segurança urbana, a SMDHSU considera que a chamada “inclusão social” promovida nos telecentros auxilia o combate à criminalidade e à violência. O projeto, segundo foi possível apreender através de uma entrevista com a atual coordenadora, objetiva a formação, a informação da população e a educação para a cidadania. A iniciativa colaboraria para a formação dos indivíduos ao “convívio social”, combatendo as diversas formas de violência e promovendo a cultura, a cidadania e educação e a formação. No caso de Porto Alegre, como poderá ser observado no mapa 1 e no quadro 2, muitas unidades estão instaladas em áreas socialmente periféricas do município, algumas delas com baixos índices de renda e educação. Em algumas dessas, a criminalidade é bastante presente no cotidiano de seus moradores.

TELECENROS em PORTO ALEGRE



Mapa 1 - Localização dos Telecentros da Prefeitura de Porto Alegre. Elaboração: Rodrigo Costa de Aguiar e Fernando Dreissig de Moraes

Telecentro	Região do OP	Endereço
Ceasa	01- HUMAITÁ/NAVEGANTES/ILHAS	Av. Fernando Ferrari, 1001. Pavilhão B1. Sala 19.
Vila Farrapos	01- HUMAITÁ/NAVEGANTES/ILHAS	Rua Irmã Maria José Trevisan, 10.]
Ilha da Pintada	01- HUMAITÁ/NAVEGANTES/ILHAS	Av. Presidente Vargas, 660.
Ilha Grande dos Marinheiros	01- HUMAITÁ/NAVEGANTES/ILHAS	Rua da Cruz, 01. Ilha Grande dos Marinheiros.
Jardim Floresta	02 - NOROESTE	Rua Comendador Duval, 228.
Vila Pinto	03 - LESTE	Joaquim Porto Villanova, 143.
Vila Tijuca	03 - LESTE	Reverendo Daniel Betts, 319.
Lomba do Pinheiro	04 - LOMBA DO PINHEIRO	Estrada João de Oliveira Remião, 319.
Vila Panorama	04 - LOMBA DO PINHEIRO	Rua Tanai da Silva Boeira, 209.
Loteamento Santa Paula	04 - LOMBA DO PINHEIRO	Rua Alfredo Torres de Vasconcelos, 385.
Asa Branca	05 - NORTE	Beco Dois "C", 438, Vila Asa Branca
Grande Santa Rosa	05 - NORTE	Avenida Donário Braga, 159.
Parque dos Maias	05 - NORTE	Rua Saturnino Vanzelotti, 30.
Vila Esperança Cordeiro	05 - NORTE	Rua Júlio Stregue, 55.
Nova Gleba	05 - NORTE	Rua Paulo Henrique Ten-Caten, 171
Chico Mendes	06 - NORDESTE	Estrada Martins Félix Berta, 2355
Timbaúva/Cesmar	06 - NORDESTE	Estrada Antônio Severino, 1493.
Campo da Tuca	07 - PARTENON	Rua D, 200. Vila João Pessoa
Leonardo Murialdo	07 - PARTENON	Rua Vidal de Negreiros, 583.
Maria da Conceição	07 - PARTENON	Rua Mário de Artagão, 13.
Restinga Nova	08 - RESTINGA	Avenida Econ. Nilo Wulff, 5000.
Belém Velho	09 - GLÓRIA	Praça Nossa Senhora de Belém, 41.
Maria Mulher	10 - CRUZEIRO	Av. Moab Caldas, 2035.
Vila Cruzeiro	10 - CRUZEIRO	Rua Dona Otília, 160.
CUFA	10 - CRUZEIRO	Rua Nsa. Do Brasil, 17, beco 1.
Ursa Maior	11 - CRISTAL	Rua Ursa Maior, 215.
Vila Pedreira	11 - CRISTAL	Rua Ursa Maior, 538.
Chácara Sperb	12 - CENTRO-SUL	Rua João Salomoni, 1095
Campo Novo	12 - CENTRO-SUL	Rua Osório José Martins, 157.
Belém Novo	13 - EXTREMO-SUL	Rua Florêncio Faria, 215.
NCC Belém / Chapeu do Sol	13 - EXTREMO-SUL	Estrada Juca Batista, 1550.
Rubem Berta	14 - EIXO BALTAZAR	Rua Wolfran Metzler, 21.
Vila Ingá	14 - EIXO BALTAZAR	Rua Sezefredo I. de Oliveira, 895.
Beco do Adelar	15 - SUL	Rua B1, 130.
Lupicínio Rodrigues	16 - CENTRO	Rua Otto Ernst Meyer, 95.
Mercado Público	16 - CENTRO	Altos do Mercado, 106
Telecentro de Formação de Monitores	16 - CENTRO	Rua João Alfredo, 697.
Pão dos Pobres	16 - CENTRO	Rua da República, 801.

**Quadro 2 – Lista de telecentros registrados na SMDHSU. Fonte: SMDHSU/PMPA (junho/2009).
Elaboração: o próprio autor**

Até junho de 2009, existiam 38 unidades de telecentros registradas na Prefeitura, incluídas, portanto, no Programa de Inclusão Digital do município. Existem outros telecentros mantidos por empresas, escolas ou ONGs, que, contudo, não fazem parte do nosso recorte do estudo por não figurarem dentro do Programa. Os telecentros estão distribuídos em vários bairros de Porto Alegre, regionalizados de acordo com o Orçamento Participativo (OP). Os bairros Sarandi e Rubem Berta, foco deste estudo, possuem, juntos, sete unidades: Asa

Branca, Grande Santa Rosa, Parque dos Maias, Vila Esperança Cordeiro e Nova Gleba (Região Norte do OP), Rubem Berta e Vila Ingá (Região Eixo Baltazar do OP).

Cada telecentro possui um coordenador, sendo este o responsável pela administração dos repasses oriundos da SMDHSU. São também os coordenadores que solicitam equipamentos, móveis, manutenção nos prédios e nos computadores, entre outros serviços. A SMDHSU, por sua vez, realiza visitas periódicas às unidades e fiscaliza as atividades de cada telecentro, zelando para que os objetivos do programa sejam atendidos.

Há diferenças quanto à administração de cada unidade; a maioria dos telecentros é gerida por associações comunitárias de bairro, como no caso da Ilha da Pintada, Vila Tijuca, Vila Panorama, Vila Esperança Cordeiro, Belém Velho. Por outro lado, alguns funcionam em parceria com ONGs, sindicatos (como no caso do Mercado Público, junto ao Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre - Sindilojas) e fundações (tal como o Pão dos Pobres) e outros tipos de organizações populares.

6.5. Lan houses em Porto Alegre

Conforme dados obtidos no *site* da Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC) de Porto Alegre em 19 de setembro de 2009, existiam registrados no município 34 *lan houses* e 150 *cybercafés*. Tal como já fora colocado no 1º capítulo deste trabalho, englobaremos essas duas categorias em apenas uma, sob o título de “centro de acesso pago à Internet” ou simplesmente “*lan house*”, pela justificativa também apresentada anteriormente no mesmo capítulo.

Do total de 184 centros pagos de acesso à Internet, oito situam-se no Bairro Sarandi (correspondente à Região Norte de Porto Alegre). Sob o ponto de vista das atividades mencionadas pela razão social, percebe-se que, tanto para aquelas registradas como *lan houses*, como para os *cybercafés*, há grande semelhança entre as discriminações oficiais, como pode ser observado no quadro a seguir.

Razão Social	Atividades	Endereço
A VITHI PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA	LOJA DE MATERIAL DE ESCRITORIO PAPELARIA SUPRIMENTO P/ COMPUTADORES E MATERIAIS INFORMATICA FOTOCOPIAS, COPIAS HELIOGRAFICAS E PLASTIFICACAO CYBER CAFE	RUA ABAETE, 82
ELETRÔNICA SERGIO LTDA	CYBER CAFE OFICINA DE ASSISTENCIA TECNICA SUPRIMENTO P/ COMPUTADORES E MATERIAIS INFORMATICA APARELHOS ELETRONICOS FOTOCOPIAS, COPIAS HELIOGRAFICAS E PLASTIFICACAO	AVENIDA ALCIDES MAIA, 478
GILBERTO SANTOS DO CARMO	TABACARIA/REVISTAS LOJA DE COMPONENTES ELETRONICOS FOTOCOPIAS, COPIAS HELIOGRAFICAS E PLASTIFICACAO CYBER CAFE	AVENIDA ALCIDES MAIA, 727
J.P. LOPES ELETRÔNICOS	CYBER CAFE	RUA SENHOR DO BOM FIM, 215

Quadro 3 - Cybercafés na Região Norte de Porto Alegre. Fonte: SMIC/PMPA.

Razão Social	Atividades	Endereço
DE GREGORI & CIA LTDA	JOGOS DE COMPUTADOR EM REDE (LAN HOUSE) ARTIGOS DO VESTUARIO CYBER CAFE BOMBONIERE	AVENIDA ASSIS BRASIL, 5343
JANE MARIA PERACCHI PISONI	JOGOS DE COMPUTADOR EM REDE (LAN HOUSE)	AVENIDA BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA, 876
WAR INFORMÁTICA LTDA	SUPRIMENTO P/ COMPUTADORES E MATERIAIS INFORMATICA JOGOS DE COMPUTADOR EM REDE (LAN HOUSE) OFICINA DE ASSISTENCIA TECNICA	AVENIDA MARTINS BASTOS, 345/2
LEONARDO ROSA COSTA	JOGOS DE COMPUTADOR EM REDE (LAN HOUSE) LOJA DE MICROCOMPUTADORES, COMPUTADORES PESSOAIS OU EQUIPAMENTOS PARA INFORMAT LOJA DE CONVENIENCIA	RUA XAVIER DE CARVALHO, 32/202

Quadro 4 - Lan Houses na Região Norte de Porto Alegre. Fonte: SMIC/PMPA

Os serviços oferecidos nesse tipo de estabelecimento, de maneira geral, não se limitam apenas ao acesso a computadores para uso na Internet ou jogos em rede. Em grande parte delas, há oferecimento de serviços de informática, fotocopadora, sendo muito comum, também, a venda de artigos alimentícios, como refrigerantes, bolachas recheadas e salgadinhos empacotados (vide quadros 3 e 4). Faz-se importante ressaltar que, embora apresentemos esses dados oficiais extraídos da secretaria responsável pela fiscalização e organização de estabelecimentos comerciais, há uma enorme quantidade de estabelecimentos desse tipo funcionando informalmente, sem qualquer tipo de alvará de funcionamento, portanto. Em nossas observações empíricas, porém, percebemos significativa semelhança

entre os estabelecimentos “informais” e os “formais”, inclusive quanto ao fornecimento dos serviços supracitados. Esses centros pagos de acesso à Internet acabam apresentando importante papel onde estão inseridos, constituindo um elo entre uma escala global (a própria Internet) e local (a comunidade usuária do estabelecimento).

Em termos legais, no nível municipal, não há uma determinação sobre os centros de acesso pago à Internet. Entretanto, em âmbito estadual, houve um projeto de lei (Lei N° 121/2004, em anexo) que discrimina, como alvo da sua atuação, as *lan houses* e correlatos, sendo justificada, conforme a proposição oficial, pela “proteção da saúde dos consumidores”. O referido mecanismo legal orienta questões como horário de funcionamento; tipo de mobiliário; proibição de venda de bebidas alcoólicas e cigarros; proibição de jogos que envolvam prêmios em dinheiro, entre outros. Também faz referência à necessidade da criação de cadastro para menores de 18 anos.

No próximo capítulo, analisaremos a questão da inclusão digital e os centros de acesso em escala local a partir das impressões e dos dados e coletados nas pesquisas de campo.

7. OS CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET: ANÁLISE EM ESCALA LOCAL

Nesta seção, analisaremos os centros públicos de acesso à Internet a partir da escala local, referente ao nosso recorte espacial estudado. Primeiramente, apresentaremos as *lan houses* (centros pagos). Em seguida, serão analisados os telecentros (centros gratuitos). A base para a confecção deste capítulo é oriunda da etapa de pesquisa de campo, na qual foram coletados questionários e entrevistas dos diversos atores envolvidos no processo em questão, ou seja, a inclusão digital nos referidos centros de acesso.

7.1. Lan Houses

Durante a etapa de campo desta pesquisa, foram visitadas duas *lan houses* localizadas no bairro Sarandi, região Norte de Porto Alegre. Ambos os estabelecimentos estão localizados em importantes avenidas do bairro, que mesclam o uso residencial com atividades comerciais de diversas naturezas, como pequenos mercados, lojas, padarias, tabacarias, agropecuárias, entre outras. Faz-se importante destacar que uma das *lan houses* escolhidas possui alvará de funcionamento, enquanto a outra funciona de maneira informal, fato que evidencia o que afirmáramos no capítulo anterior quanto à existência legal desses estabelecimentos, dificultando a mensuração do cenário dos centros pagos de acesso à Internet.

Devido à sua localização em vias bastante movimentadas do bairro, os dois estabelecimentos apresentam uma média de usuários superior a 50 por dia, caracterizando-se assim como unidades centrais. Ambas situam-se no setor norte do bairro (ao norte da Avenida Assis Brasil), onde estão as Vilas Parque e Elizabeth (embora seja utilizado o termo “vila”, são áreas regularizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre), que não ainda não foram contempladas com unidades de telecentros. Essa questão pode elucidar a questão da centralidade desses dois estabelecimentos, que apresentam peculiaridades em termos de perfil de usuários, horários de maior movimentação e perspectivas futuras do próprio negócio, conforme foi possível perceber a partir do relato de proprietários desse tipo de estabelecimento. Para uma preservação das fontes estudadas, identificaremos os locais visitados apenas pelas letras “A” e “B”.

A *lan house* A é um dos mais antigos estabelecimentos deste tipo no bairro, estando no atual endereço desde 2006. No entanto, conforme o proprietário, o atual endereço já era o terceiro local em que ele instalava um centro pago de acesso à Internet, sendo o primeiro fundado em 2003, em uma avenida paralela à atual localização. Essa migração seria devida à

necessidade de imóveis que comportassem a ampliação do número de máquinas e de serviços que pudessem ser oferecidos, pois, além de 20 computadores, o estabelecimento também fornece manutenção e conserto de equipamentos de informática. O proprietário também afirma que se considera um pioneiro não apenas no tocante a negócios desse ramo, mas também como um fomentador do acesso à Internet para os moradores do bairro:

Eu abri essa lan house pra oferecer o serviço aos mais pobres. Eu me considero até um pioneiro. Fui um dos primeiros aqui no Sarandi, e talvez entre os 3 ou 4 primeiros da Zona Norte. E isso foi bom pro pessoal daqui. Antes, eles tinham que se deslocar até o Iguatemi. E, naquela época, pouca gente tinha computador [sic]. (J., proprietário da *lan house A*)

O proprietário ressaltou a importância da instalação de um estabelecimento que fornecesse acesso à rede mundial de computadores em um período em que o computador era ainda menos acessível à população²⁰. Embora tenhamos explanado anteriormente que o simples acesso às TICs não representa necessariamente a inclusão digital de um indivíduo ou grupo social, a criação de uma *lan house* nas imediações do bairro teve, no mínimo, um impacto positivo: a redução da distância a um centro público de acesso à Internet; no caso, o Shopping Iguatemi, localizado entre as avenidas João Wallig e Nilo Peçanha. Apenas a título de ilustração, o deslocamento de ônibus até o referido local leva mais de 40 minutos, sendo necessárias duas conduções.

O contexto da instalação das *lan houses* naquele período, porém, era um pouco diferente do atual: além do acesso à Internet, elas possuíam o papel de concentrar centrais de jogos em rede, muito populares principalmente entre jovens do sexo masculino. Na *lan house A*, para o seu proprietário, esse cenário alterou-se substancialmente nos últimos anos.

Antes o pessoal vinha aqui muito para jogar. Mas hoje isso é bem diferente. Tu pode olhar aqui pra ver se tem alguém jogando... talvez um ou outro gurizinho. Mas todo mundo tá na Internet [sic] (J., proprietário da *lan house A*).

Perguntado sobre a utilização de redes sociais na Internet (Orkut e redes afins) e de programas de comunicação instantânea por computador (MSN ou Windows Messenger), o proprietário de “A” foi categórico.

Eles fazem muito sucesso. Basicamente todo mundo usa. As pessoas se viciam em sites desse tipo. Tem gente que fica aqui horas... (J., proprietário da *lan house A*).

O Orkut é uma rede social na Internet criada em janeiro de 2004 pelo turco Orkut Büyükkökten, um engenheiro da Google, a maior empresa ligada ao ciberespaço em termos

²⁰ Conforme dados apresentados por Pires (2005), com base em pesquisa do Internet World Stats, a porcentagem da população brasileira com acesso à Internet era de aproximadamente 10% em 2004. A primeira unidade lançada pelo proprietário da *lan house A* ocorreu em 2003.

de serviços e faturamento, tendo sido eleita por três vezes consecutivas (2007, 2008 e 2009) a marca mais valiosa do mundo pela empresa de consultoria britânica Millward Brown²¹. No portal, os usuários constroem seus “perfis”, inserindo informações pessoais como idade, estado de relacionamento (solteiro, casado, namorando, etc.), músicas e filmes preferidos, entre uma enorme gama de aplicativos que facilitam a comunicação entre aqueles que possuem cadastro nessa plataforma. Além do perfil, o *site* também se baseia em comunidades nas quais os usuários podem inserir-se para a discussão de temas pertinentes no que concerne às particularidades de cada uma ou apenas como um elemento com o qual se identificam, sendo a determinada comunidade um componente do perfil que caracteriza suas particularidades e preferências. O Orkut é a rede social apoiada na Internet mais popular no Brasil, contando com milhões de usuários; em outros países, porém, não apresenta o mesmo poder de penetração observado aqui, sendo superada por redes como o Facebook e o MySpace.

Já o MSN e o Windows Messenger são *softwares* de comunicação instantânea extremamente populares em muitos países. Funcionam a partir da inscrição de um endereço de e-mail que funciona como uma identidade padrão, semelhante ao número de telefone. Para a comunicação ser estabelecida, contudo, é necessário um determinado usuário envie um convite para que possa fazer parte da lista de contatos de outro.

O “vício” referido pelo proprietário da *lan house* A é o responsável por parte significativa da movimentação de usuários em seu estabelecimento, que gira em torno de 60 a 70 usuários por dia. Em nossas observações de campo, porém, outros usos também foram identificados, como gerenciamento de conta de *e-mail*, audiência de vídeos (YouTube), atualização e envio de currículos profissionais, além de alguns jovens envolvidos em jogos.

O estabelecimento fica aberto nos três turnos e apresenta boa movimentação em ambos. Em termos de faixa etária, os jovens entre 14 e 18 anos predominam no período da tarde, quando estão liberados das atividades escolares para usufruir o lazer proporcionado no local. Nos turnos da manhã e da noite, predominam pessoas entre 25 e 30 anos, que utilizam a *lan house* para acessar sua conta de *e-mails* e enviar currículos pela Internet, principalmente. Isso também é evidenciado pela ocupação dos usuários, compostos, em sua maioria, por estudantes e desempregados.

Dentro do recorte amostral analisado, um dado chama bastante a atenção: 4 dos 5 usuários questionados possuem acesso a computador e Internet em sua residência; alguns,

²¹ A matéria pode ser conferida em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u116375.shtml>>. Acesso em 22 de outubro de 2009.

inclusive, além do domicílio, ainda tem a possibilidade do próprio trabalho, na faculdade, ou na casa de amigos ou parentes. Ao mesmo tempo em que essa constatação demonstra o quanto a posse do computador está mais facilitada inclusive para famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos (R\$ 464,00 a R\$ 1.395,00 - faixa salarial em que toda a amostra se incluiu), lança um novo questionamento: por que pessoas que possuem acesso ao computador em casa frequentam uma *lan house*?

A resposta pode vir a partir de uma despreziosa tipologia, que, cabe ressaltar, é baseada em um pequeno recorte amostral e nas observações empíricas retiradas das observações de campo, não sendo cabível, portanto, utilizá-la como uma “regra” na busca de um perfil de usuário desses estabelecimentos.

Um grupo facilmente identificável é composto por jovens entre 16 e 21 anos, que buscam na *lan house* nem tanto a possibilidade de acessar à Internet, e sim, um lugar²² em que possam interagir com outros amigos que também vêm ali um local de diversão e sociabilidade²³. Outro grupo é composto por pessoas acima de 25 anos, que vão ao estabelecimento esporadicamente quando seus equipamentos pessoais não estão disponíveis (em manutenção) ou quando precisam de algum serviço mais específico (impressão, gravação de CDs, etc.). Um terceiro grupo é formado pelos interessados nos jogos em rede, normalmente os mais jovens.

O acesso a *sites* de relacionamento foi considerado o mais frequente por quase todos os usuários. Deve-se destacar que, entre os pesquisados mais velhos (40, 28 e 27 anos), a busca por informações sobre emprego, concursos públicos e envio de currículos foram mencionados, algo que não ocorre entre os mais jovens (19 e 21 anos). No estabelecimento, é proibido o acesso a serviços bancários (conforme o proprietário, por “uma questão de segurança”) e ao *download* de jogos, músicas, filmes, etc. A proibição de alguns usos se dá através de um programa central de gerenciamento de todos os computadores, que controla o tempo de uso e as restrições, sendo obrigatório o cadastro de todos os usuários que frequentam o local.

²² Entendendo o conceito de “lugar” através de visões subjetivas vinculadas a percepções ligadas à emoção, manifestando um sentimento topofílico. A topofilia revela um elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ao seu espaço de convivência, revelando o espectro, as formas e a intensidade de articulação e apego entre a sociedade e o ambiente (TUAN, 1980)

²³ A este respeito, o trabalho de Pereira (2008) articula o modo como jovens frequentadores de uma *lan house* configuram seus pertencimentos e intensificam seus laços sociais através do convívio no local e de interações através de um jogo.

A *lan house* B localiza-se em uma das principais vias de acesso do bairro à Avenida Assis Brasil, situando-se muito próxima a essa importante avenida. Embora tenha dimensão e estrutura menores comparadas com a *lan house* A, possui uma média de 50 usuários por dia – bastante próximo do outro estabelecimento – oferecendo 10 computadores com jogos e acesso à Internet.

O estabelecimento foi fundado em 2007 por um grupo de jovens empreendedores com experiência na área de informática. Por sinal, assim como em A, também são oferecidos serviços de informática, impressão e recarga de cartuchos no local.

De acordo com o levantamento realizado na SMIC, o referido estabelecimento não possui alvará de funcionamento, fato que o desonera dos diversos encargos e obrigações exigidos para a manutenção do documento – alvo de muitas reclamações e inclusive da falta de perspectiva de continuidade nesse ramo de negócio por parte do proprietário da *lan house* A.

O local fica aberto para os clientes nos três turnos do dia e, em certas ocasiões, usuários se reúnem para divertir-se com jogos em rede durante toda a madrugada. Entre esses jogadores, essa prática é conhecida como “madrugadões” ou “viradões”. Porém, o proprietário afirma que esse uso, hoje em dia, é bem menos comum, já que o “produto” mais visado pelos frequentadores atualmente seria o acesso à Internet. O período noturno é o que concentra maior quantidade de usuários. Entre 12h e 13h, todavia, há um significativo aporte de clientes em função do horário de almoço de industriários, comerciários e demais trabalhadores dos arredores dessa *lan house*, que utilizam a Internet durante aproximadamente 30 minutos (intervalo mínimo permitido, ao valor de R\$ 1,50) para acessar suas contas de e-mail e seus perfis em redes sociais na Internet (basicamente o Orkut). Ao ser questionado sobre o uso desse tipo de *site*, o proprietário disse que:

É a forma mais rápida e barata como meio de comunicação. Em meia hora, o cara aqui gasta 1,50 e, em meia hora, pode mandar uns 20 recados [forma de comunicação escrita mais comum entre usuários do Orkut]. Fica bem mais barato (E. proprietário da *lan house* B, complemento nosso)

Entre os usuários pesquisados, assim como na outra *lan house*, quase todos possuíam acesso à Internet em outros locais, inclusive na sua própria residência. Apenas um tinha entrada na Internet exclusivamente no local, fato que confirma o que havíamos ressaltado anteriormente em relação à maior facilidade na compra de computadores.

Entre os usos da Internet, destaca-se o envio e recebimento de e-mails, programas de comunicação instantânea (MSN e Windows Live Messenger), sites de relacionamento, portais de visualização e compartilhamento de vídeo (YouTube), Em um segundo plano, a realização

de pesquisas para trabalhos de escola e faculdade apresenta relativa importância. Embora não haja restrições no estabelecimento, o acesso a serviços bancários (*Internet Banking*) é raro, principalmente devido aos riscos do envio de informações desse tipo em computadores públicos.

Outra consideração necessária a respeito do perfil dos usuários pesquisados desse estabelecimento trata do tempo de permanência no local. Todo o recorte amostral afirmou que permanece, no mínimo, três horas no local. É importante, evidenciar, porém, que a faixa etária dos mesmos não ultrapassa os 21 anos; sendo a categoria “estudante” a ocupação da maioria. Entre eles, faz-se importante ressaltar, três consideraram que o principal motivo para ir à *lan house* é o encontro com seus amigos, mais importante inclusive que a próprio uso da Internet, o que demonstra o quanto essa *lan house* é importante para a construção de vínculos entre esses jovens.

A seguir, apresentamos um quadro-síntese com alguns dados selecionados obtidos através da pesquisa com os usuários das *lan houses* A e B. É importante ressaltar que nem todas as variáveis analisadas são baseadas na amostra de 10 usuários, pois alguns entrevistados não responderam a todas perguntas.

Sexo	Masculino (70%)
Idade	21 anos (média)
Tempo de permanência no local (por dia)	Entre 3 e 4 horas (30%); entre 30 minutos e 1 hora (20%)
Acesso à Internet em outros locais	Sim (80%), em casa (60%)
Escolaridade	Médio completo (30%); Superior incompleto (20%).
Renda	De 2 a 3 salários mínimos (50%); De 1 a 2 salários mínimos (37,5%)
Ocupação	Estudante (37,5%).
Usos mais frequentes*	Sites de relacionamento (77,8%), plataformas de compartilhamento e visualização de vídeos (55,55%), sites de busca (44,44%), E-mail (44,44%), software de comunicação instantânea (44,44%), jogos <i>on line</i> (33,33%),

Quadro 5 - Síntese de dados selecionados entre usuários de *lan houses*

* Nesse caso, considera-se a porcentagem de usuários que assinalaram que faz o determinado uso diariamente ou quase todos os dias

Embora não seja nosso objetivo aprofundar esse tema, muito menos fornecer conclusões precipitadas, podemos afirmar que a questão da sociabilidade é fundamental para os jovens que frequentam esse tipo de estabelecimento e que lá permanecem por várias horas. Isso inclusive pode fomentar a reflexão sobre a polêmica desterritorialização proporcionada pelo ciberespaço, muitas vezes interpretada equivocadamente pelo argumento da redução das

distâncias como o “fim do espaço”, “fim do território” ou “fim do Estado-Nação” (NEWMAN apud HAESBAERT, 2007). Já aprofundamos essa questão anteriormente no presente trabalho, e reafirmamos que o ciberespaço, embora efetivamente possa representar uma compressão das distâncias no tempo, de maneira alguma representa o “fim” ou a “aniquilação” do espaço. Ao contrário, constitui-se em uma nova dimensão do espaço social incrementada e em constante inovação pela técnica. Em nossa escala de análise, a criação de vínculos desses jovens usuários com um determinado território (representado pela própria *lan house*) intimamente ligado como uma plataforma de acesso à Internet demonstra a possibilidade de reterritorialização destes atores sociais, mesmo em um local que poderia ser caracterizado como uma “porta de acesso” a um meio norteado pela desterritorialização. Não acreditamos nessa relação dialética, e consideramos que esse processo de reterritorialização vai além do território da *lan house*, permeando também as relações realizadas no próprio ciberespaço que podem ser repletas de uma carga simbólica.

A grande incidência de usuários que possuem computador na própria residência chama a atenção para uma maior facilidade de compra de equipamentos de informática. O crescimento da venda de computadores no Brasil deve-se principalmente à redução dos impostos incididos sobre esse tipo de aparelho, iniciativa fomentada pelo Governo Federal, como no caso do Projeto Computador para Todos (vide quadro 1), no qual computadores que custem até R\$ 1.200 são isentos do PIS (Programa de Integração Social) e Confins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Conforme dados obtidos no portal do referido projeto na Internet²⁴, até maio de 2008, mais 70 mil equipamentos com as especificações contidas no projeto. Somando-se a isso, paralelamente ao Computador Para Todos, o Governo Federal lançou em 2008 a chamada “Lei do Bem”, um pacote de redução de impostos que contemplou computadores (de mesa ou portáteis) de até R\$ 4.000. O impacto dessas grandes políticas acaba repercutindo em nível local, podendo tornar as *lan houses* menos competitivas no tangente ao local de acesso à Internet.

Hoje eu não tenho mais retorno do investimento, não é mais viável. É que eu possuo alvará, né, cara. Aí tem que contratar contador, tudo direitinho. Tipo, eu não posso fazer um gato aí na luz ou na água que eu me incomodo. E outra coisa é que qualquer neguinho hoje em dia tem computador. O governo cortou impostos, reduziu o preço, e hoje a gente não tem mais o mesmo movimento. Atualmente o rendimento mal cobre os gastos, o que ainda me salva é a manutenção [de computadores] que a gente faz aqui [sic] (J., proprietário da *lan house* A, complemento nosso).

²⁴ A notícia pode ser acessada em <<http://www.computadorparatodos.gov.br/noticias/mercado-de-pcs-continua-crescendo-apos-incentivos-do-governo>>. Acesso em 11 de novembro de 2009.

Visão diferente, todavia, possui o proprietário da *lan house* B ao ser perguntado sobre a perspectiva de ampliação dos negócios e o retorno do investimento. Ele considera a redução dos preços de computadores um fato positivo não apenas para o seu próprio estabelecimento, como também para a criação de novas *lan houses* no bairro.

Já foi feita atualização [nos equipamentos da loja] com monitores LCD e com placas de vídeo para melhor performance e qualidade. Como eu mesmo trabalho, tenho retorno por não ter funcionário, mas se tivesse, o retorno seria bem menor. E hoje tem bastante *lan house* no bairro pelo fato dos computadores estarem com baixo custo pelo investimento. O retorno é bom pra quem quer ter o negócio próprio, ser autônomo (E. proprietário da *lan house* B, complemento nosso)

7.2. Telecentros

A primeira unidade visitada foi o Telecentro Parque dos Maias, situado na Rua Saturnino Vanzelotti, na Cooperativa Habitacional do Parque dos Maias (Cooparque). A referida unidade foi criada em outubro de 2004 a partir de uma doação de computadores pela Refinaria Alberto Pasqualini, tendo encerrado suas atividades em setembro de 2009, durante a realização desta pesquisa, quando ocorreu um rompimento do convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Cabe destacar que o Parque dos Maias é uma das vilas pertencentes ao Bairro Sarandi e, portanto, à Região Norte de Porto Alegre, estando situado ao sul das Vilas Elizabeth e Parque, onde estão localizadas as *lan houses* visitadas durante a pesquisa de campo.

O oferecimento de curso de informática consiste em um dos principais serviços oferecidos pelo telecentro; entretanto, apenas uma modalidade é ministrada, como é o caso do Curso Básico de Informática. Em termos de perfil de usuário, há uma nítida discrepância entre aqueles que frequentam a unidade apenas para acessar a Internet e entre aqueles que realizam os cursos. Enquanto que, no primeiro grupo, há uma predominância de jovens entre 10 e 18 anos, o segundo grupo é composto também pelos jovens, mas inclui faixas etárias mais velhas, inclusive pessoas acima dos 60 anos, grupo populacional que apresenta os menores índices de acessibilidade à Internet. Em alguns telecentros, inclusive, há um maior enfoque para ações que insiram esse perfil de usuário no processo de inclusão digital, como no caso do Telecentro Vila Ingá, unidade que será analisada mais profundamente ainda neste capítulo.

No período da pesquisa, o Telecentro Parque dos Maias apresentava uma movimentação relativamente pequena, não ultrapassando 10 pessoas por turno, principalmente estudantes e aposentados. A procedência dos mesmos é basicamente oriunda do próprio bairro, fato explicado pela sua própria localização, distante de grandes avenidas e pouco provida de linhas de ônibus. Além disso, próximos a essa unidade, há os telecentros

Grande Santa Rosa e Nova Gleba, que atendem às comunidades das vilas homônimas respectivamente, ambas situadas dentro da Região Norte.

A infra-estrutura do local, assim como a grande maioria dos telecentros, é bastante modesta, sendo inclusive alvo de críticas de usuários e monitores.

O forro tá tomado de cupim e no verão faz muito calor dentro da sala do telecentro. Deveria ser trocado o forro e colocar um outro ventilador para melhorar o ambiente nos dias de calor. Outra coisa que deveria ser feita é colocar uma impressora no telecentro porque a procura é muito grande [sic] (J., monitora de telecentro)

Pode-se constatar que, além da precariedade de condições físicas para o desenvolvimento das atividades (alta temperatura no interior, problemas no forro), há uma demanda pela impressão de documentos, trabalhos escolares e páginas da Internet que poderia ser atendida através da instalação de uma impressora.

A segunda unidade visitada foi o Telecentro Vila Ingá, localizado na Rua Sezefredo Ignácio de Oliveira - esquina com a Avenida Manuel Elias, na Creche Comunitária Tia Gessi, no bairro Passo das Pedras. É importante destacar que, como já fora colocado quando explanamos sobre os procedimentos metodológicos, essa é a unidade situada fora da Região Norte, já que o Bairro Passo das Pedras, juntamente com o Bairro Rubem Berta, está incluído na Região Eixo Baltazar, imediatamente ao sul da Região Norte (vide a Figura 3, na próxima página). O Passo das Pedras possui um histórico de formação semelhante ao do Sarandi (Região Norte), já que o bairro formou-se entre as décadas de 50 e 60, absorvendo principalmente operários de regiões centrais e pessoas oriundas do campo (FUNCK, 2002). O bairro é essencialmente residencial, possuindo alguns tipos de comércio e serviços principalmente na Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, que representa o limite com a Região Norte.

O telecentro Vila Ingá foi inaugurado em 1º de julho de 2004, tendo como objetivo principal o oferecimento de cursos para a terceira idade. Essa faixa etária, tal como havíamos explicitado anteriormente, deve ser alvo das políticas públicas de inclusão digital, já que, conforme os dados apresentados no presente trabalho, constitui-se em um dos grupos com menor acessibilidade (apenas 3% das pessoas com mais de 60 anos já acessaram a Internet pelo uma vez). Atualmente, esses cursos continuam sendo oferecidos, havendo aulas em três dias durante a semana, totalizando seis horas de aula, portanto.

A unidade permanece aberta entre 8h e 20h, mas a maior movimentação de usuários ocorre a partir das 18h, horário em que trabalhadores e alguns estudantes estão disponíveis para frequentar o local. No período da tarde, a ênfase é dada aos cursos básicos de informática para jovens e para terceira idade, havendo pequena movimentação de usuários de Internet

(entre 5 e 10 por turno) Ainda não foram oferecidos cursos mais aprofundados de softwares como Word, Excel e PowerPoint (componentes do Microsoft Office) ou de versões equivalentes gratuitas (tal como o OpenOffice ou o BrOffice), que são extremamente importantes para a elaboração de documentos, gráficos, tabelas, apresentações e para a organização de dados. Mesmo assim, podemos classificar a unidade, de acordo com a proposta de Bernardo Sorj (2003), como um telecentro de formação, pois, além do acesso aos recursos básicos da Internet, há o fornecimento de cursos de formação e orientação ao usuário.

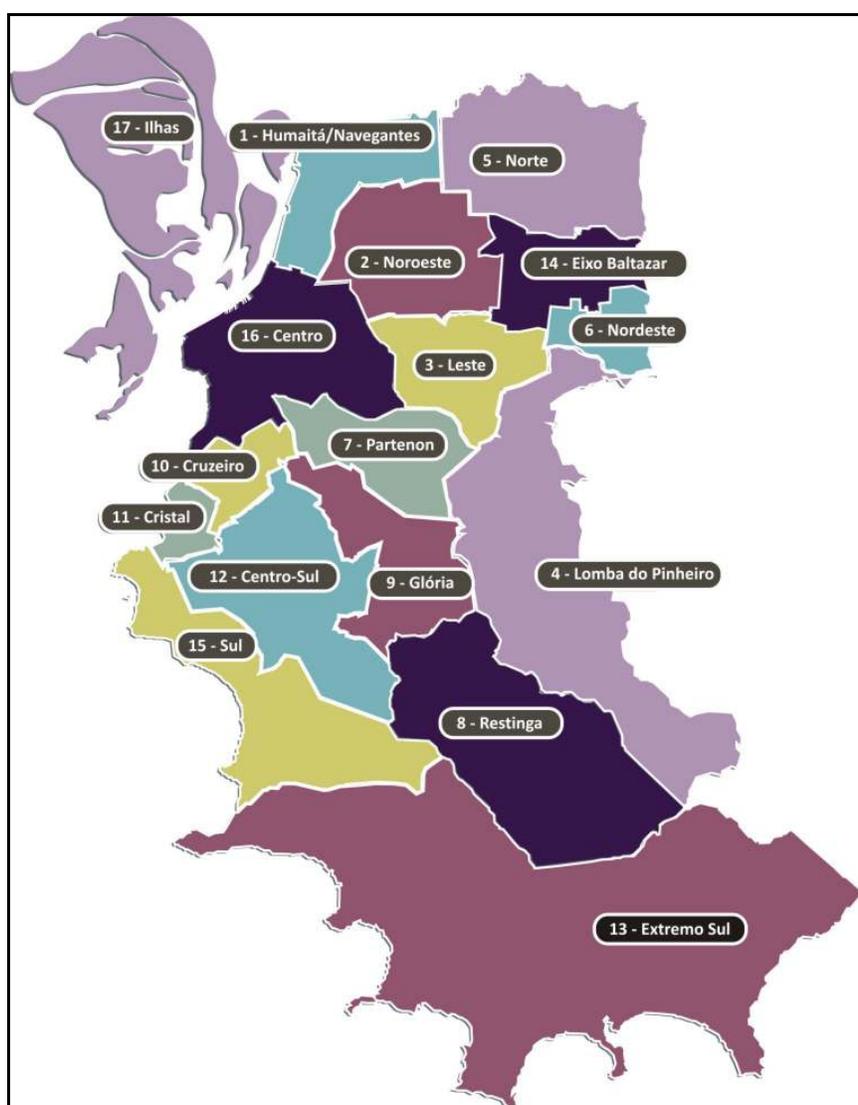


Figura 3 - Regiões do Orçamento Participativo²⁵. Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local de Porto Alegre

²⁵ A figura apresenta 17 regiões, ao invés das 16 organizadas na tabela 13 (Lista de telecentros registrados na SMDHSU) devido à criação da Região Ilhas, desmembrada da antiga Região Humaitá/Navegantes/Ilhas.

A infra-estrutura do local é bastante simples. Além dos 10 computadores com banda larga (cujo sinal muitas vezes está indisponível ou muito lento), a unidade apenas dispõe de um quadro-branco utilizado como recurso didático para as aulas. Essa constatação consiste em um dos grandes problemas dos telecentros localizados no município: a falta ou precariedade de equipamentos que potencializem as possibilidades oferecidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. Em uma pesquisa realizada pelo autor no primeiro semestre de 2009 junto a monitores de 11 telecentros (MORAES, 2009), constatou-se que a grande maioria das unidades não possui sequer um dos seguintes equipamentos básicos, como impressora, *scanner*, caixas de som e gravadores de dados (CD e DVD). Sem sombra de dúvida, o acesso aos computadores e à Internet já se constitui em um primeiro passo da inclusão digital; todavia, a inexistência de outros recursos e equipamentos constatada acaba incorrendo no que denominamos aqui de “inclusão digital precária” ou “acessibilidade precária”, ou seja, há apenas o oferecimento do básico que um telecentro pode fornecer (computadores com Internet), sem um incremento em outros equipamentos que também compõem as TICs.

A localização do telecentro é considerada, tanto por usuários quanto por monitores, como uma das grandes qualidades do Telecentro Vila Ingá. E, de fato, a proximidade com as avenidas Baltazar de Oliveira Garcia e Manuel Elias oferece ao telecentro uma privilegiada disponibilidade de vias de acesso, e, principalmente, grande quantidade de linhas de ônibus cujos itinerários atendem aos arredores. Conforme o relato de um dos monitores, essa peculiaridade possibilita que usuários de outros bairros possam utilizar os recursos do local.

Vem gente de outros bairros pra cá, principalmente porque tem muito ônibus que passa perto. [...] Eles ficam sabendo por amigos que aqui é bom e acabam vindo de longe às vezes. (D., monitor de telecentro)

Embora haja alguns telecentros próximos (vide mapa 1), apenas um dos pesquisados admitiu já ter frequentado alguma outra unidade, no caso, o Telecentro Rubem Berta. Todos eles eram bastante jovens, com idades variando entre 14 e 18 anos, e a maioria deles já participara de algum curso fornecido no local. O tempo de permanência na unidade supera 2 horas entre todos os pesquisados; e, conforme evidenciado no depoimento de um deles, não seria possível ficar tanto tempo utilizando a Internet em uma *lan house* por uma questão de limitação financeira.

Ao contrário do que foi observado nas *lan houses*, há uma maior quantidade de pessoas que não possui computador em casa, fato que seguramente pode ser correlacionado com o nível de renda familiar, sensivelmente mais baixo. Constatou-se que dois pesquisados

declararam ter renda familiar de até 1 salário mínimo (R\$ 465,00 no período da pesquisa), faixa de renda que, embora com a redução de preços dos computadores, ainda situa-se marginalizada sob a óptica da inclusão digital (conforme dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil, 83% das pessoas cuja renda familiar é igual ou inferior a 1 salário mínimo jamais acessou a Internet). Desse modo, o telecentro talvez represente a única possibilidade gratuita para o ingresso dessas pessoas no ciberespaço.

Para nenhum dos pesquisados, o telecentro significa o local único de acesso. Além da residência, devemos destacar que os centros pagos de acesso (*lan houses* e *cybercafês*) apresentam papel importante, bem como a própria escola (caso de uma pesquisada) ou a casa de parentes ou amigos.

Os usos, porém, são bastante semelhantes aos de usuários de *lan houses* e não fogem do esperado para pessoas dessa faixa etária, como *softwares* de comunicação instantânea, *sites* de relacionamento (durante a pesquisa de campo, vários estavam utilizando o Orkut), *e-mail* e “buscadores” (sites para procura de informação), além de jogos (outro uso bastante comum durante nossa observação). Ao mesmo tempo, faz-se importante destacar que muitos mencionaram que utilizam a Internet para buscar informações sobre emprego, o que significa que o telecentro cumpre um papel que transcende o simples entretenimento, pois a Internet contemporaneamente constitui-se em uma importante plataforma para envio de currículos, busca de informações sobre empregos, inscrição e estudo para concursos públicos. Além disso, conhecimentos em informática, mesmo que básicos, são fundamentais para quase todas as profissões e, inclusive, critério importante nos processos seletivos dos contratantes.

A seguir, sistematizamos alguns dados referentes ao perfil do usuário de telecentros, obtido a partir da análise dos questionários. A amostra é de 10 usuários.

Sexo	Masculino (60%)
Idade	17 anos (média)
Tempo de permanência no local (por dia)	Entre 2 e 3 horas (60%)
Acesso à Internet em outros locais	Sim (90%), em casa (60%), lan house (60%)
Escolaridade	Fundamental incompleto (60%); Médio incompleto (20%).
Renda	Até 1 salário mínimo (40%); De 2 a 3 salários mínimos (30%);
Ocupação	Estudante (70%)
Usos mais frequentes*	Sites de relacionamento (100%), jogos <i>on line</i> (100%), <i>E-mail</i> (90%), uso de <i>software</i> de comunicação instantânea (50%)

Quadro 6 - Síntese de dados selecionados entre usuários de telecentros

* Nesse caso, considera-se a porcentagem de usuários que assinalaram que faz o determinado uso diariamente ou quase todos os dias

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que realizar uma série de conclusões acerca da pesquisa científica realizada no presente trabalho, procuraremos lançar, nestas considerações finais, algumas reflexões a respeito do crescimento da importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e seus impactos na sociedade contemporânea e, por conseguinte, no espaço geográfico, tendo a questão da exclusão e da inclusão digital como foco de grande parte da discussão.

Ao longo desta monografia, analisamos basicamente algumas manifestações da emergência da TICs, mais especificamente os computadores e a Internet, em diferentes escalas, desde um panorama mais genérico e amplo até um estudo espacialmente pontual, representado aqui pela análise dos impactos de telecentros e *lan houses* instalados na Região Norte de Porto Alegre.

Os centros públicos de acesso à Internet apresentam especificidades inerentes ao seu âmbito de administração. Enquanto os telecentros, geridos pelo poder público, representam a possibilidade de acesso gratuito à Internet, as *lan houses*, um ramo comercial da iniciativa privada, oferecem um serviço de maneira paga. Mas surge daí uma instigante reflexão: será que efetivamente há uma espécie de dualidade entre estes dois tipos de centros públicos? Qual é a contribuição dos mesmos para a inclusão digital dos indivíduos que usufruem seus serviços? O processo de inclusão digital, de fato, ocorre?

Os dados obtidos na pesquisa nos mostram que, embora haja uma diferença em termos de perfil socioeconômico entre usuários de *lan houses* e telecentros, existem muitas semelhanças nos usos e na importância adquirida pela Internet para os mesmos. É importante ressaltar que, ao contrário de tempos pretéritos, quando o acesso a computadores e Internet era demasiado difícil e se dava normalmente em apenas um local (normalmente na residência ou no trabalho), pode-se dizer que há atualmente múltiplas possibilidades de locais de ingresso, como nos próprios centros públicos, em residência própria ou de parentes e amigos, trabalho, escola, entre outros. Foi possível constatar que, entre a maioria dos frequentadores de telecentros e *lan houses* pesquisados, o centro público representa apenas uma entre algumas possibilidades de local de acesso. Ao mesmo tempo, poucos frequentadores dos centros pagos conheciam algum telecentro, fato que certamente pode ser explicado pela inexistência de centros gratuitos próximos às *lan houses* analisadas. Outra consideração importante a ser ressaltada é a construção de vínculos entre alguns usuários (principalmente os que permanecem por muito tempo nos estabelecimentos) com o local, principalmente o que foi observado nas *lan houses*, já que alguns frequentadores afirmaram que o principal motivo

para ir ao centro pago de acesso à Internet é o encontro e o convívio com o grupo de amigos estabelecido no local.

Entretanto, ao ressaltarmos essa perspectiva de uma multiplicidade de locais de ingresso, não podemos criar a falsa expectativa de que as TICs estão universalizadas e que há um cenário de grande penetração dessas tecnologias em toda a sociedade. Ainda há uma série de barreiras impeditivas para o pleno acesso da população para o uso de computadores, principalmente aquelas relacionadas à inacessibilidade proporcionada pela falta de condições financeiras e pelo próprio desenvolvimento cognitivo concernente às habilidades e competências necessárias para o emprego das TICs. Nesse sentido, os telecentros apresentam um importante papel sob o ponto de vista da educação digital, em função da possibilidade de realização de cursos, inclusive aqueles segmentados para algumas faixas etárias, como as oficinas de informática básica para jovens ou para idosos. No entanto, na maioria das unidades, os cursos restringem-se às noções básicas do funcionamento de um computador e de sistemas operacionais, que, sem sombra de dúvidas, são importantes, mas representam apenas uma entre muitas possibilidades oferecidas pelas TICs. O oferecimento de cursos aprofundados de *softwares* para elaboração de textos, construção de planilhas e gráficos, elaboração de apresentações e organização de banco de dados (como o caso do pacote de programas Office ou sua versão gratuita, o BrOffice) consistem em novas perspectivas para os usuários interessados; e esses conhecimentos são fundamentais para o uso da informática atualmente, sendo pré-requisito para a inserção em grande parte do mercado de trabalho. Uma efetiva inclusão digital deriva também dessas iniciativas do poder público.

O alcance desses objetivos, contudo, se dará sobretudo com amplos investimentos no programa de inclusão digital do município, principalmente no treinamento de monitores, na melhoria da infra-estrutura física (a necessidade de reformas foi apontada como um dos grandes problemas na maioria dos telecentros) e de equipamentos (*hardware* e *software*) e na continuidade da criação de novas unidades de telecentros, principalmente em áreas do município ainda não contempladas, como o caso das Vilas Parque e Elizabeth, situadas no extenso bairro Sarandi, além de outras que podem ser observadas no mapa de localização.

O Programa de Telecentros de Porto Alegre passou por mudanças ao longo de 2009, tanto em âmbito administrativo, representado pela troca de coordenação, como na criação de novas parcerias com associações de moradores e ONGs, o que resultou na ampliação do número de unidades, como o caso do Telecentro Vila Esperança Cordeiro (no Bairro Sarandi) e do Telecentro da Central Única das Favelas (no Bairro Santa Tereza). Ao mesmo tempo, unidades como o Telecentro Ursa Maior (Bairro Cristal) e Telecentro Parque dos Maias

(Bairro Sarandi) encerraram as suas atividades. Apesar disso, o programa de inclusão digital do município é reconhecido como um dos modelos nacionais, ao lado de São Paulo, sendo um dos mais antigos e consolidados do Brasil.

No contexto do acesso, os centros pagos apresentam papel representativo para aqueles que não dispõem de um computador na própria residência, tal como pôde ser evidenciado nos dados referentes ao local mais utilizado para acessar a Internet, que demonstram uma proporção semelhante ao acesso residencial. Contudo, seria incoerência da nossa parte afirmar que todos os indivíduos que usufruem esses serviços estão incluídos digitalmente. O acesso é apenas o primeiro degrau dentro desse complexo processo. A efetiva inclusão se dá a partir do momento em que o usuário consegue utilizar as potencialidades do emprego de computadores e Internet de maneira ativa e crítica, julgando a procedência dos conteúdos aos quais tem acesso e utilizando essas ferramentas como uma ampliação da sua esfera de atuação na sociedade.

É importante ressaltar, todavia, que não foi objetivo dessa pesquisa realizar uma espécie de classificação de níveis de inclusão digital, bem como caracterizar um determinado indivíduo ou grupo de pessoas em relação a um suposto “grau de desenvolvimento”, já que não temos um aparato metodológico desenvolvido para realizar esse tipo de consideração. Porém, foi possível constatar, na presente pesquisa, que o uso da Internet nos centros públicos se resume, na grande maioria dos casos, aos *sites* de relacionamento (sobretudo o Orkut), às plataformas de visualização de vídeos e aos jogos. O próprio uso do e-mail como ferramenta de comunicação mostrou-se pouco representativo. Não queremos, com isso, adotar uma posição conservadora que renegue esses usos, pois reconhecemos a importância principalmente das redes sociais na Internet, que influenciam as sociabilidades e alteram, inclusive, a conformação de territórios-rede assentados na própria *web*. Entretanto, resumir as TICs a isso seria de um reducionismo insensato. Por isso, dentro de um cenário de crescimento vertiginoso da apropriação das redes de informação pela população, emerge a necessidade de projetos educativos voltados à formação do “sujeito digital”, para que o espectro de possibilidades oferecidas pela Internet seja ampliado de maneira consciente e progressiva.

Os avanços relacionados à ampliação da população com acesso à Internet foram significativos nos últimos anos e demonstram uma alteração expressiva no cenário da inserção no ciberespaço. As TICs, atualmente, estão incorporadas ao nosso cotidiano, sendo quase impossível conceber nossas atividades profissionais e sociais sem o auxílio dessas tecnologias. Mesmo assim, no Brasil, a maior parte da população jamais teve contato com um

computador. Ou seja, o Estado ainda possui a tarefa de fomentar iniciativas que permitam uma maior universalização desses equipamentos, tanto em termos de acesso (nesse sentido, os telecentros são considerados um dos mais efetivos empreendimentos) quanto de posse (a compra em si). O Programa Computador para Todos, através da redução de impostos, vem estimulando a compra desse equipamento entre as camadas mais pobres da população. Contudo, apenas a redução do preço não cessa o problema, já que os custos para a manutenção da Internet ainda são altamente onerosos para muitas famílias e, em certos locais, a infra-estrutura básica para a instalação de Internet ainda inexistente, inclusive em alguns importantes centros urbanos brasileiros. Portanto, a diminuição das tarifas para manutenção de uma linha telefônica (no caso do *modem* discado) e, principalmente, da banda larga representará um importante passo para uma melhoria qualitativa no tocante ao acesso a novas tecnologias.

Essa pesquisa demonstrou um panorama atual dos impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação e como as mesmas alteram algumas dinâmicas espaciais, possuindo, como foco da análise, os centros públicos de acesso à Internet localizados na Região Norte de Porto Alegre. Esses centros, sejam eles gratuitos ou pagos, atendem principalmente às camadas da população que não possuem pleno ingresso ao uso de computadores. Ao mesmo tempo, foi possível constatar que os centros públicos representam apenas uma entre outras possibilidades de entrada, fato que evidencia uma maior facilidade de obter acesso à Internet atualmente, mesmo que a posse de um computador ainda esteja restrita a uma minoria da população brasileira.

Este mesmo cenário, contudo, mostra-se extremamente efêmero, o que significa afirmar que a atual conjuntura poderá estar sensivelmente alterada dentro de 5 ou 10 anos, pois há a tendência de que o panorama da inclusão digital seja mais favorável nos próximos anos. Mantendo-se os níveis de crescimento verificados atualmente, uma maior parcela da população possuirá computador com acesso à Internet nos próximos anos, assim como se espera uma ampliação dos serviços disponíveis na rede, principalmente aqueles disponibilizados pelo poder público para uma ampliação da participação da população na gestão local, constituindo assim a chamada “democracia eletrônica”. A velocidade das transformações socioespaciais decorrentes do advento das TICs é tão grande quanto à velocidade das informações proporcionadas pela Internet, o que representa um contínuo e acelerado processo de metamorfose da própria Internet e da nossa própria percepção sobre os processos que ocorrem no ciberespaço (incluindo a própria compressão espaço-tempo), mas

que também afetam o espaço geográfico, tanto que consideramos o primeiro como uma dimensão artificial dotada de grande intencionalidade técnica do segundo.

Encerramos este trabalho com uma pequena agenda de pesquisa para Geografia e áreas afins, construída a partir das experiências obtidas no processo de desenvolvimento desta investigação. Entre os campos que merecem uma maior atenção dos pesquisadores interessados em analisar os impactos das redes informacionais no espaço geográfico, destacamos apenas algumas entre muitas possibilidades: a) disponibilidade de serviços governamentais (*e-gov*) e as transformações na gestão pública para um incremento na democracia eletrônica; b) a utilização das redes informacionais no campo e seu papel para as comunidades rurais; c) novas percepções sobre o território e o lugar a partir do estabelecimento de vínculos com comunidades na Internet; d) ascensão das cidades digitais (municípios que utilizam a Internet como subsídio para o aumento da participação popular na gestão urbana e para uma melhoria da qualidade de serviços oferecidos); e) morfologia dos fluxos informacionais em escala global ou nacional e análise das centralidades no que tange à concentração das infovias e os locais marginalizados do processo; f) dimensão socioeconômica do mercado apoiado na Internet (*e-commerce*); g) novas territorialidades decorrentes de redes sociais de relacionamento; h) utilização de ferramentas disponíveis na Internet para o ensino; i) utilização de redes sociais colaborativas para o incremento de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) *on line* retroalimentados a partir de dados fornecidos pelos próprios usuários.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Carlos A. Políticas Públicas e Inclusão Digital. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2006**. São Paulo, 2007, pp. 47-53.

ASSUMPÇÃO, Rodrigo Ortiz D'Avila. **Além da Inclusão Digital: O Projeto sampa.org**. 2001. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BENAKOUCHE, Rabah (Org.). **A questão da informática no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense / Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985.

BENAKOUCHE, Tamara. Redes de comunicação eletrônica e desigualdades regionais. In: GONÇALVES, Maria Laura. **O Novo Brasil Urbano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. pp. 227-237.

BORNIA JUNIOR, Dardo Lorenzo. **Acesso à internet e capital cultural: um estudo sobre a relação entre os usos da internet e as trajetórias culturais, escolares e sociais de usuários de telecentros**. 2006. 67 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CANO, Carlos Baldessarini; BECKER, João Luiz; FREITAS, Henrique de. **A Organização Virtual no Espaço Cibernético**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CAPEL, Horácio. **Dibujar el mundo. Borges, la ciudad y la geografía del siglo XXI**. Barcelona: Ediciones de Serbal, 2001.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. 2006. 259 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Sistemas de Computação) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, Olívia Bandeira de Melo. Os “incluídos digitais” são “incluídos sociais”? Estado, mercado e a inserção dos indivíduos na sociedade da informação. **Liinc em Revista**, v.5, n.1, p. 19-31, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em 10 de julho de 2009

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHAPARRO, Jeffer. La segregación digital en contacto. **Ar@cne. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, n° 95, 1° de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/ aracne/aracne-095.htm>> Acesso em 9 de maio de 2009.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2005.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2006. Disponível em <<http://www.cetic.br/tic/2005/indicadores-2005.pdf>>. Acesso em 19 de setembro de 2009.

_____. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2008.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2009. Disponível em <<http://www.cetic.br/tic/2008/index.htm>>. Acesso em 19 de setembro de 2009

COSTA, Marco Aurelio Borges; SOUZA, Carlos Humberto. Abordagens antropológicas do ciberespaço e da cibercultura. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 163, p. 85-94, 2006.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Os sentidos da rede: notas para a discussão. In.: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

FOLHAONLINE. **Google é eleito marca mais valiosa do mundo pela segunda vez, indica pesquisa.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u116375.shtml>> . Acesso em 22 de outubro de 2009.

FUNCK, Angelo Eduardo Bitencourt, et al. **Passo das Pedras.** Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

GUEDES, Elizabeth. Exclusão digital: um problema tecnológico ou social? **Boletim "Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade"**. Rio de Janeiro: IETS, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

INFANTAS, Iván. Visión geográfica del ciberespacio. **Ar@cne. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 117, 1º de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-117.htm>>. Acesso em 15 de julho de 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio,** 2005.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de; CAREGNATO, Sônia Elisa. Inclusão Digital: laços entre bibliotecas e telecentros. **Informação & Sociedade.** João Pessoa, v.16, n.1, p.275-283, jan./jun. 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. As tecnologias de informação e a exclusão digital. In: **Revista Transinformação.** Campinas, v. 14. 2002. Disponível em <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=1>>. Acesso em 9 de maio de 2009.

MACADAR, Marie Anne; REINHARD, Nicolau. Telecentros Comunitários Possibilitando a Inclusão Digital: um estudo de caso comparativo de iniciativas brasileiras. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 26., 2002., Salvador. **Anais do 26º ENANPAD.** Salvador: ANPAD, 2002.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor, Exclusão digital e exclusão social: elementos para uma discussão. **Revista Transinformação.** Campinas, v. 15, p. 91-115, set.-dez. 2003

MAPA OFICIAL DIGITAL DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <<http://geo.procempa.com.br/geo/>>. Acesso em 10 de junho de 2009.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia,** Rio de Janeiro, ano 7, nº2, pp. 122-132. 2007

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ordenamento Territorial: Uma Conceituação para o Planejamento Estratégico. In: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (Org.).

Perspectiva para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. pp. 43-48.

MORAES, Fernando Dreissig de. **Telecentros em Porto Alegre:** usos, perfil de usuário e importância a partir da percepção dos monitores (Relatório de Pesquisa). 2009

OBSERVATÓRIO DE PORTO ALEGRE. **ObservaPOA.** Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php>>. Acesso em 6 de maio de 2009.

PARDO, Maite Martinez. Nuevas Tecnologias, territorio y espacio local. Reflexiones y experiencias. **Estudios Territoriales**, nº 31, 1989. pp. 37-55.

PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto. Impactos Sócio-culturais de Telecentros Comunitários: o caso do Telecentro Chico Mendes. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, pp. 375-388, jul./dez. 2004.

PEREIRA, Vanessa Andrade. **Na Lan House, “por que jogar sozinho não tem graça”:** Estudo das redes sociais juvenis on- e off-line. 2008. 362 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PINAUD, Christian. Trans. Inter. com. pac. Petit Abécédaire de la communication. In: DUPUY, G (Org.). **Réseaux territoriaux.** Caen: Paradigme, 1988. pp. 69-104.

PIRES, Hindenburgo Francisco. A produção morfológica do ciberespaço e a apropriação dos fluxos informacionais no Brasil. **Revista Scripta Nova -Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Santiago de Chile, 2005. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-19.htm>> Acesso em 30 de outubro de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Sítio dos telecentros.** Disponível em: <<http://www.telecentros.com.br/>>. Acesso em 6 de maio de 2009.

PROGRAMA COMPUTADOR PARA TODOS. **Portal de notícias.** Disponível em: <<http://www.computadorparatodos.gov.br/noticias/>> . Acesso em 11 de novembro de 2009.

RANDOLPH, Rainer. Tecnologias de informação e comunicação, redes de computadores e transformações socioespaciais contemporâneas. In.: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei Nº 141, de 2004**. Dispõe sobre a proteção da saúde dos consumidores nos estabelecimentos comerciais que ofertam a locação e respectivo acesso à jogos de computador em rede local, conhecidos como LAN HOUSE - Local Área Network, e seus correlatos, e dá outras providências. Disponível em <<http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA2004050401/EX2004050401.htm>>. Acesso em 19 de setembro de 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS FILHO, Sidney Cardoso. **A Territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet no município de Duque de Caxias**. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL DE PORTO ALEGRE. **Regiões do Orçamento Participativo**. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_secao=76>. Acesso em 26 de novembro de 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA DE PORTO ALEGRE. **Sítio dos telecentros**. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdhsu/default.php?p_secao=30>. Acesso em 9 de maio de 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. **Sítio**. Disponível em <www.portoalegre.rs.gov.br/smic>. Acesso em 19 de setembro de 2009.

SILVA, Carlos Alberto da; TANCMAN, Michele. A Dimensão Socioespacial do Ciberespaço: uma nota. **GEographia**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, p. 55-66. 1999

SILVA, Gustavo Siqueira da. **Locale Digital: (Re)construindo no ciberespaço as identidades territoriais da migração brasileira**. 2007. 277 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / Brasília: Unesco, 2003.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Eduardo. Exclusão Digital: Problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos Estudos**. n. 72. pp. 101-117. jul. 2005

TANCMAN, Michele. **A (Ciber) Geografia das Cidades Digitais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

THIOLLENT, Michell. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1987.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

UEDA, Vanda. Accesar distintos territorios y disminuir la exclusión digital: el ejemplo de los telecentros en la ciudad de Porto Alegre. In: Congresso On Line do Observatório para a Cibersociedade, 2, 2 a 14 nov., 2004. **Comunicações do II Congresso Online do Observatório para a Cibersociedade**. OCS, 2004. Disponível em <http://www.cibersociedad.net/congres2004/index_pt.html>. Acesso em 9 de maio de 2009.

_____. Dinâmica do território em redes: implantação e difusão do telefone no Rio Grande do Sul. In.: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – Modelos de questionários e entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO II - ALUNO: FERNANDO MORAES

QUESTIONÁRIO - usuários de telecentros

Esse questionário faz parte de uma pesquisa que está sendo realizada sobre o impacto de telecentros e lan houses para a inclusão digital.

- As informações preenchidas neste questionário serão mantidas em sigilo.
- Caso você não saiba ou não queira responder a alguma questão, deixe-a em branco ou assinale a opção “não sabe”.
- O tempo de preenchimento do questionário gira em torno de 5 minutos.
- Após o preenchimento, devolva o questionário ao monitor.

Agradecemos a sua participação!

1 - Qual é o seu sexo?

() Masculino () Feminino

2 - Qual é a sua idade?

_____ anos

3 - Em qual telecentro você respondeu a este questionário? _____

4 - Qual é o bairro em que está localizado esse telecentro? _____

5 - Você já foi a algum outro telecentro? Qual(is)? (Não considere lan houses ou cybercafés)

6 - Marque com um X o(s) turno(s) em que você normalmente vai ao telecentro:

() Manhã () Tarde () Noite

7 - Quantas vezes você vai ao telecentro?

- () Todos os dias
() De 2 a 4 vezes por semana
() 1 vez por semana
() 1 vez a cada 2 semanas
() 1 vez por mês
() É a primeira vez que venho a esse telecentro
() Outro _____

8 - Em média, quanto tempo você permanece no telecentro por dia?

- () Menos de 30 minutos () Entre 30 minutos e 1 hora () Entre 1 hora e 2 horas
() Entre 2 e 3 horas () Entre 3 e 4 horas () Mais de 4 horas

9 - Você já participa / participou de algum curso oferecido pelo telecentro? () SIM () NÃO. Quais?

10 - A Internet é importante para você? Por quê? O que você procura na internet?

11 - Qual é o principal motivo que leva você ao telecentro? Marque a(s) alternativa(s) que melhor se encaixa(m) com você.

- () Para ter acesso à Internet
() Para encontrar colegas e amigos
() Para participar de cursos
() Outro(s) _____

12 - Você tem acesso à Internet/computador em outros locais além do telecentro?

SIM NÃO

13 - Caso a resposta seja afirmativa, onde?

Em casa No trabalho
 Em lan house/Cybercafé Na casa de parentes ou amigos
 Em bibliotecas, escolas, universidade Outros-

14 - Qual é o seu grau de escolaridade: (marque com um X a opção escolhida):

fundamental (1º grau) incompleto fundamental (1º grau) completo
 médio (2º grau) incompleto médio (2º grau) completo
 superior incompleto superior completo
 pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)

15 - Em qual bairro você mora?

16 - Quantas pessoas moram em sua casa? (Contando com seus pais, irmãos ou outros parentes que moram em uma mesma casa).

Duas pessoas. Três pessoas. Quatro pessoas.
 Cinco pessoas. Seis pessoas. Mais de seis pessoas.
 Moro sozinho(a).

17 - Somando a sua renda (se você possuir) com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar? (Considere a renda de todos que moram na sua casa.)

Até 1 salário mínimo (até R\$ 465,00 inclusive).
 De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 465,00 até R\$ 930,00 inclusive).
 De 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 930,00 até R\$ 1.395,00 inclusive).
 De 3 a 5 salários mínimos (de R\$ 1.395,00 até R\$ 2.325,00 inclusive).
 De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 2.325,00 até R\$ 4.650,00 inclusive).
 De 10 a 20 salários mínimos (de 4.650,00 até R\$ 9.300,00 inclusive).
 Mais de 20 salários mínimos (mais de R\$ 9.300,00 inclusive)
 Nenhuma renda.
 Não sabe/não quero responder

18 - Entre essas categorias, qual é a que melhor se encaixa de acordo com a sua atual ocupação? (se você se enquadra em mais de uma categoria, pode marcar o X em ambas)

Estudante Desempregado
 Empregado com carteira assinada Empregado sem carteira assinada
 Aposentado Autônomo
 Dona-de-casa Outro. _____
 Não sabe

19 - Há quanto tempo frequenta esse telecentro? (marque com um X a opção escolhida).

há menos de 3 meses entre 3 e 6 meses entre 6 e 12 meses
 entre 1 e 2 anos entre 2 e 3 anos entre 3 e 4 anos
 entre 4 e 5 anos há mais de 5 anos

20 - Dê uma nota ao seu telecentro: _____ Por quê?

ATENÇÃO: As questões 21 a 25 devem ser preenchidas APENAS para quem acessa internet no telecentro. Se você faz apenas os cursos oferecidos pelo telecentro, você não deve respondê-las.

21- Você tem perfil cadastrado em sites de relacionamento (tal como orkut, myspace, facebook, entre outros)?

SIM NÃO

22 - Caso você tenha perfil, você possui amigos na sua lista de contato que você não conhece pessoalmente? (Responda a essa pergunta somente se você possuir perfil em sites de relacionamento)

SIM NÃO

23 - Entre esse amigos que você não conhece pessoalmente, assinale com um X nas situações que ficam de acordo com sua situação. (Responda a essa pergunta somente se você tiver amigos que não conhece pessoalmente em seu perfil)

- () Tenho amigos que são da minha cidade que não conheço
- () Tenho amigos que são de outras cidades do Rio Grande do Sul que não conheço
- () Tenho amigos que são de outros estados do Brasil que não conheço
- () Tenho amigos que são de outros países que não conheço

24 - Entre estas categorias, atribua uma nota de 1 a 5 para o seu nível de conhecimento (marque entre os parênteses). (Considere que o "1" seria o mínimo, ou seja, significa que você não conhece e nunca ouviu falar sobre a categoria; considere que o "5" significa que você conhece muito bem a categoria referida).

- | | |
|--------------------------|--|
| () Microsoft Windows XP | () Microsoft Windows Vista |
| () Linux | () Internet Explorer |
| () Google Chrome | () Mozilla Firefox |
| () Microsoft Word | () Microsoft Excel |
| () Microsoft PowerPoint | () Corel Draw |
| () Google Earth | () Manutenção e conserto de hardware |
| () Orkut | () Facebook |
| () MySpace | () Superdownloads/Baixaki |
| () ICQ | () Skype |
| () eMule/Dreamule | () Rapidshare/Megaupload |
| () E-mail | () MSN Messenger/Windows Live Messenger |

25 - Marque com um X, em cada linha, a coluna que melhor representa a frequência com que você faz o determinado uso no TELECENTRO (desconsidere o seu uso em outros locais, como trabalho, casa, escola, casa de amigos, etc.)

Uso	Todos os dias em que estou no telecentro	Quase todos os dias	Às vezes	Raramente	Nunca	Não sabe
Abrir e-mail						
Utilização software de mensagem instantânea (MSN, ICQ, Skype, etc.)						
Sites de relacionamento (orkut, facebook, etc.)						
Salas de bate-papo/chats						
Criação ou atualização de blogs ou websites						
Realização de atividades escolares/faculdade						
Busca de informações sobre emprego (estágios, concursos públicos, empregos, etc.)						
Busca de sites sobre cultura em geral: arte, cinema, música, religião, etc.						
Leitura de jornais e revistas						
Jogos (computador)						
Download de músicas, jogos, filmes, toques para celular, etc.						
Compras pela internet						
Acesso a sites de vídeos (YouTube)						
Utilização de buscadores (Google, AltaVista, Cadê, Yahoo, etc.)						
Entrada em sites de jogos on line						
Serviços financeiros (Internet banking)						

26 - Você já ouviu falar na palavra "inclusão digital"? Na sua opinião, o que ela significa?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO II - ALUNO: FERNANDO MORAES

QUESTIONÁRIO - usuários de *lan house*

Esse questionário faz parte de uma pesquisa que está sendo realizada sobre o impacto de telecentros e lan houses para a inclusão digital.

- As informações preenchidas neste questionário serão mantidas em sigilo.
- Caso você não saiba ou não queira responder a alguma questão, deixe-a em branco ou assinale a opção “não sabe”.
- O tempo de preenchimento do questionário gira em torno de 5 minutos.
- Após o preenchimento, devolva o questionário ao monitor.

Agradecemos a sua participação!

1 - Qual é o seu sexo?

() Masculino () Feminino

2 - Qual é a sua idade?

_____ anos

3 - Você já frequentou ou foi a alguma outra *lan house*? Elas ficam neste bairro? () SIM () NÃO

4 - Marque com um X o(s) turno(s) em que você normalmente vai a *lan house*:

() Manhã () Tarde () Noite

5 - Quantas vezes você vai a *lan house*?

- () Todos os dias
() De 2 a 4 vezes por semana
() 1 vez por semana
() 1 vez a cada 2 semanas
() 1 vez por mês
() É a primeira vez que venho a essa *lan house*
() Outro _____

6 - Em média, quanto tempo você permanece no *lan house* por dia?

- () Menos de 30 minutos () Entre 30 minutos e 1 hora () Entre 1 hora e 2 horas
() Entre 2 e 3 horas () Entre 3 e 4 horas () Mais de 4 horas

7 - Você já participa / participou de algum curso de informática? () SIM () NÃO. Quais?

8 - A Internet é importante para você? Por quê? O que você procura na internet?

9 - Qual é o principal motivo que leva você a *lan house*? Marque a(s) alternativa(s) que melhor se encaixa(m) com você.

- () Para ter acesso à Internet
() Para encontrar colegas e amigos
() Para participar de cursos
() Para fazer pesquisas ou trabalhos do colégio
() Outro(s) _____

10 - Você já ouviu falar na palavra “telecentro”? Você sabe o que significa?

11 - Você tem acesso à Internet ou computador em outros locais além da *lan house*?

() SIM () NÃO

12 - Caso a resposta seja afirmativa, onde?

- () Em casa () No trabalho
() Em telecentro () Na casa de parentes ou amigos

Em bibliotecas, escolas, universidade Outros-

13 - Qual é o seu grau de escolaridade: (marque com um X a opção escolhida):

- fundamental (1º grau) incompleto fundamental (1º grau) completo
 médio (2º grau) incompleto médio (2º grau) completo
 superior incompleto superior completo
 pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)

14 - Em qual bairro você mora?

15 - Quantas pessoas moram em sua casa? (Contando com seus pais, irmãos ou outros parentes que moram em uma mesma casa).

- Duas pessoas. Três pessoas. Quatro pessoas.
 Cinco pessoas. Seis pessoas. Mais de seis pessoas.
 Moro sozinho(a).

16 - Somando a sua renda (se você possuir) com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar? (Considere a renda de todos que moram na sua casa.)

- Até 1 salário mínimo (até R\$ 465,00 inclusive).
 De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 465,00 até R\$ 930,00 inclusive).
 De 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 930,00 até R\$ 1.395,00 inclusive).
 De 3 a 5 salários mínimos (de R\$ 1.395,00 até R\$ 2.325,00 inclusive).
 De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 2.325,00 até R\$ 4.650,00 inclusive).
 De 10 a 20 salários mínimos (de 4.650,00 até R\$ 9.300,00 inclusive).
 Mais de 20 salários mínimos (mais de R\$ 9.300,00 inclusive)
 Nenhuma renda.
 Não sabe / não quero responder

17 - Entre essas categorias, qual é a que melhor se encaixa de acordo com a sua atual ocupação? (se você se enquadra em mais de uma categoria, pode marcar o X em ambas)

- Estudante Desempregado
 Empregado com carteira assinada Empregado sem carteira assinada
 Aposentado Autônomo
 Dona-de-casa Outro. _____
 Não sabe

18 - Há quanto tempo frequenta essa lan house? (marque com um X a opção escolhida).

- há menos de 3 meses entre 3 e 6 meses entre 6 e 12 meses
 entre 1 e 2 anos entre 2 e 3 anos entre 3 e 4 anos
 entre 4 e 5 anos há mais de 5 anos

19 - Dê uma nota a essa lan house: _____ Por quê?

20 - Você tem perfil cadastrado em sites de relacionamento (tal como orkut, myspace, facebook, entre outros)?

- SIM NÃO

21 - Caso você tenha perfil, você possui amigos na sua lista de contato que você não conhece pessoalmente? (Responda a essa pergunta somente se você possuir perfil em sites de relacionamento)

- SIM NÃO

22 - Entre esse amigos que você não conhece pessoalmente, assinale com um X nas situações que ficam de acordo com sua situação. (Responda a essa pergunta somente se você tiver amigos que não conhece pessoalmente em seu perfil)

- Tenho amigos que são da minha cidade que não conheço
 Tenho amigos que são de outras cidades do Rio Grande do Sul que não conheço
 Tenho amigos que são de outros estados do Brasil que não conheço
 Tenho amigos que são de outros países que não conheço

23 - Entre estas categorias, atribua uma nota de 1 a 5 para o seu nível de conhecimento (marque entre os parênteses). (Considere que o "1" seria o mínimo, ou seja, significa que você não conhece e nunca ouviu falar sobre a categoria; considere que o "5" significa que você conhece muito bem a categoria referida).

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Microsoft Windows XP | <input type="checkbox"/> Microsoft Windows Vista |
| <input type="checkbox"/> Linux | <input type="checkbox"/> Internet Explorer |
| <input type="checkbox"/> Google Chrome | <input type="checkbox"/> Mozilla Firefox |
| <input type="checkbox"/> Microsoft Word | <input type="checkbox"/> Microsoft Excel |
| <input type="checkbox"/> Microsoft PowerPoint | <input type="checkbox"/> Corel Draw |
| <input type="checkbox"/> Google Earth | <input type="checkbox"/> Manutenção e conserto de hardware |
| <input type="checkbox"/> Orkut | <input type="checkbox"/> Facebook |
| <input type="checkbox"/> MySpace | <input type="checkbox"/> Superdownloads/Baixaki |
| <input type="checkbox"/> ICQ | <input type="checkbox"/> Skype |
| <input type="checkbox"/> eMule/Dreamule | <input type="checkbox"/> Rapidshare/Megaupload |
| <input type="checkbox"/> E-mail | <input type="checkbox"/> MSN Messenger/Windows Live Messenger |

24 - Marque com um X, em cada linha, a coluna que melhor representa a frequência com que você faz o determinado uso no *lan house* (desconsidere o seu uso em outros locais, como trabalho, casa, escola, casa de amigos, etc.)

Uso	Todos os dias	Quase todos os dias	Às vezes	Raramente	Nunca	Não sabe
Abrir e-mail						
Utilização software de mensagem instantânea (MSN, ICQ, Skype, etc.)						
Sites de relacionamento (orkut, facebook, etc.)						
Salas de bate-papo/chats						
Criação ou atualização de blogs ou websites						
Realização de atividades escolares/faculdade						
Busca de informações sobre emprego (estágios, concursos públicos, empregos, etc.)						
Busca de sites sobre cultura em geral: arte, cinema, música, religião, etc.						
Leitura de jornais e revistas						
Jogos (computador)						
Download de músicas, jogos, filmes, toques para celular, etc.						
Compras pela internet						
Acesso a sites de vídeos (YouTube)						
Utilização de buscadores (Google, AltaVista, Cadê, Yahoo, etc.)						
Entrada em sites de jogos on line						
Serviços financeiros (Internet banking)						

25 - Você já ouviu falar na palavra "inclusão digital"? Na sua opinião, o que ela significa?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO II - ALUNO: FERNANDO MORAES

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO - monitores de telecentros

Esse questionário faz parte de uma pesquisa que está sendo realizada sobre o impacto de telecentros e lan houses para a inclusão digital.

- As informações preenchidas neste questionário serão mantidas em sigilo.
- Caso você não saiba ou não queira responder a alguma questão, deixe-a em branco ou assinale a opção "não sabe".
- O tempo de preenchimento do questionário gira em torno de 5 minutos.

Agradecemos a sua participação!

INSTRUÇÕES: As questões deverão ser respondidas de acordo com a sua experiência e percepção sobre o telecentros e seus usuários.

1 - Nome (pode ser apenas o primeiro): _____ 2 - Idade: _____

3 - Carga horária de trabalho semanal: _____ horas

4 - Telecentro no qual trabalha: _____

5 - Turno(s) de trabalho (assinale com um X):

() Manhã () Tarde () Noite

6 - Grau de escolaridade; (marque com um X a opção escolhida):

() fundamental incompleto () fundamental completo
() médio incompleto () médio completo
() superior incompleto () superior completo
() pós-graduação

7 - Há quanto tempo trabalha como monitor de telecentros? (marque com um X a opção escolhida).

() há menos de 3 meses () entre 3 e 6 meses
() entre 6 e 9 meses () entre 9 e 12 meses
() entre 1 e 2 anos () entre 2 e 3 anos
() há mais de 3 anos

8 - Já trabalhou como monitor em outro telecentro?

() Sim. Qual: _____ () Não

9 - Você ministra ou já ministrou algum curso no seu telecentro? Qual(is)?

10 - Entre as categorias a seguir, atribua uma nota de 0 a 10 para o seu nível de conhecimento sobre:

() Microsoft Windows XP () Microsoft Windows Vista
() Linux () Internet Explorer
() Google Chrome () Mozilla Firefox
() Microsoft Word () Microsoft Excel
() Microsoft PowerPoint () Corel Draw
() Google Earth () Manutenção e conserto de hardware
() Softwares de criação/manutenção de páginas na Web (Flash Dreamweaver. Front Page, etc.)
() Linguagens de programação (Java, C++, PHP, etc.)

11 - Você já participou de algum curso de formação?

() SIM NÃO()

12 - Caso a resposta seja sim, quais?

13 - Você gostaria de participar de algum tipo de curso de formação? Qual(is)?

14 - De acordo com a sua percepção, qual é a faixa etária média dos frequentadores que somente usam Internet no seu telecentro?

- Abaixo de 10 anos Entre 10 e 14 anos Entre 14 e 18 anos
 Entre 18 e 21 anos Entre 21 a 25 anos Entre 25 e 30 anos
 Entre 30 e 45 anos Entre 45 e 60 anos Acima de 60 anos

15 - De acordo com a sua percepção, qual é a faixa etária média dos frequentadores de cursos oferecidos no seu telecentro? (Se o seu telecentro não oferece cursos, desconsidere esta questão).

- Abaixo de 10 anos Entre 10 e 14 anos Entre 14 e 18 anos
 Entre 18 e 21 anos Entre 21 a 25 anos Entre 25 e 30 anos
 Entre 30 e 45 anos Entre 45 e 60 anos Acima de 60 anos

16 - Em relação a gênero, a maioria dos usuários do seu telecentro é do sexo:

- Masculino
 Feminino
 o número de frequentadores é praticamente o mesmo entre os sexos

17 - Qual é a média de usuários que você observa durante seu turno de trabalho?

- menos de 5 entre 5 e 10 entre 10 e 15
 entre 15 e 20 entre 20 e 30 mais de 30

18 - Qual é a procedência dos usuários?

- Apenas do próprio bairro do telecentro
 Do próprio bairro e de bairros do entorno
 Do próprio bairro, de bairros do entorno e de bairros distantes
 Basicamente de bairros distantes
 Basicamente de bairros distantes e de outros municípios

Outro. _____

- Não sabe

19 - Qual é a ocupação da maioria dos usuários?

- Estudante Empregado Desempregado
 Aposentado Dona-de-casa Outro Não sabe

20 - Em termos de infra-estrutura, seu telecentro possui: (assinale com um X os equipamentos)

- Impressora WebCam Scanner
 Multifuncional Fones/caixas de som Microfone(s)
 Gravador de CD Gravador de DVD Câmera fotográfica digital
 Câmera filmadora digital Datashow e/ou projetor Quadro-branco
 Câmera fotográfica analógica
 Outros: _____

21 - De acordo com a sua percepção, verifique na tabela as atividades e a frequência de utilização dos usuários do telecentro. (assinale com um X)

Uso	Todos os dias	Quase todos os dias	1 ou 2 vezes por semana	Raramente	Nunca	Não sabe
Envio e recebimento de e-mail						
Utilização software de mensagem instantânea (MSN, ICQ, Skype, etc.)						
Utilização de sites de relacionamento (orkut, facebook, myspace, twitter)						
Entrada em salas de bate-papo/chats						
Criação ou atualização de websites ou blogs						
Realização de atividades escolares/faculdade						
Busca de informações sobre emprego (sites para estágios, concursos públicos, empregos, etc.)						
Busca de sites sobre cultura em geral: arte, cinema, música, religião, etc.						
Leitura de jornais e revistas						
Jogos de computador/jogos na internet						
Download de músicas, jogos, filmes, toques para celular, etc.						
Uso para serviços (Imposto de Renda, preenchimento de documentos oficiais, etc.)						
Serviços financeiros (Internet banking)						

22 - Cite algumas qualidades do seu telecentro:

23 - Cite alguns problemas do seu telecentro:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO II - ALUNO: FERNANDO MORAES

ENTREVISTA - PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL POR LAN HOUSE

Há quanto tempo você possui esse estabelecimento?

Por que você escolheu criar uma *lan house*?

Você pretende ampliar o seu negócio? Você está tendo retorno do seu investimento?

Há muitas *lan houses* no bairro? Você acha que houve aumento no número de estabelecimentos? Por quê?

Além do acesso à Internet e os jogos, você oferece algum outro serviço no seu estabelecimento?

De acordo com a sua percepção, qual é a faixa etária média dos frequentadores da sua *lan house*?

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Abaixo de 10 anos | <input type="checkbox"/> Entre 10 e 14 anos | <input type="checkbox"/> Entre 14 e 18 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 18 e 21 anos | <input type="checkbox"/> Entre 21 a 25 anos | <input type="checkbox"/> Entre 25 e 30 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 30 e 45 anos | <input type="checkbox"/> Entre 45 e 60 anos | <input type="checkbox"/> Acima de 60 anos |

Em relação a gênero, a maioria dos usuários do seu telecentro é do sexo:

- Masculino
 Feminino
 o número de frequentadores é praticamente o mesmo entre os sexos

Em média, aproximadamente quantos usuários frequentam sua *lan house* por dia (ou no seu turno de trabalho)?

_____ usuários

Qual é a ocupação da maioria dos usuários?

- Estudante Empregado Desempregado
 Aposentado Dona-de-casa Outro Não sabe

Em termos de infra-estrutura, seu estabelecimento possui: (assinale com um X os equipamentos)

- Impressora WebCam Scanner
 Multifuncional Fones/caixas de som Microfone(s)
 Gravador de CD Gravador de DVD Câmera fotográfica digital
 Datashow e/ou projetor
 Outros: _____

Os usuários utilizam muito o Orkut (e outras redes sociais na internet) e o MSN? Caso sim, por que você acha que eles fazem tanto sucesso com os usuários?

Você já ouviu falar na palavra “inclusão digital”? Na sua opinião, o que ela significa?

Os usuários da sua *lan house* estão incluídos digitalmente? Por quê?

Você já pensou em oferecer cursos de informática no seu estabelecimento?

De acordo com a sua percepção, verifique na tabela as atividades e a frequência de utilização dos usuários do telecentro. (assinale com um X)

Uso	Todos os dias	Quase todos os dias	1 ou 2 vezes por semana	Raramente	Nunca	Não sabe
Envio e recebimento de e-mail						
Utilização software de mensagem instantânea (MSN, ICQ, Skype, etc.)						
Utilização de sites de relacionamento (orkut, facebook, myspace, twitter)						
Entrada em salas de bate-papo/chats						
Criação ou atualização de websites ou blogs						
Realização de atividades escolares/faculdade						
Busca de informações sobre emprego (sites para estágios, concursos públicos, empregos, etc.)						
Busca de sites sobre cultura em geral: arte, cinema, música, religião, etc.						
Leitura de jornais e revistas						
Jogos de computador/jogos na internet						
Download de músicas, jogos, filmes, toques para celular, etc.						
Uso para serviços (Imposto de Renda, preenchimento de documentos oficiais, etc.)						
Serviços financeiros (Internet banking)						

Entrevista - responsável pela coordenação de Telecentros - Porto Alegre

Como ocorreu a formação do Programa de Telecentros em Porto Alegre? Qual era o contexto?

Atualmente, existem quantos telecentros em funcionamento no município?

Qual é a importância dos telecentros para a população que os utiliza?

Existe intenção de ampliar o programa? Caso sim, de que maneira? Quais serão os novos bairros a receberem telecentros?

Existe algum critério para a escolha de novos telecentros? Caso sim, qual(is)?

Como ocorre a parceria entre a Secretaria e as associações ou coordenadores locais que organizam as unidades de telecentros?

O que é oferecido em um telecentro? Qual é a infraestrutura existente?

Qual é o tipo de infra-estrutura de conexão à Internet (banda larga, via satélite) dos telecentros?

Como se dá a seleção de monitores dos telecentros?

O que uma pessoa deve fazer para acessar um telecentro?

Existe algum tipo de determinação por parte da Secretaria quanto à restrição de alguns sites ou usos no telecentro?

Existe algum outro programa de inclusão digital em Porto Alegre além dos telecentros?

Na sua opinião, o que significa “inclusão digital”?

Quem utiliza os telecentros está se incluindo digitalmente?

ANEXO B - Projeto de Lei N° 121/2004 - RS

Deputado(a) Manoel Maria

Dispõe sobre a proteção da saúde dos consumidores nos estabelecimentos comerciais que ofertam a locação e respectivo acesso à jogos de computador em rede local, conhecidos como LAN HOUSE - Local Área Network, e seus correlatos, e dá outras providências.

Art. 1º - São regidos por esta Lei todos os estabelecimentos comerciais instalados no Estado do Rio Grande do Sul que ofertam a locação de uso e acesso a programas e jogos de computador, interligados em rede local ou conectados à rede mundial de computadores (Internet), e seus correlatos.

Art. 2º - Os estabelecimentos especificados no artigo anterior devem, para o zelo e proteção à saúde da criança e do adolescente, bem como dos demais consumidores, cumprir as seguintes normas:

I – o acesso de menores de 18 (dezoito) anos após as 22:00h (vinte e duas horas) somente será permitido com autorização escrita dos pais ou responsável que deverá indicar o horário de sua permanência;

II – a venda e o consumo de cigarros e congêneres é proibida;

III – A venda e o consumo de bebidas alcoólicas é proibida;

IV – a iluminação do local deve ser adequada e instalada de forma a não prejudicar a acuidade visual dos usuários, conforme normas estabelecidas por órgão competente;

V – os móveis e os equipamentos devem ser ergonômicos e adequados à boa postura dos usuários;

VI – o volume dos equipamentos utilizados deve ser programado de forma a se adequar às características peculiares e em desenvolvimento da audição do menor de idade;

VII – a lista de todos os serviços e jogos colocados à disposição do consumidor deve ficar exposta em local visível e conter um breve relato sobre as características de cada um deles, bem como respectiva classificação etária.

§ 1º – O modelo da autorização referida do inciso I deverá ser emitido pelo estabelecimento e nele ficar arquivado para fins de fiscalização.

§ 2º - O estabelecimento deverá manter um cadastro dos menores de 18 anos que frequentam o local, com os seguintes dados:

I. nome do usuário;

- II. data de nascimento;
- III. filiação;
- IV. endereço;
- V. telefone;
- VI. RG.

Art. 3º - Os estabelecimentos mencionados no art. 1º desta Lei ficarão obrigados a tomar as medidas necessárias a fim de impedir que o menor de idade utilize contínua e ininterruptamente os equipamentos por um período superior a três horas, devendo haver um intervalo de 30 min. (trinta minutos) entre os períodos de uso.

Parágrafo único – Deverá ser fixado, em local visível, aviso informando sobre o limite de horas, bem como o tempo de intervalo entre os períodos de uso, de acordo com o caput deste artigo.

Art. 4º - A utilização de jogos que envolvam prêmios em dinheiro fica terminantemente proibida.

Art. 5º - O não cumprimento dos dispositivos desta Lei implicará na aplicação de multa ou, em caso de reincidência, no fechamento do estabelecimento, sem prejuízo da responsabilidade do proprietário e demais agentes do estabelecimento, em virtude da infração ao disposto nos arts. 5º, 17, 18 e 258, da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Manoel Maria

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em tela busca, assim como outros Estados do país, tratar de uma questão cada vez mais pungente em nossa sociedade: a saúde da população frente aos avanços tecnológicos. O projeto visa regulamentar as chamadas “Lan House”, principalmente sob o viés da proteção da criança e do adolescente, dando especial atenção à integridade física e psíquica dos usuários desses estabelecimentos.

Levando-se em consideração a competência estadual para promover a defesa dos direitos básicos do consumidor (artigo 24, inciso VIII da Constituição Federal) e proteção à infância e juventude (artigo 24, XV da Constituição Federal) e proteção à saúde (artigo 24, XII da Constituição Federal), promove-se por intermédio desse projeto a proteção da vida, saúde e

segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

Apesar das “Lan House” e dos “Cyber Café” constituírem em importantes instrumentos de inclusão digital que não devem ser combatidas, não se pode fechar os olhos para o prejuízo físico e psíquico que pode afetar seus usuários em geral e, principalmente às crianças e adolescentes, se não houver adequação aos padrões de funcionamento devidamente descritos no bojo desse projeto de lei.

No projeto está contemplado adequações a problemas que podem ocorrer com o uso inadequado dessa tecnologia. O uso por tempo demasiadamente prolongado pelos menores está descrita com uma limitação de tempo de uso, bem como a imposição de intervalos, afim de evitar doenças como LER (Lesões por esforços repetitivos), problemas de visão e de postura, má formação da massa óssea e muscular – principalmente nas crianças - dores nas costas, tendões e pescoço, obesidade, dentre outros. Nesse sentido vem também a questão da iluminação, móveis ergonômicos e sonoridade adequada.

A violência dos jogos eletrônicos também é abordada, sendo obrigatória a afixação da lista de serviços e jogos com a respectiva classificação etária.

A exigência de autorização dos pais para que menores freqüentem os estabelecimentos depois das vinte e duas horas reforça o controle dos pais em horários destinados ao descanso do menor.

Em vista de todas essas questões e da relevância do assunto, peço aos nobres deputados a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Deputado Manoel Maria